



PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

POLÍTICA EXTERNA PRONUNCIAMENTOS

De julho a dezembro de 1995



**BRASÍLIA
1996**

**POLÍTICA EXTERNA
PRONUNCIAMENTOS**

PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

POLÍTICA EXTERNA PRONUNCIAMENTOS

De julho a dezembro de 1995

**BRASÍLIA
1996**

Cardoso, Fernando Henrique, 1931—

Política externa: pronunciamentos: de julho a dezembro de 1995. — Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

301 p. (Política externa).

1. Política externa — Brasil. 2. Cardoso, Fernando Henrique, 1931 —, Discurso. I. Brasil, Presidente, 1995 — (F.H. Cardoso). II. Título.

327.81

SUMÁRIO

	Apresentação	9
I	Saudação do Senhor Presidente da República, em resposta ao Presidente Caldera, por ocasião da chegada a Caracas. Caracas, 3 de julho de 1995.	11
II	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de condecoração com o Grão-Colar da Ordem do Libertador. Caracas, 4 de julho de 1995.	15
III	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da Venezuela, Rafael Caldera. Caracas, 4 de julho de 1995.	21
IV	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene do Congresso Venezuelano. Caracas, 4 de julho de 1995.	27
V	Aula do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Solenidade de outorga do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade Central da Venezuela. Caracas, 5 de julho de 1995.	39
VI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da condecoração de oficiais brasileiros integrantes do Corpo de Observadores Militares da ONU na antiga Iúgoslândia. Brasília, 6 de julho de 1995.	57
VII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, perante a Assembléia da República Portuguesa. Lisboa, 20 de julho de 1995.	63
VIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na abertura da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira. Lisboa, 20 de julho de 1995.	75
IX	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço	

	oferecido pelo Senhor Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Aníbal António Cavaco Silva. Lisboa, 20 de julho de 1995.	81
X	Aula do Senhor Presidente da República, Professor Fernando Henrique Cardoso, na Universidade de Coimbra, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> . Coimbra, 21 de julho de 1995.	85
XI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido em homenagem ao Senhor Presidente da República Portuguesa. Lisboa, 21 de julho de 1995.	97
XI-B	Aula do Professor Fernando Henrique Cardoso na Universidade do Porto, na cerimônia de outorga do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> . Porto, 22 de julho de 1995.	103
XII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao Senhor Presidente Alberto Fujimori, durante banquete no Palácio de Governo. Lima, 27 de julho de 1995.	117
XIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Sessão Solene de Abertura da 8ª Reunião do Conselho do MERCOSUL. Assunção, Paraguai, 5 de agosto de 1995.	123
XIV	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos. Brasília, 15 de agosto de 1995.	133
XV	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que lhe ofereceu o Senhor Presidente da Comissão da União Européia, Jacques Santer. Bruxelas, 14 de setembro de 1995.	139
XVI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em mesa-redonda com membros do Parlamento Europeu. Bruxelas, 14 de setembro de 1995.	145
XVII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Senhor Primeiro-Ministro do Reino da Bélgica, Jean-Luc Dehaene. Bruxelas, 14 de setembro de 1995.	153

XVIII	Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no College d'Europe. Bruges, 16 de setembro de 1995.	163
XIX	Aula do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de outorga do título de Doutor <i>Honoris Causa</i> pela Universidade de Berlim. Berlim, 20 de setembro de 1995.	175
XX	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço que lhe ofereceu o Prefeito-Governador de Berlim. Berlim, 20 de setembro de 1995.	193
XXI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog. Bonn, 20 de setembro de 1995.	199
XXII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da inauguração de exposição sobre a Amazônia. Bonn, 21 de setembro de 1995.	207
XXIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da celebração do Dia Mundial da Habitação. Curitiba, 2 de outubro de 1995.	211
XXIV	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente do Vietnã, Senhor Le Duc Anh. Brasília, 10 de outubro de 1995.	215
XXV	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da primeira sessão da Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos. San Carlos de Bariloche, Argentina, 16 de outubro de 1995.	223
XXVI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat. Brasília, 17 de outubro de 1995.	231
XXVII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente do Governo Es-	

	panhol, Felipe González. Brasília, 18 de outubro de 1995.	237
XXVIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a cerimônia de entrega do "Appeal of Conscience Award". Nova Iorque, 23 de outubro de 1995.	245
XXIX	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na reunião especial comemorativa do 50º aniversário das Nações Unidas. Nova Iorque, 23 de outubro de 1995.	255
XXX	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da República da Ucrânia, Leonid Kutchma. Brasília, 25 de outubro de 1995.	261
XXXI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que ofereceu ao Presidente da República da Namíbia, Sam Nujoma. Brasília, 31 de outubro de 1995.	267
XXXII	Conferência do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Academia Chinesa de Ciências Sociais: "O Cenário Internacional no Ano 2000: o Papel do Brasil e da China". Pequim, 13 de dezembro de 1995.	273
XXXIII	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da visita oficial à República Popular da China. Pequim, 13 de dezembro de 1995.	283
XXXIV	Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no encerramento do seminário "Brasil-China, uma Parceria Estratégica". Xangai, 16 de dezembro de 1995.	289
XXXV	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido pelo Prefeito de Xangai. Xangai, 16 de dezembro de 1995.	299
XXXVI	Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar que lhe ofereceu o Rei da Malásia, Tuanku Jaafar. Kuala Lumpur, 18 de dezembro de 1995.	303

Apresentação

Esta publicação é a segunda de uma série que reúne os pronunciamentos de política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O objetivo que se busca, além da divulgação dos textos dos pronunciamentos e do registro histórico dos mesmos, é também o de oferecer, aos diversos setores da sociedade mais diretamente interessados, um repertório de posições do Governo brasileiro em matéria de política externa, bem como, no caso de alguns textos, reflexões pessoais e o pensamento do Presidente da República sobre o cenário externo contemporâneo.

I Saudação do Senhor Presidente da República
 Fernando Henrique Cardoso, em resposta
 ao Senhor Presidente Caldera, por
 ocasião da chegada a Caracas.
 Caracas, 3 de julho de 1995.

Esta acolhida, que traduz tão bem a hospitalidade do povo venezuelano, me deixa emocionado.

Quando aceitei o convite para fazer esta visita, que coincide com a data nacional venezuelana, quis promover um verdadeiro reencontro.

Um reencontro dos nossos povos, que têm uma vocação natural de parceria, não só porque são vizinhos muito próximos, mas porque compartilham tantas coisas: a geografia — especialmente a geografia amazônica —, a busca da liberdade e do desenvolvimento, o apego à democracia como valor supremo e uma amizade fraternal, fruto de nossa convivência pacífica há séculos, da franqueza no trato dos nossos interesses comuns.

É sempre um prazer voltar à Venezuela que já me recebeu tão bem, e tantas vezes, como professor e como homem público brasileiro.

Suas palavras de boas-vindas, Presidente Caldera, me distinguem com uma honra que não é só dirigida à minha pessoa, mas ao meu país e a meu povo.

Nesta visita, damos mais um passo em direção à integração de nossos países. Uma integração no sentido mais amplo da palavra, que abarca desde os entendimentos para que o Brasil e a Venezuela participem juntos de um esforço convergente de integração econômica regional, até o projeto de uma parceria política que reforce o nosso entendimento no plano regional e internacional.

É um projeto ousado o que me traz aqui. Um projeto que vem amadurecendo há muito tempo, e que ganhou intensidade no último ano e meio.

Nos próximos dias vamos estar trabalhando com afinco. Unidos, vamos, comemorar a data máxima da Venezuela.

Junto com a mensagem de amizade fraterna que o povo brasileiro dirige ao povo venezuelano, trago a palavra de um Brasil renovado, de um Brasil que se reencontra na democracia, no crescimento e na estabilidade. Tenho certeza de que a nova era que nós inauguramos no Brasil vai ter um impacto positivo sobre as nossas relações, e é para isso que estou aqui.

Muito obrigado.

II **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião
da cerimônia de condecoração com o
Grão-Colar da Ordem do Libertador.
Caracas, 4 de julho de 1995.**

É com grande emoção que recebo das mãos de Vossa Excelência o Grão-Colar da Ordem do Libertador.

Entregue na véspera das comemorações da data nacional venezuelana, esta condecoração tem para mim um significado especial: recebo-a como uma convocação permanente para trabalhar pela aproximação entre o Brasil e a Venezuela.

Esta condecoração me faz evocar o significado do Libertador, cujo espírito nos tem guiado neste reencontro brasileiro-venezuelano.

Os brasileiros, como os venezuelanos, reconhecem na figura de Bolívar o estadista e o pensador da América, o homem de ação que não deixou de buscar incessantemente para o nosso Continente um sentido de identidade e um lugar entre os povos do mundo. "Nós somos um pequeno gênero humano", dizia ele do povo latino-americano, com o orgulho de quem antevê, na riqueza étnica, cultural e histórica da América, a base para um futuro de grandeza com justiça e igualdade.

Todo homem público em nossa região busca, no ideal americanista e na luta libertária de Bolívar, a inspiração e o exemplo para enfrentar os desafios que continuam a existir no trabalho permanente de construção da independência dos nossos países. O ideário de Bolívar antecipou, com clarividência, as grandes linhas de ação dos nossos países em favor da integração e da consolidação da democracia no Continente, da retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis e socialmente justas, da estabilização das nossas economias, da abertura competitiva à economia internacional e aos benefícios do comércio mundial e dos fluxos de investimentos produtivos.

O Brasil, desde cedo, respondeu com interesse e com entusiasmo à pregação bolivariana de solidariedade continental. O próprio Simón Bolívar reconheceu o papel do Brasil na consolidação da independência nos países do Continente quando, ao acolher o plenipotenciário do Império, afirmou ser o nosso país “uma das garantias mais poderosas que receberam as Repúblicas da América, no caminho da sua independência.”

O tempo apenas comprovou o acerto das teses e dos chamados à unidade que Bolívar fez ecoar do Panamá ao Potosí.

A atuação coordenada e conjunta do Grupo do Rio diante dos grandes desafios do nosso tempo; o esforço de integração na América do Sul; as nossas conversas para estabelecer rumos de convergência entre o Mercosul e nossos outros parceiros da região; a consolidação crescente da democracia e dos direitos humanos na Região; a busca por mais voz e participação nos foros decisórios internacionais — são todas as faces atuais do ideal de integração e solidariedade continentais que inspiram Bolívar em sua ação e em seu pensamento.

Esta evocação de Bolívar na terra, por excelência, do Libertador é um tributo que eu trago, em nome de todos os brasileiros, à história de luta pela liberdade e pela democracia, na qual a Venezuela teve e continua a ter um papel central.

Eu dizia hoje pela manhã que nós tendemos a falar da ação e do pensamento de Bolívar na busca da unidade continental como de um “sonho”. Como todo projeto grandioso e pleno de sentido humano e histórico, o de Bolívar tinha, sim, muito de sonho, de utopia até. Mas, se é assim, também nós, que um dia pensamos sobre o futuro e os desafios da América Latina na CEPAL, ou que estamos hoje, como homens de Estado, engajados na luta pelo desenvolvimento e pela prosperidade dos nossos povos, também nós somos sonhadores e utopistas.

Bolívar tinha um projeto político claro, que as condições objetivas do seu tempo não lhe permitiram realizar. Mas ficaram as sementes, ficaram os conceitos, ficou a inspiração e a realidade da

própria liberdade que ele inaugurou para muitos países sul-americanos. E sem liberdade não se faz nada — ela é o princípio de tudo.

Quis a História que o projeto de Bolívar fosse legado a outras gerações, à nossa geração.

São outras as realidades e as condições históricas do presente: temos oportunidade única para transformar o sonho bolivariano em realidade.

A imagem de Bolívar, evocada por este Grão-Colar da Ordem do Libertador, é o que me inspira neste momento, para agradecer, com emoção, esta homenagem que o povo venezuelano me presta, — e por meu intermédio — ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

III **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do al-
moço oferecido pelo Presidente da Venezuela,
Rafael Caldera.
Caracas, 4 de julho de 1995.**

Estar na Venezuela em sua data nacional, para confraternizar com os venezuelanos em torno da memória das lutas pela liberdade e pela soberania, tem para mim um significado especial. Meu sentimento em relação a esta visita é de reconhecimento e amizade.

É um reencontro entre o Brasil e a Venezuela, um reencontro que felizmente se vem produzindo com muita frequência, apontando numa direção certa: uma parceria renovada e forte entre dois vizinhos que reconhecem mutuamente sua importância.

A Venezuela é um país de uma extraordinária riqueza. É um país ao mesmo tempo amazônico, caribenho e andino, e sabe projetar-se em cada uma dessas regiões. Não é apenas a geografia que confere à Venezuela essa identidade rica e variada; também a sua História de luta pela liberdade e pela democracia a singularizam no nosso continente.

Bolívar, a figura-síntese da História latino-americana e dos sonhos de liberdade e integração da América Hispânica, simboliza perfeitamente a Venezuela que ele ajudou a criar. Um brasileiro, o General Abreu e Lima, lutou ao lado de Bolívar, trazendo para as suas campanhas um pouco do sentimento e do vigor com que os brasileiros forjaram a sua própria nacionalidade.

A aliança entre brasileiros e venezuelanos vem portanto de muito longe. Talvez não tenhamos podido realizar inteiramente os sonhos de Bolívar.

Mas a história nos tem provado que aqueles sonhos eram, na verdade, um projeto político, que apenas temporariamente não se realizaram. A visão de um Continente que se integra aos poucos, cuidadosamente, pragmaticamente, pelo Mercosul, pelo Pacto An-

dino, pelo CARICOM, pelo Grupo dos Três, pelo Mercado Comum Centro-Americano, é a visão daquele “sonho” que se faz realidade.

Eu gosto de pensar que a minha visita à Venezuela faz parte da realização daquele sonho, daquele projeto de Bolívar. É essa a visão que tenho das nossas relações.

Elas têm uma dimensão múltipla. Primeiro, porque elas dizem respeito a interesses muito concretos dos nossos povos, e muito especialmente das nossas populações amazônicas. A proximidade física e a vizinhança criam interesses conjuntos e geram iniciativas e projetos. No caso das relações com a Venezuela, quando falamos em melhorar a interconexão viária e promover a integração energética, esses projetos têm um impacto direto sobre as populações e os agentes econômicos; realizados, eles gerarão atividade econômica, comércio, empregos. E isso é o que importa.

Nossas relações têm igualmente uma dimensão regional e internacional importante, porque é preciso que os países da América do Sul se voltem mais uns para os outros. Ao buscarem intensificar as suas relações, o Brasil e a Venezuela dão também impulso decisivo às relações intra-regionais. E nós sabemos como é necessário que a América do Sul eleve o seu perfil internacional. O comércio intra-regional fortalece os países e os torna mais competitivos, mais aptos a enfrentar os desafios da economia globalizada.

Há poucos anos, os passos para que a integração econômica na região se concretizasse eram tímidos e incertos. Hoje são firmes e decididos e nossos povos cobram de seus líderes resultados nesse sentido.

Senhor Presidente,

Este é o terceiro encontro de Chefes de Estado do Brasil e da Venezuela em um período de um ano e meio. Isso traduz um compromisso político e um programa de trabalho.

Nossas Chancelarias e a Comissão Binacional de Alto Nível trabalham em ritmo acelerado, para ampliar a moldura institucional necessária para a intensificação da cooperação bilateral.

Os acordos que resultam desta visita são eloqüentes a respeito desse esforço e do seu caráter pragmático. Não queremos tratados ou acordos solenes que não saiam do papel. Temos pressa, queremos ver resultados. É o que nós esperamos dos acordos concluídos nas áreas de promoção e proteção de investimentos; cooperação fronteiriça em matéria de comércio e transporte rodoviário de passageiros e de carga; de ciência e tecnologia e de telecomunicações; e também do Protocolo de Intenções entre a Petrobrás e a Petróleos de Venezuela.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência é um estadista das Américas, que voltou à Presidência da Venezuela trazendo a voz da experiência e a ação do administrador e do político competente e sensível.

Seu compromisso com o continuado aperfeiçoamento das relações entre os nossos países é a melhor garantia que nós podemos ter sobre as perspectivas deste projeto em que estamos tão intensamente empenhados.

É com esse espírito que eu convido todos os presentes a comigo brindarem pela grandeza e liberdade da pátria venezuelana, pelo aniversário da sua independência que celebraremos juntos amanhã, pela prosperidade do seu povo, pela parceria intensa que estamos consolidando entre o Brasil e a Venezuela e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e da Senhora Caldera.

Muito obrigado.

IV

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene
do Congresso Venezuelano.
Caracas, 4 de julho de 1995.

Senhores Membros do Congresso,

É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me ao parlamento venezuelano.

Esta é a casa do Povo, e de um povo de valor.

Nos anos 60 e 70, quando nossa região vivia tempos de arbítrio e repressão, a Nação venezuelana soube manter a plenitude das instituições democráticas. Foi capaz de servir de exemplo e de manter as esperanças num continente mergulhado no autoritarismo.

Aqui homenageio, em nome de todos os brasileiros, os homens públicos e os cidadãos venezuelanos, responsáveis pelo fato de a Venezuela ter sempre sido uma pátria de refúgio para tantos sul-americanos obrigados a deixar seus países.

A América do Sul retomou sua vocação democrática e pacífica. Está também reencontrando o caminho do crescimento econômico.

Chegamos, em nossa região, à compreensão de que as transformações políticas e econômicas caminham juntas. São inseparáveis.

Nenhum plano econômico, nenhum projeto de desenvolvimento terá êxito se não tiver a participação de todos os segmentos da sociedade e, mais do que isso, atender às suas reivindicações num contexto de liberdade.

Ampliou-se nos últimos anos o consenso de que o desenvolvimento vai além do simples crescimento econômico e do progresso material. Tornou-se mais complexo. Há questões éticas e sociais

que passaram a ser prioritárias e que exigem encaminhamento no marco de um regime político democrático.

A qualidade e as condições de vida estão no centro das preocupações de nossos povos . E conseqüentemente devem ser preocupação máxima na agenda dos governantes, e para realizá-las vamos trabalhar juntos, brasileiros e venezuelanos.

Senhores Congressistas,

Minha visita à Venezuela se dá no momento em que o Brasil se renova. Renova-se na estabilidade e no crescimento econômico.

Em primeiro de julho, completamos o primeiro ano do Plano Real. O Brasil mudou neste último ano. O Real é o símbolo maior desta mudança.

Desde o início, o Plano Real sempre procurou ser a resposta a um desejo do país e da população pela estabilidade econômica. E nisto ele tem tido êxito por dois motivos: credibilidade política e competência técnica.

A credibilidade foi conquistada pelo diálogo, pela transparência. Foi resultado de uma atitude democrática do Governo que correspondia ao amadurecimento político da Nação, firme na atitude de ser ouvida, intolerante para com a corrupção.

Mas se o Plano não estivesse embasado em fundamentos técnicos consistentes, o combate contra a inflação teria fracassado.

O Plano Real vem cumprindo seus objetivos e começou a estabilizar a economia brasileira num contexto de crescimento econômico e expansão do emprego.

Mais do que isso: o fim do chamado imposto inflacionário, ou seja, a corrosão diária do poder aquisitivo, transferiu recursos aos mais pobres, com reflexos no aumento do consumo de gêneros alimentícios e de outros bens populares. A estabilização dos preços tem sido também um elemento de desconcentração de renda.

O Real tem como um de seus componentes a maior integração do Brasil à economia mundial. Deixamos para trás o mito da possibilidade do desenvolvimento autárquico.

O Plano Real também contribuiu para restaurar, aos olhos da população, a autoridade do Executivo e do Legislativo, antes corroidas no turbilhão da espiral inflacionária. Não é uma vitória desta ou daquela força política, mas da Nação.

Estamos conscientes de que, para dar bases permanentes ao crescimento dentro da estabilidade, são necessárias importantes reformas no Brasil, entre elas, emendas constitucionais que buscam eliminar restrições ao capital estrangeiro, reservas de mercado, bem como flexibilizar o monopólio da União no setor do petróleo e das telecomunicações.

O Congresso brasileiro vem examinando nossas propostas com responsabilidade, sentido patriótico e com o entendimento de que as transformações são uma exigência da sociedade, que quer participar da construção de um Brasil justo e moderno.

Até o final do ano, estarei submetendo ao Congresso propostas de reforma nas áreas tributária, previdenciária e modernização do Estado.

Outro aspecto importante das ações de meu Governo é a aceleração das privatizações e a rápida implementação da lei de concessões dos serviços públicos. Trata-se, em ambos os casos, de campos em que se abrem perspectivas promissoras de atração de investimentos privados.

Estamos seguros de que haverá, na Venezuela, investidores potenciais que serão bem-vindos no Brasil e contarão com a proteção adicional de um acordo específico firmado pelos dois Governos.

Senhores Congressistas,

Vivemos tempos de globalização da economia. As dimensões nacional e internacional do desenvolvimento estão cada vez mais vinculadas.

Para países como os nossos, a inserção na economia mundial deve ser examinada pela ótica das possibilidades que abre às perspectivas do desenvolvimento nacional.

Não se trata de uma opção de política externa no sentido tradicional do termo, mas de questão mais ampla, que parte da compreensão de que os projetos nacionais são crescentemente influenciados pelo cenário externo.

Por sua vez, nossas opções internas irão repercutir sobre aquilo que o sistema internacional poderá nos oferecer em termos de investimentos, tecnologia, parcerias comerciais.

A política externa do Brasil harmoniza-se com suas prioridades internas. É mais um instrumento a serviço da estabilização da economia e da retomada do crescimento econômico.

Não estamos, com isso, nos afastando dos princípios basilares que sempre guiaram nossa conduta internacional em mais de cento e vinte anos de paz ininterrupta com nossos dez vizinhos, bem como nossa ativa participação nos foros internacionais.

Trata-se, isso sim, de dar prioridade às parcerias externas — regionais e internacionais — que possam gerar, com reciprocidade de interesses e resultados, elementos indispensáveis ao nosso desenvolvimento e, especialmente, mais bem-estar e empregos para a nossa população.

A política externa de um país como o Brasil não pode ser uma construção teórica principista, desvinculada das necessidades reais da imensa maioria de nossa população.

Se ouvirmos o nosso povo — e o Congresso tem papel insubstituível na transmissão da vontade popular —, ele nos dará as diretrizes certas para balizar a ação internacional do Executivo.

O povo quer a soberania defendida, e o país respeitado além das suas fronteiras.

Ele quer alianças que tragam benefícios concretos.

Ele quer oportunidades.

Quer apoio e cooperação internacional para nos auxiliar na solução de problemas na área de direitos humanos, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, sempre com o ânimo de somar, de contribuir.

As grandes linhas da nossa política externa atual procuram responder a esses anseios.

As Américas vivem atualmente sob o impulso da integração.

A integração só se tornou possível porque nossos países se democratizaram, substituindo o sentimento da rivalidade pelo espírito da cooperação, e porque nossas economias se abriram ao exterior e estão crescendo.

Qualquer país em nossa região que não estiver afinado com esta nova realidade estará fadado à marginalização.

Para nós, brasileiros, a integração regional avançou com o MERCOSUL e, hoje, já se projeta para os demais países da América do Sul e, a partir daí, para o Hemisfério.

Com o MERCOSUL, prioridade máxima da atuação externa brasileira, estamos criando uma verdadeira cultura da integração.

Se a etapa mais adiantada da integração política não consta do Tratado de Assunção, o fato é que os contatos cada vez mais intensos entre os Presidentes, Ministros e da própria população dos quatro países representam, na prática, a cristalização de um processo que não é exclusivamente econômico.

Isto é o que, no futuro, imaginamos como realidade nas Américas.

O MERCOSUL começa a identificar novos parceiros na América do Sul, onde estamos negociando formas de aproximação com a Venezuela, o Chile e a Bolívia, além do conjunto inteiro do Pacto Andino.

Entre essas áreas, com sentido de prioridade dada pela vizinhança e pela intensidade da agenda, a aproximação com a Venezuela é natural.

No passado não muito distante, pensava-se que a floresta amazônica seria uma barreira que separava nossos povos, dificultava os contatos fronteiriços, impedia a integração, justificava a indiferença.

Hoje sabemos que a floresta não é uma barreira. Ao contrário, ela é o cenário para novas formas de integração, que aliam a cooperação entre povos dos dois lados da fronteira ao conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

O Brasil e Venezuela deram um verdadeiro salto qualitativo em suas relações.

No encontro de La Guzmania, realizado no ano passado, o Presidente Itamar Franco, meu ilustre antecessor, e o Presidente Rafael Caldera, estadista que é amigo sincero do Brasil, souberam identificar as potencialidades bilaterais em termos de cooperação e integração.

Souberam também ver a importância de buscar deliberadamente ampliar a nossa agenda positiva, de forma a isolar e encaminhar problemas. Quanto maior o patrimônio de cooperação que dois Estados guardam em suas relações, mais fácil se torna lidar com problemas eventuais e enfrentar desafios comuns.

Desde então, num curto espaço de tempo, os avanços foram numerosos e promissores.

A Comissão Binacional de Alto Nível já se reuniu quatro vezes e está implementando diversas iniciativas nas áreas de meio ambiente, comércio, energia, transportes e desenvolvimento fronteiriço.

Os acordos que serão assinados hoje são fruto do importante trabalho desenvolvido pela Comissão Binacional de Alto Nível.

Um marco expressivo do relacionamento bilateral é a assinatura, pela PETROBRÁS e pela Petroleos de Venezuela, do Protocolo de Intenções que visa ao desenvolvimento de projetos conjuntos e ao reforço da projeção externa das duas empresas.

Todas essas ações exigem que a integração física entre nossos países seja também uma realidade.

Foi por esse motivo que determinei fosse dada prioridade às obras de pavimentação da rodovia BR-174, a fim de criar um corredor ligando Manaus e Boa Vista diretamente a Porto Ordaz e Caracas, viabilizando, assim, a integração das regiões Norte do Brasil e Sul da Venezuela. A energia é outra possibilidade de aproximação.

Tenho o prazer de estar acompanhado, nesta visita, dos Governadores de dois Estados do Norte do Brasil: Amazonino Mendes, da Amazônia, e Neudo Campos, de Roraima, além de ilustres parlamentares da região, que conhecem os nossos problemas comuns e têm trabalhado junto com as autoridades do Executivo para encaminhá-los com o apoio da população.

Para que o processo de integração regional entre nossos países se desenvolva de maneira ordenada, é preciso que se criem melhores condições de atuação para as autoridades brasileiras e venezuelanas na faixa de fronteira. Nesse sentido, é com satisfação que quero anunciar a realização, no último trimestre deste ano, de campanha conjunta brasileiro-venezuelana para demarcação de limites e levantamento cartográfico na área fronteira.

Lembro, a propósito, que a implementação pelo Brasil do projeto SIVAM, no qual a Venezuela está convidada a tomar parte, significará um aumento importante na capacidade de atuação do Estado em toda a região amazônica.

Senhores Congressistas,

Temos em comum o fato de sermos sociedades multirraciais, que se abriram a correntes migratórias mais recentes, inclusive oriundas da própria América Latina.

Mais importante: como países comprometidos com a democracia, com o desenvolvimento e com a liberdade econômica, estamos em sintonia com as tendências dominantes na História contemporânea, e podemos com tranquilidade engajar-nos no proces-

so de integração econômica e de entendimento político na América do Sul e em todo Hemisfério.

Os brasileiros, como os venezuelanos, reconhecem na figura de Bolívar o estadista e o pensador da América, o homem de ação que não deixou de buscar incessantemente para o nosso Continente um sentido de identidade e um lugar entre os povos do mundo.

“Nós somos um pequeno gênero humano”, dizia ele do povo latino-americano, com o orgulho de quem antevê, na riqueza étnica, cultural e histórica da América, a base para um futuro de grandeza com justiça e igualdade.

Esse é o sentido desta minha visita, que simbolicamente coincide com a data nacional venezuelana.

Esse é o sentido do projeto que estamos desenvolvendo.

Venho à Venezuela para reafirmar um compromisso que nossos dois Governos assumiram, no mais alto nível, há cerca de um ano e meio, em La Guzmania: fazer das relações entre estes dois vizinhos amazônicos uma parceria completa e operacional, firmemente ancorada no presente e com os olhos postos no futuro.

É um compromisso que tem pelo menos três dimensões:

- fazer com que a dinamização das nossas relações traga para nossos povos, especialmente para as populações amazônicas, novas oportunidades em termos de comércio, investimentos, infra-estrutura e empregos. Em uma palavra: mais bem-estar;
- aproximar em todos os níveis dois países vizinhos que partilham vários traços em comum;
- projetar ainda mais a América Latina no mundo.

Minha vida política começou no Parlamento e, por isto, sinto-me à vontade entre colegas congressistas. Não preciso, nesta Casa, sublinhar minha vocação democrática. A democracia sempre foi minha luta maior.

Nos temas que abordei, a estabilização e o crescimento da economia brasileira, a aproximação com a Venezuela, a renovação da política externa, em todos eles, a democracia foi uma referência necessária.

De fato, esta é a nossa maior conquista, irreversível, modeladora de nosso futuro.

Vivemos em sociedades que se tornaram democráticas não apenas pelas instituições, mas porque os povos aprenderam a fazer valer seus direitos.

Encontro, na Venezuela e nos países irmãos do continente, sociedades vivas, renovadas, vibrantes, sabendo o que querem, tomando em mãos o seu destino. Realizamos o sonho democrático, que permitirá todos os outros, o da prosperidade, o da justiça, o da integração.

Estamos juntos e nosso destino comum será tecido de vitórias comuns.

Muito obrigado.

V

Aula do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na solenidade
de outorga do título de Doutor *Honoris Causa*
pela Universidade Central da Venezuela.
Caracas, 5 de julho de 1995.

É com emoção e, por que não dizer, com sentimento de orgulho — e ao mesmo tempo de humildade — que recebo o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Central da Venezuela.

Em sua apresentação, o Professor Heinz Sonntag insistiu em que este ato de outorga a mim do título de Doutor *Honoris Causa* tinha uma motivação acadêmica e não política, pelo fato de um Sociólogo ser hoje Presidente da República Federativa do Brasil. É assim, fazendo prevalecer o sentido e os valores mais puros da vida acadêmica, que uma Instituição de Ensino se afirma e se mantém.

Quero dizer-lhes que se fizemos algo em termos da busca do universal na América Latina, nas últimas décadas, foi porque fomos capazes de construir aquilo que é básico na vida universitária: um espírito de comunidade, de “estar juntos”, apesar da distância.

Foi uma característica do nosso Continente, e não só do nosso, o fato de que pensadores de determinado país pudessem influenciar pessoas de outros países. É certo também, e aqui me refiro ao Brasil, que alguns dos mais significativos cientistas sociais, ou proto-cientistas sociais, tentaram partir de uma visão um pouco mais ampla do que a meramente nacional. Joaquim Nabuco foi um desses grandes políticos e intelectuais brasileiros; Andrés Bello é um nome com ressonância no Chile; Facundo tem uma obra que marcou gerações. E como esses que mencionei, há muitos outros.

Mas agora trata-se de algo distinto: o diálogo que vimos travando nos últimos quarenta anos tem sido permanente e vivo entre pessoas que, muitas vezes, nem se conheciam diretamente. Mas também havia muitos que se conheciam, que buscavam na relação direta a motivação para seguir adiante em suas elaborações

intelectuais. Isso é algo que se deve destacar: que há um pensamento original nas Ciências Sociais latino-americanas, e que esse pensamento cresceu num âmbito maior que o de uma única Universidade, de um único país, e que se manteve o espírito da comunidade, apesar da distância.

Foram décadas de convivência, à distância, muitas vezes, de dezenas, talvez centenas de pessoas que, em conjunto, elaboramos uma visão, ou talvez muitas visões, mas sempre em torno do mesmo tema: o que significa “ser” americano; o que significa o desenvolvimento, a dependência, o autoritarismo, a possibilidade de ultrapassar as dificuldades, as novas dimensões do desenvolvimento. Sem dúvida, o diálogo não esteve confinado às Universidades do nosso Continente. Sempre tivemos pontos de referência na Europa e nos Estados Unidos. Sempre rendemos homenagem aos grandes precursores, aos grandes fundadores das Ciências Sociais. Weber, por exemplo, sempre foi um ponto de referência; assim como Marx, Tocqueville, e tantos outros. Do mesmo modo, não podemos nos esquecer de todos aqueles que pensaram outras realidades na América do Norte, na Alemanha, e em outros países: Habermas, para citar alguém mais atual, Talcott Parsons, Merton, tantos outros anglo-saxões das Ciências Sociais.

Tomamos esses nomes como referência, mas jamais nos deixamos absorver por um espírito de imitação. Heinz Sonntag mencionou o título de um trabalho que escrevi há muitos anos, quando era professor da Cátedra Simón Bolívar, na Universidade de Cambridge, intitulado “*A originalidade da cópia*”. Nesse artigo, eu afirmava que em muitas de nossas reflexões, inclusive a teoria centro-periferia que foi o eixo central do pensamento dos anos 50, se percebiam pontos de contacto com aquilo que já tinha sido dito por outros. Mas a “cópia” era original: acrescentava, não apenas interpretava. Não repetia, mas acrescentava e, ao acrescentar, transformava.

Quero voltar a um tema que esbocei em palestras recentes na CEPAL e no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington, o da avaliação, em perspectiva histórica, do pensa-

mento latino-americano sobre a economia e a sociedade nos últimos quarenta anos. Não pretendo fazer um exercício nostálgico mas buscar no “capital de conhecimentos” que acumulamos, como intelectuais, elementos para enfrentar os desafios contemporâneos do nosso continente. Não são pequenos. Estimula-me o fato de encontrar muitos dos meus “amigos acadêmicos” não mais nos bancos e nas cátedras das universidades mas em postos de governo ou no parlamento. Talvez possamos examinar, com olhos diferentes, o que pensamos e, daí, tirar lições para o presente.

De um forma esquemática, penso que, nos últimos anos, o pensamento latino-americano teve três fases bem marcadas:

1. Elaboração e afirmação (anos 50 e 60)
2. Crise e crítica (anos 70 e 80)
3. Renovação (anos 90).

Vou procurar elaborar sobre o tema sem o compromisso — perdoem-me os colegas — da precisão acadêmica. São referências preliminares, tomadas mais de memória de quem viveu os problemas e dilemas da reflexão sociológica em nossas universidades e centros de estudo do que uma volta meditada, com o aparato necessário da distância e da crítica, ao pensamento latino americano.

1. OS ANOS DE ELABORAÇÃO E AFIRMAÇÃO (50 e 60)

Minha primeira observação é a de que devemos nos orgulhar da produção em ciências sociais na América Latina dos anos cinquenta. Explicarei porque. Para isto, não vou recordar os seus conteúdos principais, bem conhecidos, a origem na CEPAL, no vigor do pensamento de Prebisch e Echavarría, a teoria centro-periferia, as idéias de substituição de importações, a incorporação dos temas sociais, as idéias sobre integração e tantos outros. Posso referir-me também a um brasileiro, Celso Furtado, a um chileno que teve enorme influência aqui na Venezuela, Jorge Almada. Mas não tenciono alongar-me com listas de nomes de nossos mestres. Pretendo, sim, sublinhar outros aspectos, também conhecidos mas

que, nos dias de hoje, aparecem com mais clareza e mais força, como verdadeiras lições permanentes.

Em primeiro lugar, o *cuidado científico*. E, foi justamente o respeito às bases científicas que deu vigor e credibilidade à reflexão sociológica e econômica. Talvez tenhamos sido a primeira geração de “cientistas sociais”, na expressão forte do termo, na América Latina. Não quero desmerecer nem esquecer a reflexão anterior, que alcançou momentos notáveis. Tivemos antecessores eminentes. Ainda no século XIX, para ficar no Brasil, lembro a sensibilidade de um Joaquim Nabuco para a sociologia do Império; depois, já plenamente “cientistas”, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Caio Prado. Haveria outros exemplos, espalhados na América Latina. É impossível entender o século XIX argentino sem o apoio de *Facundo*; a dinâmica de classes peruanas, sem Mariátegui, etc. Porém, o que conseguimos foi formar uma escola de pensamento. Elaborar “juntos”, com referências permanentes ao que se produzia, aproveitando e incorporando pesquisas e conhecimento. Neste sentido, a referência teórica, de Ricardo, Tocqueville, Marx, Weber, Schumpeter, dos fundadores, foi essencial. Voltamos às origens para dar consistência e, sobretudo, originalidade à nossa reflexão.

Exatamente por isto, pudemos construir um *pensamento crítico*, indo além do impressionismo sociológico, indo além de versões estereotipadas da realidade. Compreendemos que não era suficiente transpor as visões e interpretações de realidades outras, européias sobretudo, para a vida latino-americana. O respeito às *teorias fundadoras*, que traziam os quadros metodológicos necessários, permitiram que a sua transposição para o nosso mundo não se fizesse de forma automática e simplista. A revisão que Prebisch faz da teoria das vantagens comparativas, entendendo que era fundamental distinguir econômica e sociologicamente os países que, de forma diferenciada, se inseriam no mundo do comércio internacional é talvez um dos exemplos mais brilhantes e acabados desse processo. A teoria não nos afastou da realidade, mas nos introduziu a seus aspectos mais problemáticos. Não forçamos portas de interpretação, antes enriquecemos as interpretações com uma visão aberta do que era a América Latina. Se partimos da dinâmica de

aberta do que era a América Latina. Se partimos da dinâmica de classes no capitalismo central, não deixamos de entender que, em nosso espaço social, havia diferenças, dadas, p.e., pela forma de relação entre as classes dominantes e o Estado, que exigiam medição específica.

Um terceiro aspecto é o fato de que, em muitos de nossos trabalhos, soubemos mostrar a *interpenetração do pensamento econômico com as questões sociais*. Evitamos — e nisto, a teoria da dependência teve algum mérito — reduzir a explicação das questões sociais ao meramente econômico. Aceitamos que, entre a infra-estrutura e super-estrutura, o jogo não estava dado, as soluções deviam ser buscadas cuidadosamente em cada formação social, em cada quadro nacional. Os exercícios comparativos foram ricos.

Um outro tema central foi a *incorporação do internacional*, iniciada por Prebisch, e que ganhou várias adições analíticas importantes. Sabíamos que o internacional modelava a nossa realidade, afetava diretamente a nossa vida econômica e social, e o importante era entender como. A teoria clássica do imperialismo sempre pareceu insuficiente para compreender a variedade e peculiaridade das situações latino-americanas. As soluções que tentamos, ora sublinhando a diversidade das formas de estrangulamentos econômicos, ora apontando para as implicações sociais e políticas de modelos diversos de inserção no capitalismo, se não superaram os supostos leninistas, certamente mostraram que, na análise concreta, outros elementos e variáveis, além dos mecanismos de exploração, deveriam ser levados em conta.

Finalmente, sublinharia que a soma desses aspectos deu ao pensamento latino-americano inúmeras possibilidades no encontro com a realidade. Em primeiro lugar, houve, especialmente na CEPAL, a preocupação em que *o pensamento servisse ao desenvolvimento*, à modernização dos países latino-americanos. A inovação na teoria se justificaria na medida em que reunisse condições para moldar a realidade das práticas sociais. A multiplicação de políticas de Governo, inspiradas no pensamento desenvolvimentista, espe-

cialmente a de substituição de importações, é dado histórico. O pensamento dava corpo, direção e conteúdo modernos a um ator que historicamente tinha sido decisivo na definição dos rumos da vida dos países do continente: o Estado. A teoria justificou ações que promoveram processos de industrialização ao mesmo tempo em que examinava limites e condições desse processo. Em suma, o substrato é a perspectiva de transformação, suas possibilidades e limites.

Paralelamente, as próprias características gerais do pensamento (o sentido científico, a originalidade, a força crítica, etc.) levam a que se *exprima de forma diversa*. São muitas as suas vertentes e uma das riquezas do momento é justamente o debate entre elas. Se me permitem um exemplo pessoal, dificilmente a minha versão, com Faletto, da Teoria da Dependência não seria formulada se não tivéssemos, como pano-de-fundo, as visões mais ortodoxamente marxistas da realidade latino-americana e as perspectivas mais nacionalistas, a maneira do ISEB, de nosso continente. Neste sentido, insisto, constituíamos, na diversidade, uma escola de pensamento, em que a regra é o debate interno e o respeito crítico às elaborações diferentes. Não nos faltou o direito à utopia. Para uns, a revolução e o socialismo; para outros, o Estado forte, capaz de mudar a própria natureza das relações sociais; para outros, o capitalismo racional. Mas, sempre a idéia de que podíamos ser melhores, mais justos socialmente, do que éramos.

Quando se lê o texto de algum teórico desse período, raramente se verifica uma preocupação com a dimensão social. São poucas as exceções e entre elas mencionaria a principal: Albert Hirshman. Não por casualidade, sempre que posso busco alguma inspiração não só em Weber, mas também em Hirshman, porque ele propõe uma saída para a contradição que Weber mencionava entre a vocação política e a vocação acadêmica. Quando Hirshman vai buscar em Kierkegaard uma citação para dizer que é preciso ter "a paixão pelo possível", pode parecer uma citação sem importância, mas na verdade, o que ele está querendo dizer é que a possibilidade, a vontade, na dimensão política, tem de ser uma descoberta com paixão e tem que levar em conta as estruturas, as possibilida-

análise econômica, mas o que foi próprio dos anos 50 e 60 na América Latina, no pensamento de tantas pessoas, foi precisamente que elas não se deixaram levar pelos aspectos puramente econômicos, pelas estruturas, mas se deram conta de que para mudar era preciso ter uma dimensão de vontade.

Essa vontade, nos idos anos 50 e 60 era uma vontade que buscava o chão firme do Estado. Naquela época, não se dava importância ao que hoje se chama "sociedade civil". Não se consideravam muito os movimentos sociais, as forças de mudança que não estavam contidas na vontade organizada pelo Estado. Nos anos 50 e 60, salientávamos a força do econômico. Insinuava-se a necessidade de uma dimensão política, mas a dimensão política se resumia praticamente na organização do Estado, no planejamento, na capacidade de antecipar o que poderia ocorrer depois e de se orientar para objetivos concretos. Foi isso, nessa fase de elaboração e afirmação, o que realmente nos apaixonou.

2. CRISE E CRÍTICA (70 e 80)

Os anos 50 e 60 são anos otimistas. Foi forte a criatividade intelectual na América Latina no período. As utopias variavam, o debate era intenso, mas poucos duvidavam de que o futuro seria melhor do que o passado. As duas décadas seguintes trabalham com outro diapasão. O ambiente político é o dos autoritarismos; o ambiente econômico, o da crise do modelo de crescimento. Multiplicam-se frustrações. O socialismo está bloqueado e a esperança da via eleitoral se frustra com a queda de Allende; o Estado, em que se depositavam expectativas de direção racional, se torna forte, mas com os contornos e as orientações erradas (na verdade, o autoritarismo disfarçava sua fraqueza real, viciado que estava pela falta de legitimidade); as perspectivas das vantagens da inserção capitalista encontram, na crise da dívida, um sinal de que envolvia riscos altos.

Assim, diferentemente do que aconteceu nos anos cinquenta, quando, embora reconheçêssemos as dificuldades de mudar, acreditávamos que as mudanças estariam ao alcance das mãos, e o

acreditávamos que as mudanças estariam ao alcance das mãos, e o problema era desvendar que ator social seria o patrão de uma América Latina melhor e encontramos, nos anos 70, situações novas, que adicionavam obstáculos às nossas utopias.

Para ficar em uma caracterização geral, necessariamente simplista, diria que abandonamos as tentativas de teorias gerais ou, pelo menos, de médio alcance, e fomos obrigados a afiar o pensamento para uma atitude mais crítica no cotidiano — muitos de nós passamos a escrever em jornais, revistas de opinião —, e que busca, sobretudo, deslindar os mecanismos internos de um Estado (que revelava potenciais insuspeitados em sua capacidade de tolher a crítica) e de uma economia que parecia obedecer a soluções de uma lógica perversa. O desenvolvimento ocorre mas com custos sociais altíssimos. A associação entre pensamento e política se dissolvia diante de uma realidade em que a marginalização de setores crescia, as questões de justiça social eram adiadas. Pode-se dizer que nos anos 70 e 80 os intelectuais redescobrem a democracia. Volta-se a ler Tocqueville. É a redescoberta da força da imprensa, da igreja, dos sindicatos.

Qual é a perspectiva de tratamento desses temas?

A perspectiva é a da compreensão da importância fundamental da democracia para o desenvolvimento de nossas sociedades. Não que a questão tivesse sido esquecida no período anterior, mas, na verdade, estávamos interessados mais na dinâmica das classes do que na das instituições, como se, definida a organização social “ideal”, decorreria, por gravidade, a melhor solução institucional. Os ideais de justiça e igualdade prevaleciam sobre os da liberdade. A supressão da democracia nos apontava, com clareza, a necessidade de olhar para o universo das garantias formais dos cidadãos, para os direitos humanos, para as liberdades. Outro ponto é o dos paradoxos da modernização e o tema da força política dos sindicatos, agora sustentados em indústrias modernas, que ganham novos contornos. O capitalismo autoritário não modernizava aspectos do aparelho produtivo, criava as bases para a sua superação.

Quais as consequências para a reflexão sociológica dessa perspectiva? Já vimos que, em muitas circunstâncias, o pensamento é forçado a abandonar a reflexão sobre a dimensão estrutural e voltar-se para a conjuntura, reagindo a questões de curto e médio prazos. Porém, não só isto. Penso que duas linhas temáticas prevalecem.

Em primeiro lugar, era necessário desvendar o interior do Estado e, neste sentido, os problemas institucionais aparecem mais claramente. Era fácil perceber a autonomia do Estado, até em exemplos na área da política externa (como um país “dependente” como o Brasil abriu, nos anos 70, várias frentes de conflito com os EUA, tanto na área comercial quanto na estratégica e política?). O difícil era conhecer os seus limites e a sua dinâmica. Neste sentido, o conhecimento “interno” dos Estados, das alianças que constitui, de como se influenciam as suas decisões, dos setores sociais com que forma linhas de aliança, o mecanismo dos “anéis burocráticos”, das formas de sustentação do autoritarismo e da democracia (como no caso da Venezuela) são temas correntes. Também será, em uma nova perspectiva, a questão militar. Neste sentido, a contribuição norte-americana — afinal, o pensamento latino-americano sempre soube se enriquecer com a contribuição estrangeira, seja a teórica seja a que analisou aspectos específicos de nossa realidade — e me lembro de um Stepan —, foi decisiva para renovar a temática e a metodologia da pesquisa em ciência política no Brasil. Não é por acaso que a *própria diferença entre sociologia e ciência política fica mais marcada nos anos 70*, quando os problemas se tornam mais explicitamente políticos e quando retornam dos EUA muitos pesquisadores; nós, que nos formamos antes, éramos, na maioria, devotos da sociologia européia.

Em suma, o tema da construção democrática abre simultaneamente o campo da reflexão sociológica e o da ação política dos intelectuais. Queríamos saber quais eram as origens do autoritarismo, as condições para que se mantivesse e onde seria vulnerável. Queríamos, politicamente, explorar as suas fragilidades. Discutimos suas raízes culturais e seus apoios de classe. Para alguns, o autoritarismo era mais que um fenômeno político e parecia o desti-

no necessário de uma América Latina para a qual a História, corporativista e patrimonial, havia negado a experiência da liberdade.

Em segundo lugar, surgem, mais no campo da economia, preocupações localizadas e estruturais, com os efeitos da política econômica autoritária. Os temas conjunturais não estavam explícitos nos anos 50. No marco de um argumento de corte estrutural, preferíamos analisar modelos de organização econômica em suas interações com modelos sociais e políticos. Agora, trata-se de descer ao concreto, estudar implicações de “policies”, de orientações escolhidas pelos Governos. Para referir de novo as contribuições de um “brazilianist”, lembro as análises pioneiras de Fishlow sobre padrões de distribuição de renda.

Essas análises, que somam questões parciais, vão desembocar, mais adiante, já no fim dos anos 80, na compreensão do *esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações*. Penso que a crítica ao modelo se fez por etapas. Inicialmente, como acabo de apontar, levantam-se as *deficiências do modelo como indutor de justiça social*; em seguida, quando se abre a crise da dívida, fica clara a *falta de condições para que promovesse um processo sustentável de auto-financiamento* (e do momento em que se esgota a capacidade de poupança externa e a capacidade fiscal do Estado se enfraquece, não havia simplesmente poupança privada que levasse adiante o crescimento); *o peso da máquina estatal*, em que se multiplicam atividades empresariais e regulamentadoras, *se mostra ineficiente e incapaz de acompanhar as mudanças no mundo e no Brasil*; *o controle das variáveis macro-econômicas se perde com a inflação*, em alguns casos, hiperinflação dos anos 80; finalmente, percebe-se, sobretudo quando se compara, já no final dos oitenta, com as experiências asiáticas, que *o modelo simplesmente enfraquecera a competitividade da economia como um todo*.

Faço um parêntese para dizer algo que se sabe mas que, ultimamente, anda esquecido. O modelo de desenvolvimento pela via da substituição das importações teve inegáveis efeitos positivos, sobretudo na criação de alicerces para o desenvolvimento futuro

dos países latino-americanos. O fato de que hoje reconheçamos que se esgotou não deve excluir a compreensão de que desempenhou um papel importante. Sabemos que as exigências para lançar um desenvolvimento moderno, de base industrial, impunham que o Estado assumisse, em medida relevante, a função de empresário, suprindo lacunas que correspondiam ao estágio de desenvolvimento das sociedades latino-americanas daquele momento. As idéias não são absolutas, expressam sempre conteúdos históricos.

Para concluir, existe, já neste período, a *diminuição da importância das querelas ideológicas clássicas* na sustentação das bases de valor do pensamento sociológico. Por uma razão simples: por imposição da luta política, centrada no esforço pela democratização, adversários da véspera se tornaram aliados e é evidente que isto traz consequências no plano da reflexão. De uma certa maneira, antecipamos na luta pela democratização efeitos de “desideologização” do pensamento que ficaram claros com a Queda do Muro de Berlim. A preocupação com a conjuntura e a necessidade de focos críticos mais limitados são outros fatores que nos afastam das utopias “maiores” e nos induzem a buscar as “possíveis”. Não queríamos mais transformar radicalmente as sociedades mas sabíamos que, sem transformações e em primeiro lugar no sistema político, não haveria condições de vida digna para nossos povos. A crítica ao autoritarismo não foi só política. Nunca nos iludimos sobre o fato de que a democracia seria simplesmente um primeiro passo de uma longa caminhada. Sabíamos que o autoritarismo não era simplesmente opção de um grupo, mas estava incrustado historicamente, tinha raízes sociais profundas e talvez, por isto, saímos da experiência autoritária mais conscientes do que era necessário para transformar efetivamente as sociedades latino-americanas.

3. RENOVAÇÃO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Faria, agora, um curto balanço do que apresentei, acentuando que, em essência, ao longo destas quatro décadas, a América Latina construiu bases sólidas para “se pensar” e “se pensar” no mundo. Mais especificamente, nos anos 50 e 60, desenhamos a metodologia que nos permitiu compreender *as relações estruturais*

que interpretavam as implicações de determinados modos de inserção no sistema capitalista. Criamos a sensibilidade para a “mudança como rotina” que marca o capitalismo contemporâneo. Nos anos de crise, *voltamo-nos para as instituições e para a análise crítica da conjuntura.* A reflexão completa um primeiro círculo, das bases estruturais desce ao universo das especificidades e das diferenças.

Agora, iniciamos um outro, em que as exigências de compreender relações estruturais novas se somam à necessidade de interpretar realidades políticas novas e, sobretudo, uma sociedade igualmente nova. A agenda é ampla, desafiadora. Mas, acredito que tenhamos o suporte da história de um pensamento rico e, portanto, capaz de entender o que somos e o que podemos ser.

Não serei extenso na descrição da agenda sociológica, neste momento em que, para mim, o desafio é menos o de pensar o Brasil e a América Latina do que o de vencer o duro cotidiano de um governante de um país em desenvolvimento, ainda marcado por inúmeras desigualdades e injustiças. Vou me permitir voltar à minha condição de professor e propor indagações sem me obrigar a responder, como devem fazer os Governantes.

De qualquer maneira, aponto para algumas questões centrais.

a. *O que significa desenvolvimento hoje?* Sabemos que o conceito se ampliou, que envolve questões ecológicas, de justiça social, de direitos das minorias e, ao mesmo tempo, supõe estabilidade macro-econômica e previsibilidade de regras. O problema é conhecer a relação interna entre os diversos aspectos, de tal forma que o processo de crescimento seja efetivamente modelado pelos valores que queremos universais e tenha continuidade. O peso da ciência e da tecnologia, dos aspectos intelectuais, é outro dado decisivo e levanta problemas difíceis sobre como “sair do atraso” Nas origens contemporâneas do pensamento latino-americano, havia claramente uma relação entre as propostas teóricas e as propostas de “policies”, entre reflexão e ação. Hoje, essa relação é mais intrincada mas não pode ser perdida.

b. *Como se dá a inserção da América Latina no mundo?* Na visão da teoria da dependência, aprendemos que o internacional modelava “por dentro” as sociedades latino-americanas. Hoje, o processo continua embora, com a globalização, os efeitos possam ser muito mais contundentes. Pensávamos, nos anos 60, nos efeitos estruturais da inserção que, hoje, se tornaram mais complexos e aos quais se acrescentou a possibilidade de efeitos conjunturais de extraordinário impacto. É a idéia da “onipresença de fluxos” (estudada por Manuel Castells), não apenas econômicos ou financeiros, mas de ampla abrangência, envolvendo modos de comportamento e movimentos de cultura e informação. O levantamento desses dois processos — estruturais e conjunturais — e suas interconexões devem ser revistos e com muito cuidado, porque é essencial para definir as formas “ideais” de reação das sociedades ao sistema internacional, essencialmente as melhores maneiras de aproveitar a inescapável globalização.

Ainda sobre consequências da globalização, gostaria de chamar atenção, em primeiro lugar, para a necessidade de uma reflexão sobre o processo internacional, especialmente sobre algo que, nós, cientistas sociais, não atentávamos com a devida importância nos anos 60, os temas de política externa. Víamos a política externa como uma ação reflexa dos modos de inserção no sistema capitalista, de tal modo que não merecia teorização própria. Não por ter sido eu Chanceler, mas o fato é que as opções de política externa devem ser analisadas em sua dinâmica própria. Há fatores de natureza histórica, estratégica, cultural e tantos outros que afetam diretamente a relação de Estado a Estado e que nos permitem entender opções diplomáticas que se tornam crescentemente relevantes para a análise da modernização de nossas sociedades.

Outro tema que não fazia parte do nosso repertório tradicional — simplesmente não estava na agenda — é o do narcotráfico, da narcoeconomia. É evidentemente um fenômeno global e de extrema gravidade. Mas, ainda estamos longe não só de conhecê-lo em suas manifestações e em sua dinâmica (mesmo o seu alcance é ainda ignorado) como não sabemos o que significa socialmente. É uma doença social? A que se relaciona? À transformação de valo-

res, à exacerbação individualista, à fuga? É uma questão central para que compreendamos não somente o lado criminal do problema, mas o seu verdadeiro significado social. No fundo, é um dado indispensável para conhecer as sociedades modernas.

c. *De que forma definir o papel do Estado?* A crítica liberal ao Estado latino-americano tem o defeito de buscar em padrões ideológicos o que é necessário fazer com o metro da realidade. De uma certa maneira, para enfrentar as forças da globalização, é necessário fortalecer o Estado, que deve criar os *mecanismos de sensibilidade* para a mudança que talvez não tivesse antes. A ação do Estado para conduzir políticas de estabilização, hoje praticamente um “valor” para as sociedades, pode ser abalada por movimentos externos e exige reflexão cuidadosa. De outro lado, as funções clássicas do Estado se renovam. Não existe legitimidade para os Governos se não houver, para os nossos povos, a compreensão de que podem atingir condições de segurança, de justiça adequada, de saúde, de habitação, de educação, de seguridade social em horizonte visível. A pergunta que se coloca, então, para os pesquisadores é a de que maneira um Estado “pobre”, enfraquecido por déficits fiscais que minam a sua capacidade de agir, reconstruirá condições de atuação efetiva? Como realizar os ideais de igualdade que ainda são o pilar necessário de pensamento que quer realmente a melhoria da condição humana?

d. *Como governar democracias?* Nossos países se renovaram. Deixaram de ser sociedades simples, em que era possível reduzir as explicações de sua dinâmica a um jogo de poucas classes. Aliás, repensar o problema das classes na América Latina, marcando as diferenças entre as sociedades nacionais é o primeiro passo. A globalização, como aliás já mostrava a Dependência em um sistema capitalista mais simples, traz implicações dialéticas, uniformiza e diferencia simultaneamente. De outro lado, o peso dos interesses singulares, expresso pelas ONGs, e o papel crescente do “mass media” e de outros meios de comunicações eletrônicos alteram o metabolismo social, questionam as formas clássicas de representação. A democracia se torna mais “viva”, multiplicam-se as exigências de resposta dos Governos. Qual é a teoria para países, ainda

fortemente desiguais, mas que são marcados por comportamentos típicos das democracias de massas? Qual o significado de esquerda e direita no mundo de hoje?

Poderia ir adiante nas minhas indagações. Mencionar, por exemplo, algumas questões internacionais, entre as quais avulta a da integração, que significa a retomada da América Latina como um espaço de cooperação, de forma não-retórica, efetiva e inovadora. Que rumos tomar daqui para a frente? Como completar o trabalho de integração, como irão conviver o MERCOSUL e o NAFTA? Como superar as antigas dicotomias, como a que opunha inflação à recessão, mercado interno a externo, Estado a setor privado, crescimento a distribuição de renda? Como alcançar estabilidade e transformá-la em base para o crescimento sustentável? Como evitar o modelo concentrador de renda e realizar políticas públicas compensatórias? É fundamental uma reflexão sociológica sobre o aparelho judiciário, outro tema esquecido pela ciência social e tão decisivo para o cotidiano dos cidadãos.

Mas, ficarei por aqui. Todas as indagações que fiz apontam para a necessidade de refletir sobre processos de mudança. Nisto, o pensamento latino-americano não se altera desde os primeiros dias de seu lançamento por Prebisch. Como pensadores, quisemos “aprender” a mudar uma realidade que víamos como injusta. Agora, trataremos de fazer a mudança, orientados pelas utopias possíveis.

Gostaria de estender-me mais nessas digressões “semi-acadêmicas”, mas infelizmente, não há tempo para isto, pois outros deveres nesta visita de Estado à Venezuela me aguardam. Queria reiterar meus agradecimentos à UCV que me outorgou o título de Doutor *Honoris Causa*. Registro, também, o meu agradecimento pessoal a Heinz Sonntag, que é um homem do mundo, um intelectual que chegou ao ponto máximo da liberdade: escolheu sua Pátria. Ao homem que durante todo esse tempo, tendo chegado de fora, em 1968, vindo da Alemanha, Sonntag escreveu sobre tudo o que eu mencionei aqui, sobre tudo isso há trabalhos de Heinz Sonntag. Nem sempre estivemos de acordo, mas fomos capazes de discutir, de “brigar” intelectualmente. Guardamos sempre, porém,

o que é fundamental na vida acadêmica: a orientação permanente em direção aos valores universais, o sentido de que sem a crítica intelectual séria, sem a crença em certos pontos de referência não se adquire conhecimento e uma permanente disposição para a participação.

Esta Universidade ajudou a Venezuela a mudar. Heinz Sonntag ajudou-nos a mudar. E eu faço o que posso para mudar um pouco que seja o Brasil.

Muito obrigado.

VI **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da
condecoração de oficiais brasileiros integrantes
do Corpo de Observadores
Militares da ONU na antiga Iugoslávia.
Brasília, 6 de julho de 1995.**

Hoje estamos homenageando militares que honraram o nome da Nação brasileira no exterior. E é com grande satisfação que o faço, tanto que decidi condecorá-los pessoalmente.

São elès:

- o Tenente-Coronel-Aviador César Bombonato;
- o Capitão-de-Artilharia Estevam Cals Theóphilo Gaspar de Oliveira;
- o Capitão-de-Infantaria Harley Alves;
- e o Capitão-de-Artilharia João Batista Bezerra Leonel Filho, que se encontra no exterior no exercício de suas funções;

O Brasil acompanhou, com emoção e expectativa, a situação de tensão e perigo vivida pelos Oficiais brasileiros no cumprimento de sua missão de observadores militares das Nações Unidas na antiga Iugoslávia.

Os riscos pessoais a que foram expostos, em diferentes momentos do longo conflito interno naquela região, nos fazem lembrar que a participação em operações de paz não é uma tarefa fácil e requer responsabilidade e sacrifício.

Essa participação, que envolve muitas vezes gestos de heroísmo anônimo e proações pessoais, se faz em nome de um ideal maior de toda a humanidade: a paz e a esperança de um mundo melhor e mais justo.

O Brasil, ao enviar seus Pracinhas para as frentes de combate da Segunda Guerra Mundial, sabia que alguns tomariam para que a democracia pudesse derrotar o nazi-fascismo. Não é diferente a motivação que hoje leva o Brasil a assumir responsabilidades

maiores na defesa dos mesmos ideais de luta pela paz e pela democracia.

Cabe aqui uma palavra de elogio ao papel desempenhado pelos militares no Brasil de hoje. Os oficiais condecorados com a Ordem de Barão do Rio Branco simbolizam o patriotismo, o preparo profissional, a fibra pessoal e o sentido de dever das Forças Armadas brasileiras.

Rio Branco, cujo sesquicentenário de nascimento comemoramos neste ano, é o patrono da diplomacia brasileira e o maior responsável pela situação de paz que o Brasil vive há décadas com seus vizinhos. Foi um agente da pacificação. Os oficiais homegeados estão recebendo a Ordem de Rio Branco em reconhecimento por uma missão em que, como voluntários, também ajudaram a levar a paz a outros países.

As Forças Armadas brasileiras tem ampliado suas funções, em harmonia com o sentimento atual do povo brasileiro. Muito além das atribuições que lhes são determinadas pela Constituição, as Forças Armadas têm desempenhado papel cívico e humanitário não somente no território nacional, nas longínquas regiões de fronteira, mas também no exterior. A participação crescente das Forças Armadas brasileiras em operações de paz da ONU é uma das facetas mais importantes da modernização de sua atuação.

Senhoras e Senhores,

Nossa presença em missões de paz se fortaleceu pela qualidade demonstrada pelas tropas e pelos contingentes policiais e civis de nosso país. E também pela confiança despertada pelo nome do Brasil, visto no exterior com natural simpatia, como me testemunharam vários Oficiais brasileiros, e com o profundo respeito que inspira nossa tradição pacífica, nossa isenção e imparcialidade no cenário internacional.

Pois nossa participação é desinteressada e motivada por ideais nobres. E nossa sociedade multiracial, democrática e avessa ao preconceito nos traz legitimidade aos olhos de outros povos.

Vamos intensificar essa presença nas operações internacionais de paz. Em breve, estaremos também em Angola, país irmão, que sofre os efeitos trágicos de uma longa guerra civil, com um contingente de cerca de 1.100 homens que integrarão a UNAVEM III.

Esta é uma realidade a que os brasileiros se vêm acostumando e uma exigência, como disse, das relações internacionais contemporâneas.

Mas é também uma exigência do interesse nacional brasileiro, porque devemos, queremos e podemos participar mais intensamente do processo decisório internacional, que trará benefícios concretos ao país.

Senhores Oficiais,

Ao entregar-lhes o diploma e apor-lhes as insígnias da Ordem de Rio Branco, quero, em nome do povo brasileiro, agradecer-lhes mais uma vez e desejar-lhes muitas felicidades, ao lado de suas famílias, e continuado êxito em sua carreira militar. O Brasil inteiro orgulha-se de sua coragem e heroísmo.

Muito obrigado.

VII

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, perante a
Assembléia da República Portuguesa.
Lisboa, 20 de julho de 1995.**

“Outra vez te revejo — Lisboa e Tejo e tudo”.

Encontro no verso do poeta universal, Fernando Pessoa, as palavras para exprimir a alegria que sinto em retornar a Portugal.

A acolhida sempre hospitaleira do povo português deixa-me emocionado e honra meu País.

Brasileiros e portugueses estão unidos indissoluvelmente pela História e pela Cultura; pelo amor à liberdade e por uma amizade de séculos, que a cada dia se renova.

De Portugal herdamos muito mais do que os laços do sangue que corre nas veias da maioria dos brasileiros.

Muito mais do que a língua, que nos trouxe identidade e voz.

Muito mais, ainda, do que o legado arquitetônico, que deu forma, cor e luz a cidades como Ouro Preto, Olinda, São Luís, Alcântara, Salvador, Rio de Janeiro, entre tantas outras.

De Portugal herdamos, principalmente, o espírito de tolerância, o pendor para a conciliação e a vocação universalista.

A integridade territorial mantida ao longo dos séculos, num país-continente, como o Brasil, sempre soou como um mistério para os estrangeiros que estudam a nossa história.

Esse mistério logo se dissipa, quando nos debruçamos sobre a gênese da nação lusitana. Na luta pela reconquista quase palmo a palmo de seu território, Portugal fundou uma civilização que se espalhou por três continentes, e cuja força maior sempre foi a virtude da unidade e da conciliação.

O Brasil tem orgulho dessa herança, porque foi graças a ela que construímos uma grande nação, unida e tolerante.

Pelos campos e cidades brasileiras convivem em boa harmonia brancos, negros e índios; europeus, africanos e asiáticos; cristãos, judeus, muçulmanos.

Credos e raças esforçaram-se para dar origem a um país capaz de respeitar e enaltecer a diversidade. Acolhemos de peito aberto, ao longo dos séculos, milhões de imigrantes de todos os Continentes, que vieram tentar vida nova em nossa terra, gerando riqueza e trazendo para a civilização brasileira suas influências e tradições, que são a fonte de nossa criatividade e vitalidade.

Foi graças a essa herança que vivemos em paz há mais de um século com nossos vizinhos sul-americanos.

Senhores Membros da Assembléia República,

É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me ao Parlamento português.

Esta é uma Casa do povo e de um povo de fibra e valor.

Em nome do povo brasileiro, homenageio neste momento os homens públicos e os cidadãos deste país, responsáveis por um novo Portugal, dinâmico e moderno, que se integra cada vez mais à União Européia, sem esquecer, contudo, suas tradições mais caras e a importância de seus vínculos históricos e econômicos com as nações que brotaram do tronco sólido da civilização lusitana.

Minha visita a Portugal ocorre no momento em que o Brasil se renova na estabilidade e no crescimento econômico.

A exemplo do que vem acontecendo aqui, compreendemos que um projeto de desenvolvimento só terá êxito se assegurar a participação e o atendimento das reivindicações da sociedade, num contexto de liberdade política.

Compreendemos também, em nossa região, que o desenvolvimento não se resume ao progresso material de poucos privilegia-

dos. Hoje, as dimensões social e ética tornaram-se prioritárias e, entre elas, desponta em primeiro plano a garantia do acesso da maioria da população aos frutos gerados pelo progresso.

Sem isso, o crescimento é injusto e estéril. Sem isso, os governos perdem legitimidade e eficiência.

Pensar o desenvolvimento na atualidade requer a percepção de que se alteraram os fundamentos políticos das possibilidades concretas de ação.

O Pós-Guerra Fria, com a superação do conflito ideológico, engendrou uma convergência dos valores da liberdade política e econômica que balizam, a partir de agora, qualquer projeto real de desenvolvimento.

A democracia tornou-se a chave para a conquista do êxito econômico com justiça social.

É inegável que, nas últimas décadas, o Brasil ergueu uma base industrial diversificada e competitiva; mas essa pujança, que nos colocou entre as dez maiores economias do Planeta, não se traduziu em benefícios concretos para todos os brasileiros.

Minha eleição é a prova de que nosso povo anseia pela mudança desse estado de coisas.

A inclusão social e econômica da massa de despossuídos que, no campo e na cidade, clama pela cidadania plena é uma das prioridades máximas de meu Governo.

Completamos em julho o primeiro ano do Plano Real. O sucesso do Plano até aqui decorreu acima de tudo do desejo de toda a nação pela estabilidade monetária, pelo crescimento econômico e pela expansão do nível de emprego.

O Plano Real teve também outro resultado positivo: restaurou, aos olhos da população a autoridade e a credibilidade dos Poderes da República, ameaçados não somente pelos efeitos da grave crise política que se abateu sobre o País com o "impeachment" de um Presidente, mas também pela própria espiral inflacionária.

Neste ponto, é essencial destacar o papel que o Presidente Itamar Franco teve na gênese e na condução do processo de estabilização econômica do Brasil.

Estou seguro de que Itamar Franco realizará em Portugal, como Embaixador, um projeto consistente de aprofundamento de nossas relações, conquistando junto ao povo português o mesmo carinho de que desfruta entre todos os brasileiros.

Tenho insistido em que o Plano Real é apenas o começo de uma grande transformação do Brasil. Estamos conscientes de que para seu êxito pleno são necessárias reformas importantes em nossa estrutura jurídica, entre as quais estão emendas constitucionais, que visam eliminar restrições ao capital estrangeiro, reservas de mercado e a flexibilização de monopólios da União em setores como o do petróleo e das telecomunicações.

O Congresso Nacional compreendeu a importância dessas reformas e vem examinando com espírito patriótico e sentido de futuro essas mudanças, que são uma exigência de toda a sociedade.

Com a privatização de um grande número de empresas estatais e a implementação da Lei de Concessões dos Serviços Públicos, abrem-se oportunidades excepcionais de investimentos no Brasil. Os investidores portugueses devem estar atentos a esse processo e serão muito bem-vindos em nosso País.

Senhores parlamentares,

Os brasileiros estão hoje convencidos de que não é mais possível alimentar projetos de desenvolvimento de caráter autárquico. A globalização da economia é uma realidade incontestável, e ficar à sua margem é um erro de graves consequências.

Uma inserção eficiente na economia mundial tornou-se imprescindível a todas as nações: não há, hoje, segundas ou terceiras vias.

Os brasileiros estão conscientes de que para atrair investimentos externos é necessário criar um ambiente político, econômi-

co e jurídico que garanta condições de viabilidade e previsibilidade para esses investimentos.

A economia globalizada vai abolindo a cada dia a fronteira entre o interno e o externo, ao tempo em que se reordena a divisão do trabalho em escala mundial. O próprio processo produtivo internacionalizou-se, buscando vantagens comparativas em todos os quadrantes.

Outro fenômeno inescapável de nossa era é a integração, e as Américas, a exemplo da Europa, estão dando passos firmes nesse sentido.

Este impulso só se fortaleceu nessas duas últimas décadas, porque a democracia prosperou em nosso hemisfério e o sentimento de rivalidades locais foi substituído pelo espírito da cooperação e da convergência de projetos nacionais.

A integração regional está avançando com uma dinâmica surpreendente.

O Mercado Comum do Sul já constitui uma união aduaneira e projeta-se para os demais países da América do Sul. O volume de comércio entre os quatro sócios aumenta a cada dia e ultrapassa a cifra de 10 bilhões de dólares.

Até 2005, estarão definidas as regras para a conformação de um espaço econômico hemisférico, uma iniciativa cujo impacto sobre a economia mundial será extraordinário, em termos de geração de mais riqueza e crescimento.

A aproximação do MERCOSUL com a União Européia é um desdobramento natural e desejável de ambos os esquemas de integração econômica. Já estão dados politicamente os parâmetros dessa aproximação. Os negociadores começaram a tarefa de identificar prioridades e obstáculos a serem superados.

Terei a honra de presidir em Bruxelas, em setembro próximo, a abertura das negociações em torno do Acordo-Quadro entre os dois agrupamentos, que lançará as bases da associação inter-regional.

É natural que o próprio perfil dos países do MERCOSUL indique nossa preocupação com a liberalização do comércio de produtos agrícolas.

Portugal pode exercer um importante papel para sensibilizar os demais membros da União Européia para o bom encaminhamento dessa questão.

A presença crescente de investimentos brasileiros em Portugal é um sinal claro de que nossos empresários acreditam na dinâmica no mercado português e no potencial deste país como ponto de acesso privilegiado à União Européia.

Preocupa-me sobremaneira a questão do desemprego estrutural que tem afetado tanto as economias desenvolvidas, como as em desenvolvimento.

Cabe à comunidade internacional assegurar a reorganização da produção mundial, além de estimular medidas compensatórias que não tenham mero cunho assistencialista.

Os recentes surtos migratórios do Sul para o Norte são conseqüência direta dessa ausência de medidas globais para atacar a questão do desemprego mundial.

É fundamental e inadiável que os países passem a dar prioridade absoluta ao treinamento, à educação, à realocação da mão-de-obra e a ganhos de qualidade e produtividade industrial que não sacrifiquem novos empregos.

Brasil e Portugal estão prontos para dar um salto qualitativo em suas relações.

Para isso, é fundamental identificar novas potencialidades em termos de cooperação e investimentos mutuamente proveitosos.

O momento que vivem ambas as nações é decisivo para uma ampliação de nossa agenda bilateral em todos os campos.

A expansão e o aprofundamento das realizações conjuntas e da cooperação entre Brasil e Portugal tornará ainda mais suave e

eficaz a superação de eventuais problemas existentes ou daqueles que naturalmente surgem quando as relações se intensificam.

A riqueza de nossos laços históricos e de sangue, as dezenas de milhares de cidadãos portugueses e os milhões de seus descendentes que vivem e produzem no Brasil, a herança cultural comum, como já disse, são nosso principal patrimônio. Nada pode turvar a densidade desses vínculos.

A generosidade e a tolerância são a marca distintiva de nossos povos; a amizade fraterna que os liga, uma sólida ponte entre as duas nações.

Não podemos admitir, portanto, que essas qualidades e tradições que enobrecem nossa gente sejam menoscabadas por poucos oportunistas, cuja motivação principal são ideologias ultrapassadas pela história e inclinações nitidamente racistas.

Senhores parlamentares,

Minha visita a Portugal é uma reafirmação do desejo do povo brasileiro de ver nossa parceria prosperar, trazendo para todos mais oportunidades comerciais, mais investimentos nos dois sentidos, maior integração cultural, mais riqueza e empregos.

Somos hoje países irreversivelmente comprometidos com a democracia, com a liberdade e com a economia de mercado.

Ambos buscamos com legitimidade maior espaço de atuação no processo decisório internacional e, particularmente, no Continente Africano.

O Brasil estará participando em breve da operação de paz da Organização das Nações Unidas em Angola com um contingente de 1.100 homens. Essa participação se faz em nome de um ideal maior: ajudar um povo irmão, do qual muitos brasileiros descendem, a superar a tragédia de uma guerra fratricida.

Os brasileiros estão preparados para assumir responsabilidades cada vez maiores no cenário internacional e os riscos a elas associados.

Motiva-nos para tanto, além de nossa tradição pacífica e o fato de sermos uma sociedade democrática e multirracial, a vontade de auxiliar outros povos na busca da paz e da democracia.

Senhoras e Senhores,

Iniciei minha vida política no Parlamento e a luta contra o arbítrio e a favor dos ideais democráticos sempre foram bandeiras que empunhei com fervor.

Hoje, como governante de um país vibrante e renovado, abraço com convicção um projeto que tem por objetivo trazer mais prosperidade e justiça para todos os brasileiros.

Estou seguro de que os novos tempos que o Brasil vive terão um impacto muito positivo sobre as relações com Portugal.

Reafirmo o interesse de meu País na implementação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, instrumento importante não somente para a projeção de nosso idioma e de nossas culturas em todo o mundo, mas também para o fortalecimento da nascente Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Meu Governo continuará a dar atenção especial à consolidação dessa importante iniciativa.

Com sentido de oportunidade política, realismo, pragmatismo, sem quaisquer pretensões hegemônicas e levando em conta os interesses de todos os sete países envolvidos, poderemos dar passos decisivos para a sólida edificação desse foro de concertação política, cultural e econômica.

Brasil e Portugal estão juntos numa viagem voltada para conquistas importantes. Nossos horizontes convergem para um futuro de prosperidade e de fraternidade.

Invoco Luís de Camões, o herói maior da pátria lusitana, para celebrar a união perene de nossos povos e seu destino comum de grandeza:

**“Tão brandamente os ventos os levavam
Como quem o Céu tinha por amigo.
Serenos o ar e os tempos se mostravam,
Sem nuvens, sem receio de perigo.”**

Muito obrigado.

VIII

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na abertura da II
Cimeira Bilateral Luso-Brasileira.
Lisboa, 20 de julho de 1995.

Em nome do povo brasileiro, trago aos participantes da II Cimeira Bilateral Luso-Brasileira as mais cordiais saudações e uma mensagem renovada de fraternidade.

Esta reunião realiza-se no momento em que as relações Brasil-Portugal alcançam um novo e elevado patamar qualitativo, com alto grau de convergência de interesses e posições no cenário internacional entre os dois países.

O Brasil vive hoje o mais profundo e significativo processo de transformação de sua história recente.

O êxito do processo de estabilização econômica e a retomada do crescimento, a par de promover uma efetiva distribuição de renda e gerar novos empregos, reacendeu a esperança e a confiança da população no futuro do país, principalmente nas faixas menos favorecidas.

Portugal também vive momento auspicioso: sua atual vitalidade econômica, política e cultural, em sintonia com os ideais e conquistas da União Européia, é motivo de orgulho e garantia de um futuro de prosperidade para toda a nação lusitana.

O fato de o Brasil ser hoje o quinto maior investidor estrangeiro em Portugal, que, por seu turno, é o quinto maior receptor de aplicações brasileiras no exterior, demonstra que nossos agentes econômicos estão sabendo avaliar corretamente as perspectivas do relacionamento econômico com este país.

O Brasil também espera poder atrair um volume crescente de investimentos portugueses. Temos a oferecer uma realidade econômica estabilizada e regras de longo prazo de ordenamento da economia.

Nosso processo de privatização avança a passos seguros e a Lei de Concessões de Serviços Públicos abre oportunidades proveitosas para o capital externo.

Temos ainda um bom potencial para adensar o relacionamento bilateral no campo científico e tecnológico, mediante a participação do Brasil em projetos do Programa EUREKA e também de Portugal no Programa BOLÍVAR, que tem como objetivo principal a promoção e a integração tecnológica, financeira e comercial entre os países latino-americanos.

Na área cultural, expresso minha satisfação pela realização em novembro último do 1º Encontro da Comissão Mista Bilateral Executiva sobre a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, que congregou personalidades do mundo político e cultural dos dois países.

Ressalto a importância da criação de um banco de dados para a unificação das informações culturais brasileiras e portuguesas, que inclui o intercâmbio universitário. Esta iniciativa terá impacto positivo para a pesquisa e sistematização dos dados referentes ao intercâmbio bilateral, o que representará valioso instrumento para futuros programas de cooperação.

Senhoras e Senhores,

Nosso relacionamento poderá ser ainda mais favorecido pela aproximação entre o MERCOSUL e a União Européia, e nesse sentido, considero de especial importância o apoio dado pelo governo português à iniciativa de negociação de uma zona de livre comércio entre os dois esquemas de integração.

Presidirei em Bruxelas, em setembro, a abertura das negociações em torno do Acordo-Quadro, que lançará as bases da associação inter-regional.

Preocupa-me neste particular a questão da liberalização do comércio de produtos agrícolas, tendo em vista o perfil das economias que integram o MERCOSUL.

O governo português pode exercer um papel de destaque no sentido de sensibilizar os demais membros da União Européia no tratamento deste assunto.

Brasil e Portugal têm apresentado uma grande coincidência de posições nos principais temas da agenda internacional, inclusive na necessidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A Reunião dos Chanceleres dos sete países de língua portuguesa ontem realizada serviu para que o tema da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa fosse reavaliado de forma pragmática e realista, sem quaisquer pretensões hegemônicas.

Estou empenhado em prestar toda a cooperação para que a idéia da Comunidade possa avançar em bases sólidas. Esta iniciativa tem grandes méritos e já consolidou uma realidade política irreversível.

Nosso compromisso com o bem-estar e com o futuro de paz e de prosperidade dos países de língua portuguesa é agora reforçado por nossa disposição em participar com contingente expressivo de homens na operação de paz das Nações Unidas em Angola.

O Congresso Nacional já aprovou o envio de tropas para nossa participação na UNAVEM III e em agosto estaremos presentes em Angola com 39 Oficiais de Estado-Maior, uma companhia de engenharia e dois postos avançados de saúde, aos quais se seguirá um batalhão de Infantaria, com cerca de 800 homens.

Senhoras e Senhores,

Assinaremos nesta II Cimeira uma série de atos importantes.

Estou seguro de que a troca de informações sobre política e economia que deverá ocorrer neste encontro, além da discussão de temas de interesse comum entre os dois países, servirá para consolidar ainda mais a nossa parceria.

Muito obrigado.

IX

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
almoço oferecido pelo Senhor Primeiro-
Ministro da República Portuguesa,
Aníbal António Cavaco Silva.
Lisboa, 20 de julho de 1995.**

Ouvi com alegria as amáveis palavras que Vossa Excelência reservou ao Brasil e com que distinguiu a mim pessoalmente.

A hospitalidade calorosa que tenho recebido do povo português muito me comove e constitui uma manifestação de apreço muito especial pelo Brasil.

A presença de um presidente brasileiro em solo português é sempre uma ocasião festiva, uma oportunidade para renovar e fortalecer a secular amizade que nos une.

Senhor Primeiro-Ministro,

O mundo mudou. Caíram as barreiras ideológicas que balizavam as relações internacionais. Abriram-se novos espaços de inserção para países como Brasil e Portugal.

Está mudando também a perspectiva que temos um do outro e é natural que assim o seja.

Queremos transformar a natureza de nosso relacionamento, explorar plenamente suas potencialidades.

Em minha primeira visita a Portugal como Presidente, encontro um país moderno, revigorado e dinâmico, pronto a assumir um papel de crescente importância no concerto europeu e na cena mundial.

Trago comigo a mensagem de um novo Brasil, de um Brasil democrático, que avança irreversivelmente rumo à estabilidade econômica e ao desenvolvimento com justiça social, e que busca uma presença maior no cenário internacional.

Senhor Primeiro-Ministro,

Temos muito a construir juntos. São múltiplas as áreas de convergência entre nossos países, e ainda maiores as possibilidades de cooperação que se abrem na atual conjuntura.

Temos de incorporar novos atores nesse processo: empresários, universidades, centros de pesquisa, artistas, para estimular o contato entre brasileiros e portugueses, aguçar a curiosidade de um pelo outro.

Enfim, temos de erguer um novo marco para o nosso relacionamento bilateral; discutir os temas de interesse mútuo e enfrentar os problemas de nossa agenda, com ânimo genuíno de elevar o patamar qualitativo de nossas relações.

É o que nossos povos esperam de seus governantes. É o que procurarei realizar como Presidente do Brasil.

É com esse espírito que convido todos a juntarem-se a Ruth e a mim num brinde a nosso destino comum, à prosperidade de brasileiros e portugueses e, muito especialmente, à felicidade pessoal do Primeiro-Ministro Aníbal António Cavaco Silva e da Doutora Maria Cavaco Silva.

Muito obrigado.

X

Aula do Senhor Presidente da República,
Professor Fernando Henrique Cardoso, na
Universidade de Coimbra, durante a cerimônia
de outorga do título de Doutor *Honoris Causa*.
Coimbra, 21 de julho de 1995.

I. INTRODUÇÃO — TRABALHO ACADÊMICO E AÇÃO POLÍTICA.

É com grande orgulho que recebo da Universidade de Coimbra o título de Doutor *Honoris Causa*. Não preciso exaltar as tradições de um dos mais antigos centros de cultura da Europa, nem recordar o fato de que Coimbra esteja tão fortemente ligada à história do Brasil.

Se me permitem uma referência pessoal, lembro que, na última vez que visitei Coimbra, em 1990, participei da homenagem que a Universidade prestava a Florestan Fernandes, um dos criadores da moderna sociologia brasileira. Fui seu aluno e depois seu colega na Universidade de São Paulo. Sua atitude exemplar de professor combina-se, em vários momentos, quando participa da vida política, com a devoção à luta pela igualdade, como se todo o seu saber só se justificasse na medida em que servisse aos que nada ou pouco têm.

A praxe recomenda que quem recebe o título deve dar uma aula, o que faço com prazer. Minha aula não terá o rigor científico, o cuidado analítico que procurei imprimir a meus trabalhos sociológicos. Estará na confluência do trabalho intelectual e dos dilemas dos que são obrigados a decidir, sabendo que o tempo dos dois movimentos é diferente. Na vida política, o tempo é uma variável fundamental, mas não escolhemos o seu ritmo que, freqüentemente, exige que substituamos a reflexão pela sensibilidade, a razão pela intuição.

II. IDEOLOGIA NO PÓS-GUERRA FRIA.

O tema que escolhi é o de que orientações ideológicas modelam as nossas opções neste momento do Pós-Guerra Fria. Como se articulam essas orientações numa democracia moderna?

Bobbio retomou, em ensaio recente, a questão da permanência, mesmo esmaecida, das ideologias, da dicotomia esquerda-direita.

Penso que é um tema que interessa à reflexão sociológica e política no Brasil e em Portugal, pois, afinal, somos democracias em construção, que compreendem a necessidade de aperfeiçoar-se. E aí, o tema dos valores, que orienta escolhas, é fundamental.

Falarei tendo como pano-de-fundo o Brasil, sociedade moderna com características próprias. Ainda que os diagnósticos sobre a “dualidade brasileira” estejam ultrapassados, os desequilíbrios sociais no Brasil nos tornam contemporâneos das sociedades mais avançadas e mais atrasadas. Essas assimetrias nos permitem ver com clareza problemas que atualmente existem nos países ricos, como o desemprego estrutural, e nos países pobres, como os da marginalização e do combate à miséria.

IV. DIREITA E ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA.

De que servem hoje as ideologias modernas — o liberalismo, o socialismo, a social-democracia, o nacionalismo? Historicamente, elas tiveram um peso na orientação dos atores políticos, dos grupos sociais. Deram padrões de julgamento sobre o que faziam os “homens políticos”. Criaram critérios de avaliar o que era “progressista”, o que melhorava a condição humana.

No plano das ideologias, a queda do Muro de Berlim leva a, pelo menos, duas atitudes. De um lado, uma euforia, fácil e enganosa, a de que teríamos chegado ao fim da “era das ideologias”, como se tivesse sido criado consenso universal sobre o que é melhor para as nações. Os problemas não teriam mais a ver com “idéias”, mas com “práticas”. De outro, a compreensão de que, apesar de

crescentes convergências, estas não se transformam em unanimidades. Há dilemas e contradições no campo da política.

Como organizar então o debate sobre o sentido do progresso? A derrocada do socialismo real traz problemas novos como o de saber até que ponto a matriz clássica, esquerda-direita, ajuda a entender os padrões de valores de nossos dias. Esquerda é progresso e direita é reação? Que esquerdas há? Que direitas há?

Podemos retomar os critérios de Bobbio e aceitar que a esquerda orienta-se por um sentimento igualitário e a direita aceita a desigualdade como natural. Reconheço que são fórmulas vagas e, por isso, socorro-me da sociologia para tentar preenchê-las.

O que significam direita e esquerda no panorama intelectual latino-americano? Uma primeira observação é a de que nós, intelectuais latino-americanos, fomos, em maioria, de esquerda. Em dois sentidos: os temas eram enfocados em boa parte pela matriz marxista e, quando nos manifestávamos politicamente, a crítica e a insatisfação predominavam. Queríamos transformações em nosso continente.

Em contrapartida, especialmente no Brasil, a direita era talvez mais “prática” do que “ideológica”. Seus intelectuais eram poucos e estavam sintomaticamente mais perto do Direito e da Economia do que das Ciências Sociais. Diante da questão da desigualdade, valorizavam não tanto a sua naturalidade, à moda da direita tradicional européia, mas a *necessidade de controle social*. A ordem era o valor maior e, nisto, as doutrinas de segurança nacional foram sua clara expressão moderna. Em economia, defendiam as soluções de mercado, às vezes, de forma radical. Hoje, com o sopro dos ventos liberais, o Estado forte não é mais inspirador da direita.

III. A ESQUERDA TRADICIONAL: IDEAIS E MÉTODOS.

Mas, voltemos ao pensamento de esquerda. Como ela exprime o *ideal da igualdade*? Para a matriz marxista da esquerda latino-americana, a vida política culminaria quando se desse a cada um segundo as suas necessidades. Atitude utópica, de difícil visua-

lização, salvo a ênfase na igualdade social e econômica, mais do que na política. Se nos países de socialismo real, esta formulação se torna concreta, visível, na América Latina a revolução cubana adota uma versão própria do ideal da igualdade: diferentemente do modelo soviético, sociedade mais avançada e industrializada, Cuba forja um modelo de *igualdade na pobreza* e abre a perspectiva de que é possível dar saúde e educação para todos.

A conquista de uma “igualdade concreta” em Cuba confirma que alguma transformação radical do sistema é necessária para reverter a exploração. Nem todos os projetos de esquerda, porém, serão radicais.

No limite, abandona-se o socialismo por alguma forma de “desenvolvimentismo”. Mas a compreensão da necessidade de transformação, comandada pelo Estado, é universal e orienta a ação dos partidos “progressistas” em suas variantes da democracia cristã, da social-democracia, do trabalhismo, e do próprio populismo. De uma certa forma, o ideal da igualdade se transforma em propostas de elevação das classes oprimidas.

Outro tema importante, no pensamento de esquerda latino-americana, é o dos *métodos para chegar à igualdade*, ou para melhorar as condições sociais. Lembro inicialmente que o pensamento liberal tem uma visão negativa, *hobbesiana*, do homem, bem como uma visão positiva do social, na medida em que, livres, as forças sociais criam, via mercado, riqueza e harmonia. Para a esquerda, o movimento era inverso: partia-se de uma visão positiva, *rousseauniana* do homem; mas a sociedade o corrompe e é necessário algum tipo de *engenharia social* para tornar sadias as organizações sociais. Isto leva, na matriz marxista, a uma espécie de repúdio às instituições existentes, vistas como reprodutoras da desigualdade.

O objetivo não era simplesmente conquistar o poder. Era mais do que isto, era mudar a natureza da relação entre os homens, extirpar os mecanismos de exploração. Daí a importância da idéia revolucionária, da busca do ator que a levaria adiante — o proletariado urbano ou camponês — e da melhor estratégia de vencer as

classes dominantes, da via eleitoral à luta armada. E, mesmo quando se aceitava a via eleitoral, ela era vista como passo para uma transformação ontológica da sociedade a qual, num segundo momento, dispensaria as formalidades da democracia burguesa.

Quanto mais à esquerda, tanto menos importante era o debate institucional. As instituições se corrigiriam automaticamente com as mudanças sociais. Paralelamente, do ângulo dos desenvolvimentistas, não necessariamente de esquerda, a defesa do Estado de Direito aparecia como algo supérfluo diante do desafio da industrialização e do desenvolvimento econômico. A chamada burguesia progressista foi muito mais estatizante e nacionalista do que liberal-democrática. Coincidia com a esquerda na relativização dos aspectos formais da democracia. O tema da democracia formal surgirá, com força, somente no marco do combate ao autoritarismo, quando se começa a admitir que as instituições pesam na vida do indivíduo e da sociedade.

Na Europa do Pós-Guerra, ao contrário, deu-se a opção pela “reforma ao invés da revolução”, ou seja, a aceitação do jogo eleitoral como instrumento para chegar ao governo e, a partir dele, obter-se a redistribuição da renda. A luta armada fica “estacionada” na Revolução de 1917.

Um terceiro elemento de análise do pensamento das esquerdas diz respeito à *abrangência das propostas*. A tendência da esquerda era a de buscar conflitos estruturantes, do conjunto da sociedade. Também as formas de solução do conflito abrangiam soluções para toda a problemática social. A tomada do poder mudaria o social e o econômico, ao tempo em que criaria uma nova moralidade. Reordenaria também o quadro internacional, com a superação do imperialismo. No caso da esquerda brasileira, a tendência natural era ver, na história do Brasil, uma repetição da européia, os mesmos padrões de conflito. Nossas interpretações eram baseadas na idéia de que a classe operária não estava ainda suficientemente organizada para cumprir a sua missão histórica.

IV- IDEOLOGIAS NA ATUALIDADE.

Este mundo que descrevi de forma simplificada supunha o marco da Guerra Fria. Hoje, como ficamos?

Os critérios que emergem da visão “tradicional” da esquerda parecem superados. O debate sobre o alcance do ideal da igualdade não morreu, embora se tenha tornado mais concreto, voltado para problemas de gestão. Ainda faz parte da visão de futuro sobre as nossas sociedades, porém com uma diferença: perdeu-se o “ideal concreto”, representado pelos modelos do socialismo real, porque falharam tanto politicamente, ao abafar as liberdades, quanto economicamente, ao colocar obstáculos à modernização. Temos agora de pensar o futuro sem a rigidez de modelos acabados.

Além disso, a escolha da estratégia de ação já não prescinde do marco da democracia. A democracia e a defesa dos Direitos Humanos tornam-se referencial necessário do progresso, é mesmo ingrediente do progresso. Paralelamente, a agenda contemporânea da pólis fragmenta-se, tornando pouco nítidas as balizas de atuação política, à direita e à esquerda, no tocante a temas como a questão da mulher, da ecologia, do controle demográfico, da sexualidade. Tais temas envolvem novas concepções da interação democrática entre a cidadania e o Estado, que extravasam o quadro de análise das ideologias tradicionais.

Disso derivam várias conseqüências. A mais evidente é a de que os atores sociais passam a valer igualmente na arena política e não existem mais “demônios” a serem eliminados, como a burguesia na perspectiva marxista tradicional. Não existe imposição ideológica. Deve haver abertura e tolerância. O peso do argumento e a maneira como é defendido em termos de mobilização política tornaram-se decisivos no processo de definição do que é legítimo em termos das políticas e dos projetos sociais. Idealmente, valeriam mais as forças de persuasão do que o poder econômico. *A democracia, como ideal, passa a ser um jogo de razão.* Os padrões éticos, obtidos em consenso social mais amplo, julgam a ação política.

Em sociedades como as latino-americanas, em que as diferenças sociais são agudas e patentes, os objetivos de igualdade estão dados: fornecer a todos os cidadãos os serviços básicos de saúde, educação, segurança, cultura. Uma afirmação como esta é simples, porém frágil. Definir o ideal de esquerda, à maneira de Bobbio, como o da igualdade, em nosso Continente, é o começo de um longo percurso. Dirá pouco sobre o que fazer e aí está o nó da questão ideológica contemporânea.

Na realidade, o essencial é reter a continuidade do ideal e saber que ele envolve, para sua realização, ações variadas, que vão desde políticas compensatórias à dissolução de privilégios. Esta é, aliás, uma das questões difíceis de resolver.

O que são privilégios em uma sociedade de contrastes? Na visão tradicional da esquerda, o privilégio se identificava com uma classe, com os "ricos". Agora, a perspectiva deve ser mais cuidadosa e os empresários têm um papel no desenvolvimento. Há desigualdades aceitáveis, quando existe uma rede mínima de proteção do cidadão. O problema agora é evitar, como fazia o Estado autoritário, de cercar de vantagens os que já têm uma posição "assegurada", seja na estrutura social, seja na máquina do Estado, de tal forma que as políticas de governo não se tornem "reprodutoras da desigualdade".

É preciso chamar a atenção para a persistência de posturas "passadistas" nas atitudes da esquerda e da direita, que reagem à mudança, por receio de que possa ser prejudicial aos interesses da maioria ou de seus privilégios, dentro e fora do Estado. Adotam os argumentos conservadores — descritos por Hirschmann — em parte porque não aceitaram a complexidade da sociedade contemporânea, que repele raciocínios dicotômicos.

A esquerda tradicional subestimou a capacidade da democracia de promover melhorias na condição de vida do proletariado e do campesinato. Aferrou-se a estruturas políticas fechadas e autoritárias; subestimou, também, a importância da livre circulação de idéias e informações, num momento em que um novo paradigma tecnológico começava a comandar um processo produ-

tivo cada vez mais internacionalizado e comandado pela lógica da economia de mercado.

Por outro lado, é inegável no mundo contemporâneo o papel de uma esquerda crítica, *habermasiana*, capaz de recolher as diversidades e as contradições da sociedade, de forma a canalizá-las no sentido do progresso e do aperfeiçoamento do jogo democrático.

Agregaria que, nas democracias contemporâneas, a questão da igualdade de oportunidades de acesso à educação tornou-se prioritária. Embora essa proposição contenha elementos idealistas, dada a evidência de que há nítidas disparidades sociais na “partida”, em favor dos herdeiros das classes mais privilegiadas, em muitos países é possível dizer que existe uma boa oportunidade de acesso a todos os cidadãos. Isso atenua, de certa forma, a própria noção da injustiça.

Se o ideário da esquerda tradicional avançou, deixando para trás noções como a da ditadura do proletariado ou do planejamento central, o ideário associado à direita também evoluiu, incorporando políticas públicas compensatórias para atenuar as desigualdades mais flagrantes. Esquerda e direita ainda se distinguem, embora em marco em que há maior espaço de convergência.

Gostaria, neste momento, de comentar a questão do chamado neo-liberalismo, que, apesar de admitir variações, como mostrou recentemente Perry Anderson, tem ocupado grande espaço na mídia.

Há qualificações preliminares a fazer. A primeira é de que é necessário respeitar as realidades nacionais. Da mesma maneira que o pecado da esquerda tradicional foi o de transferir categorias pensadas no bojo do capitalismo avançado para o mundo latino-americano, o pecado neo-liberal pode produzir a mesma distorção. As receitas prescritas pela ideologia neo-liberal devem, assim, ser examinadas com cautela. É evidente que o papel do Estado em sociedades européias, muito mais homogêneas, será diferente nos países do Sul. Da mesma forma, se a moldura for a social-democrata, e não a liberal, o peso da questão social será diferente

Parece-me simplificação inaceitável substituir o Estado pelo “mercado”. Também é inaceitável a tentativa de reduzir tudo ao pragmático e dizer que é positivo simplesmente o que deu certo em termos econômicos, o que aumentou no PIB. É claro que o bom desempenho nos números, o controle das variáveis macroeconômicas, é importante, — e louvem-se os liberais por apontar com ênfase para esses temas. Mas é insuficiente, pois, se não houver uma crença em valores, no sentido coletivo de avanço social, a sociedade se desorienta e as lideranças se esvaziam.

Aqui entra o ideário social-democrata. Se o objetivo é distribuir rendas, abandonando as vias radicais, o problema que se coloca é duplo: o da eficiência e o da equidade, que devem ser combinados. O objetivo do desenvolvimento, da produção como requisito para o bem-estar, deve estar em harmonia com políticas que sejam capazes de universalizar os benefícios sociais.

Neste sentido, o dilema Estado-mercado é falso. O papel do Estado, como agente regulador, deve ser mais eficaz. Assim, a proposição para a qual devemos estar atentos é o *papel do Estado no mercado*. O problema é como aumentar a competitividade e como tornar mais transparentes tanto as decisões de investimento, como as que afetam o consumo. Isto é, como torná-las controláveis pela sociedade e não somente pelas burocracias do Estado ou das empresas.

Diferentemente do neo-liberalismo, a social democracia desloca, portanto, o eixo da opção entre estatal e privado do plano ideológico para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia.

É importante para o funcionamento da economia é não tanto a diferença entre ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre setores sociais organizados, que incluem importantes setores das classes trabalhadoras e médias, e setores não-organizados. As pressões corporativas constituem empecilhos para a *universalização* das conquistas sociais. É assim com o salário, com a Previdência, com os benefícios da aposentadoria, com o acesso à educação e à saúde. É preciso evitar a postura neo-liberal que

crítica toda e qualquer reivindicação por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores e prefere a luta “no âmbito do mercado” que asseguraria a igualdade a longo prazo. E também evitar o “atendimento populista”, que considera válida qualquer reivindicação de *los de abajo* sem se perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades.

O critério da competitividade, da absorção de meios que permitam ganhos de produtividade são a pedra de toque de políticas econômicas que tenham por objetivo aumentar o bem-estar social da população. E esse é o desiderato da social-democracia. Ela reconhece que o esforço de crescimento econômico é condição para o bem-estar social. Reconhece que certos mecanismos de intervenção podem ser necessários para criar condições internas de competitividade. Trata-se, portanto, de uma questão de gradação e da escolha de alternativas políticas que, seletivamente, assegurem o que é fundamental: o interesse público.

E é justamente na forma de definir o interesse público que uma nova esquerda, se souber retomar os ideais e a tradição de tolerância da social-democracia, pode oferecer caminhos inovadores, porque inspirados numa utopia viável. Nesta utopia, a esquerda não apenas descobre os movimentos sociais, mas cria espaços públicos e institucionaliza mecanismos revitalizados de democracia participativa, que conciliam direitos e motivações individuais com o fato de os indivíduos viverem situações comuns, coletivas e também com o fato de que valores comuns devem ser a base das necessárias soluções de justiça social.

XI **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido em homenagem ao Senhor
Presidente da República Portuguesa.
Lisboa, 21 de julho de 1995.**

O carinho que tenho recebido de todos nesta visita confirmam uma vez mais a proverbial hospitalidade portuguesa e a fraternidade secular entre nossos povos, que se renova e se aprofunda a cada dia.

Ainda estou impressionado com a beleza e a profundidade das palavras que ouvi de Vossa Excelência nos encontros que tivemos. Muito além dos diagnósticos lúcidos do mundo contemporâneo, identifiquei nelas o desejo de construir pontes sólidas que nos levem mais longe do que a simples reafirmação de nossa amizade.

Somos pátrias unidas pelo destino e pelo sangue, fortalecidas, hoje, pela força de nossas democracias.

Somos países cuja vocação para o universalismo, para a paz e tolerância reserva-nos uma posição de respeito e de destaque no concerto internacional.

Somos, ainda, nações comprometidas com um projeto real de modernidade que ultrapassa a dimensão do progresso econômico, para incorporar os anseios sociais, éticos e políticos de nossas sociedades.

Nós, brasileiros, temos em Vossa Excelência, Presidente Mário Soares, um amigo dedicado, que sempre zelou pela promoção de iniciativas que aproximassem Brasil e Portugal, com projetos de cooperação pragmáticos e realistas.

Em todos os seus atos, Mario Soares demonstra seu talento extraordinário de Estadista moderno. Do político que tem a sensibilidade de usar a tradição e a experiência para antecipar o futuro, para mostrar a rota de prosperidade à nação portuguesa.

Nossos países estão atentos às grandes transformações que estão ocorrendo no mundo e cujo alcance ainda não conseguimos descortinar por completo, tal sua velocidade e amplitude.

O grande desafio que os governantes devem enfrentar neste final de século é justamente o de lidar com horizontes de mudança cada vez próximos, o que exige uma capacidade de liderança e de promoção de consensos ainda mais desenvolvida. E nisso, o Presidente Mário Soares tem sido um exemplo para todos nós.

O grande poeta Murilo Mendes, de Juiz de Fora, a terra querida do Embaixador Itamar Franco, resumiu magistralmente essa necessidade que enfrentaremos da adaptação constante às novas realidades:

“A humanidade deverá entrar no período de reajustamento da experiência”.

Ao convidar o Presidente Itamar Franco para ocupar a Embaixada do Brasil em Lisboa, convite que ele aceitou prontamente por estar sempre disposto a enfrentar novos desafios, quis sinalizar claramente a singular importância que atribuo a nosso relacionamento com Portugal.

Nossas relações econômicas têm nítido potencial de crescimento. Tenho insistido em minhas conversas com empresários portugueses e brasileiros na necessidade de ousadia na concepção de iniciativas que aproximem ainda mais nossas economias.

A formação de “joint-ventures” e a exploração de oportunidades de investimento em ambos os países têm perspectivas cada vez mais auspiciosas.

Associados, brasileiros e portugueses poderão beneficiar-se do acesso aos mercados expandidos da União Européia e do MERCOSUL, além da possibilidade de explorar novas incursões em terceiros mercados, sobretudo no Continente Africano.

Estou seguro de que traduzo o pensamento do Governo português ao reafirmar esse firme propósito de fomentar o crescimento de nossas relações econômicas e comerciais.

No plano internacional, o Brasil está preparado para assumir maiores responsabilidades. Temos a nosso crédito uma história de convivência pacífica na cena mundial, uma diplomacia competente e de sólida tradição na busca das soluções negociadas. Nossa dimensão territorial, populacional e econômica, associada a uma sociedade multirracial, que crê firmemente em ideais democráticos, são credenciais suplementares a justificar a consistência desse projeto.

A democratização do processo decisório internacional é uma necessidade inadiável. E a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui uma oportunidade única para ampliar a legitimidade do órgão. Reconheço com gratidão o papel decisivo que Portugal tem exercido para que o Brasil possa participar mais ativamente desse processo de democratização da cena internacional.

Vivemos um momento muito favorável de nossa história com a vitalidade da nação portuguesa plenamente integrada no espaço europeu e com o Brasil em processo irreversível de recuperação econômica.

Precisamos aproveitar estes ventos promissores para revigorar nossa parceria fraterna, que já registra um acervo impressionante de realizações.

Presidente Mário Soares,

Voltar a Portugal é para mim — e para todos os brasileiros — motivo de especial alegria.

O calor humano da gente portuguesa, sua solidariedade transborda em cada gesto, em cada palavra.

Essa amabilidade ficou uma vez mais comprovada pelo extraordinário tratamento que recebemos, Ruth, eu e toda a minha comitiva em Queluz.

Agradeço-o de todo coração pela hospitalidade e peço-lhe transmitir este reconhecimento a todos aqueles que deram tudo de si para que nossa estada aqui fosse simplesmente perfeita.

Ruth e eu guardaremos para sempre na memória estes momentos de emoção e afeto. Muito obrigado a todos.

É com esse espírito que convido a todos a me acompanharem num brinde a nossa irmandade, à prosperidade de ambos os povos e, particularmente, à felicidade de nossos amigos pessoais Presidente Mário Soares e sua estimada mulher, a Doutora Maria de Jesus Barroso Soares.

XI-B

Aula do Senhor Presidente da República,
Professor Fernando Henrique Cardoso
na Universidade do Porto, na cerimônia
de outorga do título de Doutor *Honoris Causa*.
Porto, 22 de julho de 1995.

I — Introdução

Quero, inicialmente, expressar meu agradecimento à Universidade do Porto pelo título de Doutor que me concede e que muito me honra. Renovar o contato com a Academia, como hoje faço, é sempre motivo de satisfação para alguém que se orgulha de ter dedicado grande parte da vida ao ensino na Universidade.

Reza a tradição que o homenageado dê uma aula. O objeto de minha exposição será o de examinar, em linhas gerais, os principais traços e as tendências mais importantes do cenário internacional contemporâneo.

Em meus anos de vida acadêmica, minhas reflexões tiveram como ponto central a compreensão das possibilidades e dos limites do desenvolvimento dos países da América Latina, da interação de condicionantes externas com as variáveis internas para produzir, nos países da região, um caminho possível de desenvolvimento que chamávamos, Enzo Fallento e eu, de modelo capitalista dependente-associado.

A dimensão internacional já estava presente, portanto, em meus estudos, embora subordinada à preocupação maior de explicar o quadro interno.

Hoje, no entanto, quero concentrar-me exclusivamente nas transformações mundiais dos últimos anos, não apenas porque, cada vez mais, é o externo que passa a influenciar o interno em cada país e isso vale tanto para o Brasil como para Portugal, mas também porque me sinto mais à vontade para enveredar pelos temas da agenda internacional. É que agreguei à perspectiva do acadêmico uma nova faceta: tornei-me também ator e operador de política externa, antes como Chanceler, agora como Presidente da

República. E nada substitui a vivência direta das questões internacionais para chegar-se a um entendimento mais abrangente dos desafios que apresenta um cenário externo em mutação acelerada e constante.

II — O plano econômico. Globalização da Economia. Os esforços de integração. O Terceiro Mundo.

No plano geral das relações econômicas, a tendência mais nítida é a da internacionalização do processo produtivo. É uma realidade que se foi construindo nas últimas décadas. Há mais de 25 anos, eu utilizava o termo «internacionalização dos mercados» para caracterizar a atuação das empresas multinacionais em países com o Brasil, transferindo para eles, como resposta à elevada proteção tarifária, algumas de suas operações para penetrar naqueles novos mercados. Mas na verdade era mais complexo o processo que vinha ocorrendo: mais do que a simples internacionalização dos mercados, tratava-se da internacionalização do processo produtivo, ou, como se diz freqüentemente, da globalização da economia, da expansão dos fluxos internacionais de comércio e de capitais, que acarretou profunda reorganização do sistema econômico mundial.

Algumas das conseqüências da internacionalização do processo produtivo são hoje claras. Em primeiro lugar, criou oportunidades de certa maneira inesperadas ao produzir novas ondas de industrialização no mundo.

Os tigres asiáticos e até certo ponto o próprio Japão souberam sair à frente, com políticas industriais e educacionais mais eficientes. As altas taxas de crescimento que obtiveram nas últimas décadas resultaram do acerto dessas políticas e também das perspectivas abertas pela globalização.

Em segundo lugar, as escalas ampliadas de produção e de mercados exigidas pela globalização ditaram um processo de unificação, de integração de grandes espaços econômicos. E pioneira experiência européia, que os portugueses vivenciam tão de perto, é o esforço mais avançados nesta direção. Mas há outras iniciati-

vas, inclusive sub-regionais, como é o caso do Mercosul, que tem sido importante fator de dinamismo para a economia brasileira. O fenômeno de multipolarização econômica em espaço regionais foi visto por muitos não apenas como uma ameaça de esfacelamento do sistema internacional, mas também como um potencial de disputa pela hegemonia econômica.

Reforçavam essa visão os sucessivos adiantamentos na conclusão da Rodada Uruguai do GATT; os crescentes atritos comerciais entre Estados Unidos, Europa e Japão, e ainda algumas obras como as de Lester Thurow e Paul Kennedy que tiveram repercussão e enfocavam, sob diferentes ângulos, os temas da competição entre «blocos» e da competitividade das nações.

Não acredito, porém, que a integração regional se faça em detrimento da intensificação dos laços comerciais, financeiros e empresariais entre os diferentes blocos regionais. A razão para isto está na escala de produção e na inovação tecnológica, que militam a favor de um espaço econômico ainda maior, de escopo mundial. A possibilidade de participar com eficiência na economia globalizada é dada cada vez mais pela capacidade dos países de investir em ciência e tecnologia e de dispor de recursos humanos qualificados, além de criar instituições em que haja liberdade e respeito aos direitos humanos.

A terceira consequência da internacionalização do processo econômico foi o fracasso espetacular dos países que não foram capazes de reunir aquelas condições de participar da economia global, a começar pelas economias centralmente planejadas no Leste Europeu. Depois do ímpeto desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética chegou a dar a impressão de que estava na vanguarda tecnológica após o lançamento do Sputnik, o comunismo perdeu terreno. Sua estrutura econômica não soube acompanhar o desenvolvimento tecnológico na produção de bens de consumo para sua população; não pôde gerar poupança interna em grau compatível com a mudança do ciclo tecnológico; e não soube criar, em suas instituições fechadas

e pesadas, o clima de liberdade necessário à imaginação, pesquisa, ao desenvolvimento.

O que o Mundo Ocidental fez foi uma verdadeira revolução organizacional. O capitalismo deixou de significar apenas o «livre jogo» dos mercados para, através da revolução tecnológica e da informação, tudo abarçar: a Universidade, o Estado, os meios de comunicação.

Os países de economia antes centralmente planificada vivem anos de transição dolorosa e difícil e levarão outros mais até poderem colher plenamente os frutos dos esforços de ajustamento às novas realidades econômicas mundiais.

O outro grupo de países que não foi capaz de integrar-se na economia global deve ser encontrado em grande parcela do que nos habituamos a chamar de Terceiro Mundo.

Durante muito tempo, prevaleceu, ao pensar-se no conceito de Terceiro Mundo, a idéia da unidade, a noção de um grupo de nações que, não obstante suas diferenças, partilhavam as características comuns do subdesenvolvimento. Mas do que isso, uma plataforma política conjunta que, na convicção de que a razão e a ética estavam a seu lado, continha reivindicações para transformar o ordenamento internacional. Hoje, o conceito de Terceiro Mundo perdeu muito de sua utilidade, porque sabemos que, na verdade, ele escondia realidades muito diferentes, que o tempo viria a acentuar ainda mais.

Os NICS asiáticos desfrutam hoje padrões de renda que os deixam mais próximos do mundo desenvolvido do que do mundo em desenvolvimento. A América Latina, com uma ou outra exceção, como o Chile, tardou a embarcar no processo de integração na economia global. Foi ali que a estratégia de substituição de importações, de industrialização protegida, fincou raízes mais profundas. Nos últimos anos, os países da região tentem recuperar o atraso, dentro de uma perspectiva geral de maior abertura e de crescimento, mas com instrumentos distintos e graus diferenciados de êxito para cada um. Para os países continentais, como Índia, Paquistão,

China, Indonésia e o Brasil, se não se integrarem de modo satisfatório às correntes econômicas internacionais, restará sempre a opção do mercado interno, de um suposto e talvez inatingível «caminho próprio» de desenvolvimento.

Mas para a maior parte do restante do antigo Terceiro Mundo, duas visões se opõem. Uma delas tende a ver os países dessa parte do mundo como de difícil integração aos espaços econômicos regionais ou à economia global. Estariam ao esquecimento, pela irrelevância do ponto de vista econômico. Alguns tentariam organizar-se politicamente em sistemas socialistas alternativos; noutros prevaleceriam o caos e a corrupção. Muitos ainda viveriam da assistência num mundo em que a ajuda internacional passou a ser percebida como uma cobrança irritante sobre sociedades ricas que têm, cada vez mais, seus próprios problemas internos de pobreza e de desequilíbrios econômicos, como o desemprego estrutural. O sentimento de «aid fatigue» nos países afluentes, a banalização das imagens televisivas da pobreza, a corrupção endêmica em muitos regimes teriam contribuído para erodir o capital de simpatia necessário para aumentar a assistência internacional aos povos mais pobres. A História tenderia a ser cruel para os que se situam à margem do «mainstream».

A outra visão, da qual sou partidário, sem negar as dificuldades enormes da maior parte do Terceiro Mundo, acredita nas possibilidades de longo prazo de sua integração na economia mundial e recusa-se ao imobilismo e ao fatalismo.

Para os que assim pensam, em vez da indiferença, a situação desses países suscita a indignação, sentimento capaz de produzir a mobilização necessária à ação. Porque a disparidade entre nações ricas e pobres continua a incomodar, a machucar, a perverter a boa consciência do mundo.

Em sumo, a globalização da economia é um fenômeno que veio para ficar e que — queira-se ou não — cada vez mais influência as opções nacionais de governantes e dirigentes. Mas a internacionalização da economia não se fará sem conflitos, com base em consensos doutrinários, à moda do «fim da história» de Fukuyama.

Contradições continuarão a surgir. Se a própria lógica e a dinâmica da economia exigem escalas ampliadas de mercados, sentimentos políticos antigos, que vieram à tona com o fim da Guerra Fria, atuam no sentido da autonomia, da desagregação de unidades políticas. Na antiga União Soviética, foram o próprio desejo de liberdade e o impulso democrático que levaram à emancipação das repúblicas agora independentes.

Chegamos ao paradoxo da criação de novos Estados que só serão viáveis se, economicamente, estiverem integrados com outros.

Por outra parte, a internacionalização do processo econômico tem tido como pano de fundo não a inclusão social, mas sim a exclusão, crescentemente dramática, daqueles que não são capazes de acompanhar os novos padrões de competitividade, sejam — como vimos — nações inteiras, sejam, dentro das nações, as camadas menos favorecidas ou minorias étnicas e religiosas.

Até quanto poderemos tolerar a exclusão? Até que volte a penetrar, em nossa consciência, a idéia de justiça social, agora resgatada e livre de associações com o comunismo derrocado? Ou até que os níveis de violência e de caos gerados pela exclusão se tornem intoleráveis? Ou ainda até que os fluxos migratórios do Sul para o Norte atinjam proporções ainda maiores?

III — As transformações políticas. O Fim da Guerra Fria. Os temas globais.

Passo agora à análise das transformações no plano político e começo com uma afirmação que, embora possa parecer óbvia, nem por isso deixa de ser necessária: vejo o fim da Guerra Fria como algo positivo. O período histórico inaugurado com a queda do Muro de Berlim reúne condições claras que seja essencialmente melhor do que o universo do conflito bipolar. Hoje, esta idéia pode parecer simples e virtualmente inquestionável. No entanto, ainda existem os saudosistas da Guerra Fria, talvez porque fosse mais fácil explicar o mundo, já que a Guerra Fria, de certo modo, trazia maior grau de previsibilidade à cena internacional.

É certo que o sistema internacional contemporâneo caracteriza-se por maior incerteza, situação esta que gera sentimentos divididos. De um lado, há os que vêem o final da Guerra Fria como permeando toda a agente internacional de modo positivo: a democracia e a economia de mercado seriam valores absolutos e triunfantes, trazendo, sem matizes, nova era de paz e prosperidade.

De outro, prevalece atitude pessimista, com ênfase nos conflitos de natureza étnica ou religiosa; no «choque de civilizações» e nas disputas comerciais como substitutos do confronto ideológico; na incapacidade das Nações Unidas, apesar do êxito na Guerra do Golfo, de lidar com estes novos tipos de conflitos localizados.

Entre estes dois extremos, a avaliação correta seguramente estará em algum ponto intermediário. Do ponto de vista da ação do Governante, porém, questão mais relevante parece ser a do que fazer para que os efeitos positivos provocados pelo final da Guerra Fria se consolidem, se propaguem e acabem por prevalecer sobre os negativos.

Os efeitos positivos começam pelo desanuviamento da agenda internacional da Guerra Fria, marcada pela paz fragilmente mantida à custa do equilíbrio do terror, pela exacerbação dos conflitos regionais, mediante a confrontação ideológica, pela paralisia das organizações internacionais.

Também como positivo deve ser encarado o grau razoável de convergência de valores que passou a existir internacionalmente. A democracia predomina, se nem sempre como realidade, pelo menos como objetivo a ser alcançado. O respeito aos direitos humanos firma-se como norma geral de conduta civilizada; reforçaram-se os mecanismos internacionais para a proteção ambiental; e a noção de liberdade econômica como meio de promoção do crescimento complementa a de liberdade política.

Diria mesmo que, aparentemente, se tomarmos como base as conferências mundiais patrocinadas pelas Nações Unidas nos últimos anos — sobre população, mulher, direitos humanos, desenvolvimento social, meio-ambiente —, as condições, a qualidade

e a possibilidade da vida humana estão no centro do debate internacional.

O reconhecimento de que estes temas «novos ou renovados» são também temas «globais», no sentido de que o interesse da humanidade deve prevalecer independentemente dos diferentes sistemas sociais e políticos, é um importante avanço tornado possível pelo fim da disputa ideológica.

Se Marx fez do proletário a classe universal e da luta de classes fenômeno que não conhecia fronteiras, os temas globais hoje nos fazem lembrar que existe algo de universal que transcende as ideologias tradicionais

No entanto, estamos ainda numa etapa de «ganhos conceituais». Passas para a etapa posterior, de transformar em ações concretas esta convergência de valores, é a tarefa que temos pelo frente. E é preciso andar rápido, porque, se permanecerem apenas no plano do «abstrato», das promessas, os valores podem perder rapidamente sua base de legitimidade, num momento em que crescem as pressões dos povos pelas conquistas da democracia, no sentido mais amplo do termo, e pelo progresso material.

Se a democracia e a defesa dos direitos humanos são percebidos como valores universais, como podemos expandir sua supremacia? Se a comunidade internacional concorda na prioridade da preservação ambiental, os mecanismos internacionais de cooperação dão resposta suficiente aos problemas nesta área?

Se a preocupação com a justiça social já não é monopólio de uma corrente ideológica, como combater de forma efetiva a fome e a pobreza? Se a globalização da economia é benéfica, como evitar suas consequências negativas de exclusão social das parcelas da população incapazes de integrar-se nos novos padrões de competitividade exigidos? Se o mundo bipolar deixou de existir, por que não estamos sabendo utilizar os mecanismos de segurança coletiva existentes ou reformá-los para que sejam mais eficazes?

Estas questões demonstram uma convergência entre a agenda internacional e as agendas nacionais. O desafio maior é justa-

mente o de harmonizar, de combinar as ações nacionais e a cooperação internacional não apenas como valores, mas também no encaminhamento de assuntos concretos.

IV — Conclusão. O «Novo Humanismo». Justiça Social e Utopia. O Desenvolvimento como «Tema Global».

No quadro de multipolização mundial surgido no pós-Guerra Fria, ao lado da globalização da economia e do predomínio dos grandes temas da sobrevivência da humanidade, a discussão dos aspectos éticos da edéia do progresso voltará a ser tendência crescente nos próximos anos. Dito de maneira diferente: às vésperas da entrada no novo milênio, desenha-se no horizonte um «novo humanismo». A aceleração e a amplitude do desenvolvimento científico-tecnológico levaram a sociedade contemporânea a ter de defrontar-se com temas que, se têm semelhança com aqueles que desafiam os homens do Renascimento, deles se afastam por uma questão de perspectiva: já não se trata do homem, sujeito individual, como medida de todas as coisas, mas da Humanidade, sujeito coletivo, medida da própria sobrevivência de qualquer civilização ou cultura.

Até que ponto este reencontro com a noção de Humanidade por uma civilização tecnológica impregnada de uma cultura nacional, desencantada, traz de volta a questão da justiça social, da busca da igualdade, de uma nova utopia, não apenas no interior de cada país, mas também no quadro maior das relações internacionais? A resposta a esta pergunta é difícil, porque implica opções concretas de política.

Depois do colapso do socialismo, não creio que o mundo estará condenado, como alguns parecem crer, a escolher entre as alternativas do «neo-liberalismo» triunfante e de uma social-democracia esmaecida, lutando para sobreviver como ideologia moderna viável. Acredito que a idolatria ingênua e ideologizada pelos mecanismos espontâneos de regulação de preços e salários pelo «mercado» crescentemente cederá lugar à necessidade de implementação de medidas compensatórias para corrigir as distorções

que o próprio mercado produz. E, por isso, acredito também que a social-democracia renova suas chances de voltar a ser caminho atraente, se a ela agregarmos uma nova dimensão utópica, que fortaleça espaços públicos de participação, que institucionalize formas de democracia participativa, que concilie direitos e motivações individuais com a realidade de que os cidadãos vivem situações comuns, coletivas.

Essa utopia «viável», contradição em termos, parte do pressuposto de que a justiça social continua como objetivo e valor a serem perseguidos. E parte igualmente do pressuposto de que a promoção da justiça social é viável, porque o desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista cria as possibilidades, pelo lado da acumulação de riqueza e conhecimento, e a necessidade, pela exclusão social que gera, da correção das distorções e desequilíbrio.

A busca da justiça é cada vez mais questão que preocupa todos os países, ricos e pobres, que se defrontam, embora em diferentes níveis, com os mesmos problemas da previdência social para uma população que envelhece e de emprego para os jovens que ingressam no mercado de moradia; da marginalização, da droga e da delinquência.

Transporta para o plano internacional, esta «utopia viável», de «alcance médio», já não passa pela criação de uma «nova ordem econômica internacional», que os países em desenvolvimento tiveram a ilusão de poder construir nos anos 60 e 70, através de negociações no âmbito Norte-Sul. Passa pelas reformas internas, pelo «homework», pela questão da «boa governança» em todos os países em desenvolvimento seja reintroduzido na agenda internacional como «global issue» de escopo geral, que na verdade inclui todos os demais temas «novos ou renovados». O Sul só sairá de seu isolamento, só será integrável à economia globalizada se sua problemática voltar a ocupar lugar central nos esforços de cooperação internacional.

É claro que esta globalização da temática do desenvolvimento não pode ser conduzida em bloco, como se o Sul fosse entidade

única. Este erro já cometemos. O «novo humanismo», assumirá, para alguns países do Sul, condições de acesso a mercados e a tecnologia; para outros, assistência humanitária e doação de alimentos. Em nenhum desses casos, há razões para confrontacionismos estéreis. Estes esforços obedecerão, todos, à mesma lógica de uma nova utopia, mais modesta, mas por isto mais factível.

Afinal, a política é menos «a arte do possível» do que a «arte de tornar possível aquilo que é necessário».

XII

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, em resposta ao
Senhor Presidente Alberto Fujimori, durante
banquete no Palácio de Governo.
Lima, 27 de julho de 1995.**

Os Presidentes de tantos países irmãos latino-americanos nos reunimos aqui em Lima para testemunhar mais uma vez o ritual mais elevado da democracia consolidada em nosso continente: o início de um novo mandato de Governo, produto da vontade livre e soberana do povo.

Quis o protocolo que coubesse a mim a honra de saudá-lo esta noite, Senhor Presidente, e a todo o povo peruano, em nome de todos os Chefes de Estado da América que aqui se encontram.

Esta é uma das tantas ocasiões memoráveis para todos os democratas latino-americanos: mais uma vez, em um país irmão e igualmente renascido para a democracia, um ciclo de governo chega ao final e outro começa, legitimado pelo voto popular. Reconduzido à suprema magistratura da Nação, Vossa Excelência encarna, Senhor Presidente, a própria vontade de seu povo, e com ele assume o compromisso mais nobre que pode tocar a um ser humano, o de ser agente e guardião da soberania popular.

Falando em nome de nossos amigos, trago-lhe a palavra de uma América profundamente democrática, a qual o Peru fortalece e dignifica. E essa América, Senhor Presidente, faz hoje o elogio do exemplo de cidadania e de maturidade política que outra vez um povo latino-americano — o povo peruano — nos tem dado a todos.

Quero falar em nome de uma América que sabe que, fora da democracia, não há alternativa. Porque a democracia é o instrumento fundamental que nos haverá de assegurar a paz, o desenvolvimento, a estabilidade política e econômica sobre a base firme e insubstituível de uma sociedade mais justa e equilibrada e de um povo cidadão.

Senhor Presidente,

Sua recondução à Presidência se dá em um momento particularmente pleno de promessas para nossa região, que renasce para a paz e o desenvolvimento.

Não ignoramos que alguns de nossos países atravessaram um período de tensões nos primeiros meses deste ano. Mas creio interpretar o sentimento generalizado ao redor desta mesa ao dizer que a determinação de nossos Governos em perseguir nossos objetivos de paz, de estabilidade e de permanente concertação regional foi a garantia de que essas ameaças se afastassem e voltássemos a nossos afazeres: o exercício da cidadania, o desenvolvimento com justiça social, a participação no crescimento e no comércio mundiais.

A confraternização de povos e governos em que se transforma esta cerimônia é uma prova de que a América Latina está unida em torno de seus ideais de paz, de convivência fraternal, de desenvolvimento e de integração.

Talvez nenhuma força ilustre melhor a natureza e a extensão das mudanças ocorridas em nossa região do que a integração que se tem tornado realidade em nossos dias, e que se reafirma como prioridade.

A integração se transformou no ponto de confluência das forças que atuam em nosso continente, e por isso é o paradigma dos tempos que nos conduzem aos albores do século XXI e do terceiro milênio.

Entre essas forças, quero assinalar a democracia, porque sem identidade política as relações econômicas não progridem; a participação crescente de nossas sociedades e dos agentes econômicos nos assuntos internacionais dos Estados; a consciência de que a globalização da economia nos cria oportunidades e riscos, aos quais somente podemos responder através da competitividade de nossas economias; e a consciência de que o sonho político da integração continental, que iluminou o próprio processo de nossa independência política, somente é possível a partir de processos sub-regionais que se vão cumprindo porque ali estavam presentes

as condições básicas para a integração — a existência de correntes de comércio, a proximidade e a interconexão físicas.

Nossa América já conta com um patrimônio expressivo de realizações no campo da integração, de que são exemplos o Pacto Andino e o Mercosul. A essas realizações se soma um patrimônio também notável de mecanismos de concertação política e diplomática, como o Grupo do Rio e o Tratado de Cooperação Amazônica.

Nosso fortalecimento como região é um elo insubstituível em nossa luta por uma melhor inserção no processo decisório internacional e por uma participação mais intensa nos benefícios gerados pelo crescimento a nível global. Creio que este é um dos sentidos de nossa presença aqui em Lima. Reunimo-nos aqui também como uma forma de demonstrar que temos alcançado um grau de maturidade política que nos permite falar efetivamente de nossa região como uma comunidade de nações.

Ao reafirmar nossa condição de democracias atuantes e de economias dinâmicas, estáveis e abertas ao mundo, estamos também reafirmando nosso direito, o direito da América Latina a uma participação decisiva no aperfeiçoamento dos instrumentos e instituições que hão de garantir que, a um mundo mais globalizado, corresponda a realidade de um mundo mais cooperativo, mais concertado, mais universalmente comprometido com a justiça, o respeito aos direitos humanos, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Senhor Presidente,

O Peru é a pátria de grandes homens latino-americanos e cenário presente de transformações. É um país aberto ao mundo, à contribuição de todas as raças, universal ao mesmo tempo que profundamente original.

A vida mais recente do Peru, os êxitos de seu Governo no campo econômico e a renovada confiança popular que o leva a este segundo mandato presidencial com a promessa de novos êxitos e realizações, se agregam como uma contribuição peruana à história

que juntos os povos latino-americanos estamos construindo, uma contribuição à projeção internacional de nossa região.

Por isso, ao saudá-lo nesta noite, Senhor Presidente, quero pedir a todos os presentes que me acompanhem em um brinde à prosperidade do povo irmão do Peru, à solidariedade fraterna entre os povos da América, à amizade que nos une e associa e à felicidade e ventura pessoais de Vossa Excelência e de sua família nesta nova jornada para conduzir o povo peruano a seu melhor destino, ao destino com que sonharam Bolívar, San Martín e Sucre.

Muito obrigado.

XIII **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na sessão
solene de abertura da 8ª Reunião
do Conselho do MERCOSUL.
Assunção, Paraguai, 5 de agosto de 1995.**

Senhoras e Senhores,

Gostaria de expressar, como Presidente do Brasil, a nossa satisfação pelos êxitos alcançados no nosso esforço comum no MERCOSUL.

Há pouco mais de dois anos, estive nesta mesma sala, como Ministro da Fazenda, acompanhando o Presidente Itamar Franco a uma reunião do MERCOSUL. De lá para cá, muita coisa avançou. Para começar, o Protocolo de Ouro Preto, que é um marco significativo, pois desde primeiro de janeiro, como decorrência do Protocolo, estamos funcionando num novo patamar: o de uma união aduaneira.

A Tarifa Externa Comum, que inquietava tanta gente no Brasil e fora dele, hoje é uma realidade e veio para ficar. É uma realidade que está nos mostrando que, nessa breve história do MERCOSUL, que é uma história de sucesso, nossos países aprenderam aquilo que é essencial na democracia, que é respeitar o outro e negociar. Quando, eventualmente, alguma decisão é tomada internamente, por um dos países, nós devemos sempre ter presente que, esta decisão pode afetar os demais. E que quando, por razões justíssimas muitas vezes, do ponto de vista interno, algumas das nossas decisões podem afetar negativamente os nossos parceiros do MERCOSUL, o caminho é muito simples: é conversar com franqueza e, dentro do possível, nos ajustarmos mutuamente para que possamos seguir avançando, de tal maneira que a integração signifique algo muito positivo para cada um dos países que integram o Mercado Comum.

É difícil? É muito difícil. As pressões existem? É claro que existem. São grandes? São enormes, mas é assim que um processo

complexo como a nossa integração se desenvolve. Na Europa, esse processo vem ocorrendo há décadas. Nós aqui, em poucos anos, estamos conseguindo realizar grandes avanços com tranqüilidade e apoio crescentes.

Esse é o segundo ponto que gostaria de ressaltar. É o de que hoje o MERCOSUL não é mais simplesmente um encontro entre Presidentes, entre Ministros das Relações Exteriores e posteriormente de Ministros da área econômica. Agora, alcança um número muito mais amplo de Ministros de outras pastas. Hoje, o MERCOSUL tem uma dimensão inequivocamente política, à qual se agregou também uma dimensão social. E o fato de, nesta manhã, termos conversado com os representantes dos Paramentos e com os representantes de Sindicatos, demonstra que estamos efetivamente incorporando essas novas dimensões à construção do MERCOSUL.

Ainda é pouco? É pouquíssimo. O Foro Econômico e Social, criado pelo Protocolo de Ouro Preto — que ainda está em processo de ratificação pelos Paramentos —, ainda é apenas uma idéia. Mais que uma idéia, uma determinação e um acordo entre os quatro países.

Uma coisa é certa: estamos avançando. No Brasil, a ratificação do Protocolo está pendente de um único passo. Falta apenas o plenário do Senado aprová-lo. Vamos obter esta aprovação, porque essa ratificação é sentimento nacional brasileiro. E este sentimento nacional brasileiro se desdobra em um sentimento latino-americano. O MERCOSUL limita-se hoje aos quatro sócios fundadores, mas ele vai crescer, para incorporar outros parceiros da América do Sul. Isso é essencial.

Permitam-me, a esta altura, uma pequena reflexão, a qual tenho repetido nos últimos meses. As transformações no mundo contemporâneo foram tantas que, talvez, nós não nos tenhamos dado conta ainda de que vivemos um novo Renascimento. E digo isto, pedindo permissão ao Professor Sanguinetti, pois estou entrando em uma matéria que não é a minha. É dele e, sobretudo, da Senhora de Sanguinetti.

Acredito verdadeiramente que as transformações que nós estamos vivendo dotaram o Homem de uma nova dimensão e nos obrigam a uma revisão em nossos conceitos fundamentais, com relação à construção do Estado e das nações.

A revolução nos meios de comunicação tornou o tempo real, imediato. Tudo o que se faz em determinado país é sabido por todo mundo quase que instantaneamente. Os meios de comunicação permitiram uma conjugação imensa de esforços para o desenvolvimento da economia. As sociedades, hoje, se organizam e se comunicam não somente no nível dos Estados, mas também no nível das organizações não-governamentais. Tudo isto está gerando uma nova cultura e, cada vez mais, temos confiança em que podemos muito. Temos conhecimentos científicos e tecnológicos, o que nos habilita a tomar decisões que permitam uma modificação efetiva das estruturas dos nossos países, embora já tenhamos deixado para trás a competição na corrida pelo espaço exterior. Esta idéia de competição era importantíssima, pois envolvia a noção de um ritmo de guerra. Hoje, esta competição se dá noutros termos: trata-se de um esforço mais de cooperação, como é o caso dos processos integracionistas, que transcendem as fronteiras nacionais.

A verdade é que o Homem, hoje, está numa posição equivalente àquela do Homem do Renascimento, que pensava ser a medida de todas as coisas. Há algo, porém, de diferente: no Renascimento, buscaram-se padrões de referência no mundo clássico. Nos dias de hoje, não é mais possível espelhar-se em padrões do passado: temos de ousar; temos de inventar novas formas de convivência, sem buscar apoio na experiência anterior da humanidade.

Há outra diferença importante: se, no Renascimento o Homem se coloca como a medida de todas as coisas, o que se vai refletir na formação dos Estados nacionais, nós, hoje, talvez tenhamos de lidar com conceitos diferentes daqueles que embasaram a evolução dos Estados nacionais. Hoje, o nosso desafio é o de desenvolver formas de convivência em que a humanidade seja o principal sujeito, e não mais apenas o Homem como medida de todas as

coisas. Se, como fruto das grandes transformações que estamos vivendo e que trazem à luz esse novo Renascimento, o sujeito passa a ser a humanidade, as reflexões sobre os problemas que nos afligem devem transcender as fronteiras nacionais, não podem mais ser limitadas a um único país. Esse é o caso, por exemplo, da questão da ecologia, ou ainda, do terror atômico, que nos assustou exatamente porque ele poderia alcançar países que não estavam envolvidos na guerra. Essa nova visão de mundo, acoplada à capacidade criativa que o homem tem, obrigou-nos a ver além das fronteiras nacionais. Temos, assim de descobrir formas de convivência que não se podem limitar pelo egoísmo das classes e, sobretudo, não se podem limitar por eventuais pretensões de dominação de Estados por outros Estados.

É por isso que nós convivemos pacificamente nos dias de hoje, queiramos ou não: não há mais alternativa senão a da integração, que nos permitirá construir formas novas de desenvolvimento econômico. E nesse processo de integração, o fundamento da ação vai além do político. É no social, como agora se desenha no MERCOSUL, que devemos buscar esse fundamento.

Em síntese, queiramos ou não, vivemos uma época nova, a qual já é uma realidade concreta para nossos países. Sabemos hoje que temos de fazer um esforço muito grande para harmonizar nossas políticas macroeconômicas, porque elas são fundamentais para a continuidade da integração. E não é por acaso que todos aqui — ou muitos dos governantes que aqui se encontram — tivemos de lutar para acabar com a inflação, para definir formas de controle da economia que permitissem efetivamente um contato entre os nossos Estados nacionais de uma forma mais adequada.

Não por acaso certas decisões econômicas internas afetam aos outros países. Portanto, o tempo todo temos de tomar em consideração o "outro" como parte dessa visão do mundo. Como disse, essa nova visão está avançando e muito concretamente no caso do MERCOSUL. A Cúpula de Miami, por exemplo, já nos está propondo desafios maiores, de caráter hemisférico. O mesmo ocorre a partir da reunião de Denver. Estamos buscando caminhos.

Diante desses grandes desafios, temos o dever de buscar novas formas integradas de convivência.

Os caminhos podem muitas vezes parecer diferentes, mas eles não se opõem. Ao contrário, se entrecruzam, fazem apelos uns aos outros. Por isso, fizemos tanto esforço para concretizar o MERCOSUL e vemos com alegria que Chile e Bolívia estão participando desta discussão, que é muito nossa — os quatro membros do MERCOSUL — mas que por ser nossa é ao mesmo tempo universal.

Estamos abertos à integração com a União Européia. Estamos aceitando os desafios da integração hemisférica. Mas sabemos também que responderemos melhor a esses desafios se tivermos organizado nosso próprio espaço mais próximo. Essa é a razão por que fomos levados pela geografia a discutir, em primeiro lugar, com aqueles que estão mais fisicamente próximos: o Cone Sul.

Isso não quer dizer que o restante da América do Sul não seja prioridade. É sim. Recentemente estive na Venezuela; irei em breve à Colômbia. Julgo vital o espaço sul-americano.

Vamos tornar espaço integrado uma realidade. Vamos fazê-lo com humildade, com modéstia, buscando acertar as diferenças e acreditando em que isto é fundamental para nossos povos.

Estamos construindo uma nova forma de Estado, talvez ainda sem nos darmos conta disso, em que a presença dos parlamentos, dos sindicatos, das organizações não-governamentais, etc., em espaços antes exclusivos do Executivo é sintomática dos novos tempos. E o Poder Executivo — que nós, Presidentes, representamos — só vai ter eficácia — e está tendo — se ele for capaz de entender essas mudanças já ocorridas no mundo. E ao Poder Executivo já não basta apenas dialogar com esses grupos que mencionei: tem também de dialogar com os Executivos de outros países, pois temos de ser a expressão de uma vontade que é mais ampla, que é a de nossas sociedades.

É esse o nosso desafio. Não tenho dúvidas de que, mais cedo ou mais tarde, outros países vão estar integrados a esse mesmo

espírito, e, quem sabe, integrarão nossa União Aduaneira, com uma Tarifa Externa Comum.

Com que velocidade isso se dará? Com a que for necessária para que os passos sejam seguros. Temos antes de consolidar aquilo que já conseguimos. Se nossa perspectiva é a do milênio que se aproxima, não nos angustia o amanhã, desde que já tenhamos um rumo definido. E é exatamente isto que já fomos, em conjunto, capazes de definir. Hoje, nossos países têm um rumo. E ele não é o do isolamento: é o da integração crescente, é o do diálogo entre os vários grupos integradores. Mas esse rumo só terá sentido efetivo para nossos países se ele for assimilado por nossos povos; se ele for a expressão dessa vontade que os Parlamentos, os sindicatos representam. E não podemos nos esquecer jamais daquilo que o Presidente Menem disse: “nós nos organizamos para resolver problemas e que, em cada decisão nossa, temos de pensar: estamos aumentando o nível de emprego ou não? Estamos atraindo mais investimentos para nossos países ou não? Esses investimentos respeitam as questões ambientais ou não? Estamos assegurando a liberdade e a democracia ou não?” Todas essas questões fazem parte do novo Renascimento.

O mundo que está morrendo, o mundo dos Estados que competiam visando à guerra, o mundo que tinha na ideologia uma paixão que freava e cegava, este mundo está morrendo porque não foi capaz de assegurar a liberdade. As partes do mundo que morreram, que foram ultrapassadas pela História, morreram porque não foram capazes de entender que, sem liberdade, não há ciência; que sem democracia não há nada que assegure a continuidade de um processo econômico. E que o Estado é impotente, no seu isolamento esplêndido, para garantir aquilo que é necessário aos povos.

O mundo que está nascendo — e do qual estamos participando — é um mundo que crê profundamente na educação, no desenvolvimento científico, sobretudo na liberdade, que mantém vivos os ideais de justiça e igualdade.

Este é o nosso desafio. Estamos caminhando para ele com muita certeza, porque nós sentimos que há vontade política e o apoio das sociedades para a mudança.

Muito obrigado.

XIV

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido ao Senhor Presidente da
República de Angola, José Eduardo dos Santos.
Brasília, 15 de agosto de 1995.

Senhor Presidente,

Quero dar-lhe as calorosas boas-vindas do Governo e do povo brasileiros. É uma honra ter novamente a oportunidade de recebê-lo entre nós. A cada visita sua, reforça-se a admiração dos brasileiros pela coragem e pelo sentido de responsabilidade com que Vossa Excelência tem conduzido o processo de pacificação em Angola.

A visita de Vossa Excelência ocorre em momento particularmente positivo para as relações entre o Brasil e Angola, porque nossos países atravessam um período de potencialidades que se realizam; as promessas adiadas no passado hoje começam a reunir condições objetivas para se materializar.

O Brasil consolidou a democracia e avança rapidamente na estabilização da sua economia e na retomada do desenvolvimento em bases sustentadas, com forte impacto sobre as nossas parcerias externas.

Vossa Excelência está ajudando a construir uma Angola soberana e livre, ancorada em sua pujança natural, na riqueza espiritual e no valor do seu povo. Angola atravessa momento de grande e renovada esperança, pois seu povo tem ao alcance das mãos o convívio harmônico na democracia e o desenvolvimento econômico com progresso social.

A assinatura do Protocolo de Lusaca no final do ano passado abriu novo caminho para a consolidação da paz. O recente encontro de Vossa Excelência com Jonas Savimbi é exemplar das crescentes possibilidades para o entendimento político em Angola e das perspectivas que a partir daí se abrem para o povo angolano.

O mundo quer uma Angola reconciliada, estável e em desenvolvimento, que seja um tributo à fraternidade, uma prova da viabilidade dos países em desenvolvimento.

O Brasil tem acompanhado esse processo com o interesse e a atenção do amigo de sempre, do parceiro dos grandes momentos e das horas difíceis.

Desde 1989, temos participado de todos os esforços de pacificação em Angola sob os auspícios das Nações Unidas.

Quando estive à frente do Itamaraty, disse certa vez que nossa atuação no processo de paz em Angola é movida por um genuíno sentimento de solidariedade. O Brasil, Senhor Presidente, primeira nação a reconhecer a independência de seu país, não poderia omitir-se de sua obrigação para com o povo angolano.

Estamos dispostos a continuar contribuindo para a paz em Angola, através da participação na UNAVEM-III. O meu Governo está empenhado em assegurar todos os meios para que nossa presença na UNAVEM, com mais de mil e cem soldados, traduza literalmente a prioridade que Angola representa para nossa diplomacia.

A singularidade da nossa amizade assim o exige.

Os laços que unem Brasil e Angola têm como traço maior um sentido pleno de comunhão — de raízes étnicas, culturais e históricas comuns, de um passado marcado pela colonização e pela busca da identidade nacional, que nos dá sentido entre os povos do mundo.

Uma mesma língua nos vincula, forjando nossas relações, enriquecendo nossa parceria fraterna. Porque falamos a mesma língua, expressamos de forma mais próxima sentimentos, convicções e formas de ver o mundo, o que conduz naturalmente à certeza do entendimento.

O Brasil orgulha-se da sua herança africana, boa parte da qual nos veio diretamente de Angola. Essa herança se traduziu em muito do que temos de melhor a oferecer: nossa capacidade de

abolir as fronteiras étnicas e raciais e de conviver pacificamente com a diversidade da cor; o ritmo e a criatividade de nossa cultura que se alimenta da alegria de viver dos povos africanos.

Senhor Presidente,

A consolidação da paz permitirá que Angola finalmente assuma o lugar de destaque que lhe cabe nos cenários regional e internacional, abrindo perspectivas positivas para o aprofundamento das muitas dimensões de nossa cooperação bilateral.

Angola desponta com fortes credenciais para ter um papel de relevo na África Austral, região que tem gerado uma longa série de fatos positivos e comandado boa parte da atenção da comunidade internacional no Hemisfério Sul.

A independência da Namíbia, o fim do regime do *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela na África do Sul, a democratização de Moçambique e, agora, a consolidação da paz em Angola permitem antever um período de desenvolvimento acelerado para toda a região.

O Brasil está pronto para participar desse processo. Temos em Angola um de nossos mais importantes parceiros no mundo em desenvolvimento. Empresas brasileiras já estão presentes em diversos setores da economia angolana. O comércio bilateral, que já foi muito significativo e dinâmico, continua a apresentar um imenso potencial.

Estamos buscando soluções que permitam retomar os créditos e ampliar os investimentos brasileiros em Angola. O bom encaminhamento da questão da dívida bilateral é um compromisso que estamos consolidando.

Além dos organismos multilaterais, onde temos uma notável coordenação, estamos desenvolvendo esforços conjuntos de concertação política, em foros como a projetada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Desprovidas de qualquer conteúdo hegemônico e qualquer veiledade de prestígio, essas iniciativas respondem a um imperativo do mundo atual.

Nossos países têm uma história de parceria no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que tantas vezes se debruçou sobre a questão angolana, e estendem essa parceria às discussões sobre a reforma das Nações Unidas e, em particular, do Conselho de Segurança.

O Brasil vem defendendo uma maior participação dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional, como forma de ampliar a eficácia dos instrumentos de promoção da paz e da segurança internacionais, e está pronto a assumir maiores responsabilidades no plano global.

Senhor Presidente,

Há duas décadas, Angola surgia para o mundo como nação independente. Fomos os primeiros a saudá-la. Queremos ser os primeiros a comemorar os vinte anos daquela histórica data.

Olhamos para o passado e jamais nos arrependemos de nossa decisão. Antes, queríamos ter contribuído ainda mais para que as promessas de desenvolvimento, paz e justiça, incorporadas ao ideal da independência, não tivessem de ter esperado duas décadas para enfim poder tornar-se realidade.

Olhamos para o futuro e nos convencemos de que muito temos a construir juntos, em benefício de nossos dois povos. Esse foi o sentido das conversações que estamos mantendo, esse é o sentido da parceria que pretendemos para o futuro.

Com esse espírito, convido todos a me acompanharem em um brinde à grandeza de Angola renascida, à prosperidade do povo angolano, à amizade fraterna que nos une, à coragem e responsabilidade das lideranças angolanas que conduzem o processo de paz e à saúde e felicidade pessoais do Presidente José Eduardo dos Santos.

Muito obrigado.

XV

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião
do almoço que lhe ofereceu o Senhor
Presidente da Comissão da União
Européia, Jacques Santer.
Bruxelas, 14 de setembro de 1995.**

Agradeço suas palavras dirigidas ao Brasil e à minha pessoa, bem como a gentileza deste almoço.

Verifico com agrado que a Comissão Europeia segue fiel aos ensinamentos de Jean Monnet, que, perguntado sobre seus métodos de trabalho, costumava responder: "Avant tout, ayez une salle à manger".

Desejo registrar a satisfação do Governo brasileiro ao encontrar Vossa Excelência à frente da Comissão. Sabemos de seu compromisso com a continuidade dos esforços para o fortalecimento dos laços entre a Europa e a América Latina, esforços estes que receberam grande impulso de seu predecessor, Jacques Delors, e do Vice-Presidente Manuel Marín.

Senhor Presidente,

Minha visita à União Europeia tem como pano de fundo o processo de estabilização econômica em curso no Brasil com a implementação do Plano Real.

A retomada do crescimento da economia viu-se acelerada a partir da eliminação da espiral inflacionária, com benefícios tangíveis para a população brasileira.

As perspectivas favoráveis de consolidação desse processo, a partir das reformas estruturais e institucionais necessárias à sustentação do programa de estabilização a longo prazo, criam condições propícias para uma melhor inserção do Brasil no cenário internacional.

Estamos criando um somatório de fatores positivos que fazem do Brasil de hoje um parceiro atraente e confiável. E é nesse

contexto que se abre para o Brasil a perspectiva de aprofundamento da parceria com a União Européia.

Partimos de uma base firme. A União Européia ocupa o primeiro lugar no comércio exterior brasileiro e é também a maior fonte de investimentos externos da economia brasileira.

As circunstâncias internacionais para a nossa aproximação também são positivas.

O cenário internacional surgido com o fim da Guerra Fria liberou forças que convergem em duas grandes tendências: democracia e liberdade econômica. Essas tendências nos aproximam no plano de valores, o que é essencial para que criemos compreensão comum sobre como atuar naqueles temas que podem levar a configurações de uma ordem internacional mais estável e justa.

A integração regional aparece como outro elemento positivo do atual momento histórico. O Brasil encontra-se firmemente engajado num dos mais dinâmicos processos integracionistas, o Mercosul.

Nosso compromisso com o Mercosul é inabalável. A integração no Cone Sul deixou de ser uma opção de política externa e passou a ser um fator indispensável do desenvolvimento econômico brasileiro e de seus três parceiros nessa empreitada.

Em apenas quatro anos, evoluímos a ponto de estabelecer uma união aduaneira, que entra agora em delicada etapa de administração e consolidação. Temos avançado constantemente no fortalecimento do Mercosul, sempre de maneira flexível e realista, tendo em vista a complexidade inerente ao processo de integração.

Todos aqui presentes podem bem compreender esses fatos, tendo em vista a ampla experiência da União Européia no processo de integração regional.

O início das negociações do "Acordo-Quadro de Cooperação Comercial e Econômica entre o Mercosul e a União Européia" constitui-se em marco expressivo no adensamento das relações entre as duas regiões, na medida em que é um primeiro passo

decisivo em direção ao estabelecimento progressivo de uma zona de livre comércio interregional.

É preciso ter presente que a integração regional não pode, no entanto, ser encarada como uma alternativa ao sistema multilateral de comércio. Deve, isto sim, servir como importante instrumento complementar da promoção do livre-comércio.

Lembro aqui das palavras que Vossa Excelência utilizou em seu discurso de investidura na Presidência da Comissão no início do ano: "L'Union restera un partenaire ouvert. C' est dans son intérêt le plus strict."

É com esse mesmo espírito, Senhor Presidente, que nos estamos engajando nas negociações do Acordo-Quadro.

Somos partidários de um regionalismo aberto. Por isso, o Brasil vê o processo de integração hemisférica desencadeado na Cúpula de Miami como um processo gradual, que venha a somar os esforços de integração sub-regionais, como o Mercosul e o Nafta, sem prejudicar os entendimentos com parceiros de outras regiões.

Senhor Presidente,

Com a consolidação da estabilidade econômica, que vem alinhar-se à plenitude democrática, o Brasil ressurge na cena internacional com peso acrescido. É com este peso, e apoiado por tradição pacífica e pela compreensão de que a negociação diplomática é sempre o melhor caminho, que estamos buscando uma maior participação no processo decisório internacional.

Temos buscado contribuir para a formação de consensos e para o fortalecimento da cooperação internacional.

Estamos engajados nos debates sobre a reforma das Nações Unidas, particularmente do Conselho de Segurança, com uma idéia simples: para ter maior legitimidade, autoridade e eficácia, o Conselho deve tornar-se mais representativo, por meio da participação permanente de países, desenvolvidos e em desenvolvimento, com reconhecida capacidade de atuação global.

O Brasil está na vanguarda das discussões sobre a volatilidade dos fluxos internacionais de capitais. Muitas das propostas que defendi na esteira da crise de dezembro vieram posteriormente a ser acolhidas pelo G-7 em Halifax. É preciso aprofundar a coordenação nesse campo entre economias, como o Brasil e os membros da União Européia, que podem ter impacto sobre o sistema financeiro internacional.

Estamos firmemente comprometidos com os esforços internacionais em prol do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa.

Temos sido firmes na proteção aos direitos humanos e ao meio-ambiente, assim como na defesa do desenvolvimento sustentável com justiça social. Estamos buscando soluções duradouras para nossos próprios problemas nessas áreas.

Senhor Presidente,

Por tudo isso, trago comigo uma mensagem de otimismo, baseada na visão de um futuro que estamos construindo com esforço e otimismo.

É com esse espírito que convido-os a brindar à continuada aproximação entre o Brasil e a União Européia, à amizade que nos une a cada um de seus membros, à prosperidade de todos os europeus e à saúde e felicidade pessoal do Presidente Jacques Santer.

XVI Discurso do Senhor Presidente da República,
 Fernando Henrique Cardoso, em
 mesa-redonda com membros
 do Parlamento Europeu.
 Bruxelas, 14 de setembro de 1995.

É para mim motivo de grande satisfação dirigir-me aos membros do Parlamento Europeu, nesta mesa redonda. Peço-lhes aceitar, como representantes das 15 nações que integram a União Européia, as homenagens que lhes trago em meu nome e no de todos os brasileiros.

Parlamentar eu mesmo durante a maior parte de minha vida na política, tenho por esta instituição o mais profundo respeito e admiração, porque aqui se está forjando o destino de tantos povos, a partir do debate democrático dos grandes desafios e questões que afetam a vida de milhões de cidadãos europeus.

As respostas a essas questões, que Vossas Excelências ajudarão a encontrar com sabedoria e equilíbrio, terão tanto mais alcance universal quanto mais assegurarem a este Continente a paz, a democracia, o desenvolvimento, a prosperidade e a justiça social.

A realização dos melhores ideais da União Européia terá repercussão em todo o mundo, pois a prevalência da paz e dos valores democráticos, a perspectiva promissora de fluxos cada vez mais desimpedidos do comércio mundial, o apoio às instituições multilaterais, o grande volume de investimentos internacionais que os países da região fazem no exterior são indícios claros de que a Europa continuará a ser um dos pólos políticos e econômicos mais dinâmicos do Planeta.

O Brasil mantém com a União Européia e, individualmente, com cada uma das 15 nações que a integram, laços muito densos e de longa tradição.

Recebemos ao longo de nossa história um enorme contingente de imigrantes europeus de praticamente todos os países da

União. Compartimos os mesmos valores e cultivamos a componente europeia de nosso patrimônio cultural.

Além disso, os expressivos volumes de comércio e de investimentos entre a União Europeia e o Brasil constituem base sólida para nossa parceria e justificam o interesse de nos aproximarmos ainda mais.

Senhores Parlamentares,

Antes de passar a uma troca de impressões sobre temas brasileiros e internacionais, farei uma breve introdução sobre o Brasil que estamos construindo, inspirados na busca do desenvolvimento e do bem-estar de nossa população.

Sei que o que está ocorrendo em meu país é objeto de atenção na Europa, pois estamos percorrendo caminhos de renovação. Por essa razão, quero tratar aqui, de forma muito sucinta, da natureza das transformações que estamos vivendo e de como elas podem contribuir para elevar o nível de nossas relações com a União Europeia.

Em primeiro lugar, é importante recordar que a democracia constitui hoje elemento indissolúvel da realidade brasileira. Nossa sociedade aprendeu que a democracia, o Estado de Direito, a capacidade de expressar-se livremente, a necessidade de garantir a todos a plena cidadania são instrumentos poderosos para a transformação de um país que não é subdesenvolvido: é, isto sim, injusto.

A democracia tornou-se a chave para a conquista do êxito econômico.

No mundo moderno, a boa política econômica exige legitimidade política, adesão consciente da população. Está ultrapassada a fase das soluções tecnocráticas, que tinham inevitavelmente sentido provisório.

Assegurada a liberdade política, agora é no campo da liberdade econômica, da estabilidade, da justiça social que se situam os maiores desafios.

Os brasileiros entenderam que, sem liberdade econômica e sem estabilidade, não pode haver crescimento sustentado, geração de mais empregos, competitividade externa para nossos produtos, distribuição de renda, melhoria nos indicadores sociais e no desempenho do Estado no cumprimento das suas funções primordiais.

O Plano Real já completou um ano com resultados excepcionais e trouxe condições para a superação de um modelo de desenvolvimento fundado na industrialização protegida e de forte sentido autárquico.

As marcas de sucesso do Plano são evidentes: em 1994, a economia cresceu 5,7%, após haver alcançado o índice de 5% em 1993. As perspectivas para esse ano são de crescimento entre 5 e 6%. A inflação, que se manteve em patamar próximo aos 40% mensais por longo período de tempo, hoje caiu para algo em torno de 1 a 2 % ao mês, um valor ainda alto para padrões do mundo desenvolvido, mas notável para o Brasil, que vivia sob a ameaça permanente da hiperinflação.

A inflação era um dos mais cruéis fatores de concentração social de renda. Desde a introdução da nova moeda, a estabilidade de preços proporcionou ganhos para o consumidor, em particular o mais pobre, estimados entre 15 e 20 bilhões de dólares.

Assim, pode-se dizer sem medo de errar que o Plano Real proporcionou a maior distribuição de renda da história do Brasil.

Não por acaso o Real é tão popular junto à grande maioria da população, que reconquistou sua auto-estima e confiança num futuro melhor.

O desafio agora é dar sustentabilidade à estabilização e ao crescimento.

Só assim será possível levar adiante, e com a urgência necessária, projetos eficazes e livres de clientelismo na área social para assegurar a todos os brasileiros educação, saúde, segurança e moradia.

Para tanto, estamos procurando fazer reformas profundas, algumas das quais requerem emendas à Constituição.

O Congresso compreendeu o sentido dessas transformações e já aprovou algumas alterações muito importantes para promover o investimento nacional e estrangeiro, em setores antes reservados ao capital estatal ou sujeitos a restrições desnecessárias.

Essas propostas atendem à urgência de dar a diversos setores-chave na infra-estrutura — energia, recursos minerais, telecomunicações e transportes — condições de contribuir para o aumento da produtividade geral da economia.

Outras reformas têm relação com a sustentação do equilíbrio orçamentário, a verdadeira chave para a estabilização. As reformas fiscal, tributária e previdenciária têm por objetivo garantir que o Estado possa cumprir suas funções básicas sem desestabilizar a economia.

Estamos empenhados em assegurar a competitividade do nosso setor exportador, com aumento de produtividade e com redução da carga tributária e dos demais custos resultantes de deficiências na infra-estrutura, que oneram desnecessariamente o preço dos produtos brasileiros.

A integração econômica regional avança e o MERCOSUL hoje é uma realidade irreversível.

Este impulso de integração na América do Sul só se fortaleceu nessas duas últimas décadas porque a democracia prosperou em nosso hemisfério e o sentimento de rivalidades locais foi substituído pelo espírito da cooperação e da convergência de projetos nacionais.

O Mercado Comum do Sul já constitui uma união aduaneira e projeta-se para os demais países da América do Sul. O volume de comércio entre os quatro sócios aumenta a cada dia e já ultrapassa a cifra de 10 bilhões de dólares.

Até 2005, estarão definidas as regras para o início da conformação de um espaço econômico hemisférico. Por outro lado, a

conveniência de preservar e fortalecer nossos vínculos econômicos com o resto do mundo tornam desejável a aproximação do MERCOSUL com a União Européia.

Sei que o Parlamento Europeu acompanha atentamente tal processo e lhe tem dado seu valioso apoio político. Nesse contexto, registro com satisfação a recente visita a Brasília da Delegação para as relações com os países da América do Sul e cujos integrantes tenho aqui o prazer de rever.

Senhores Parlamentares,

Compreendemos, em nossa região, que o desenvolvimento não se resume ao progresso material de poucos privilegiados. Deve balizar-se por princípios sociais e éticos. O crescimento econômico é essencial, mas sozinho nunca resolverá os problemas sociais ou da deterioração do meio ambiente.

As questões do meio ambiente e dos direitos humanos estão recebendo atenção central em meu Governo. Há poucos dias enviei ao Congresso Nacional projeto de Lei que prevê indenização às famílias de pessoas desaparecidas durante o período de exceção que o Brasil viveu durante duas décadas.

Ao reconhecer a culpa do Estado pelos excessos contra a pessoa humana, ao mesmo tempo em que se reforçam o espírito e a letra da Lei da Anistia, que pacificou o País e lançou os fundamentos da democracia que hoje vivemos em plenitude, pude demonstrar que o Brasil é uma nação capaz de encarar o seu passado e de olhar com liberdade e serenidade para seu futuro.

Também é fundamental para o Brasil fazer progressos nas questões da violência contra as crianças e contra as populações indígenas no Brasil. São temas de extrema complexidade, dadas as dimensões e a diversidade das situações regionais do País.

Estamos desenvolvendo um esforço no plano jurídico para aumentar a capacidade de sanção do Estado, pondo termo à impunidade de muitos crimes. Estamos, igualmente, aperfeiçoando a cooperação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais na repressão da violência.

Nesse sentido, é importante falar do grande salto que o Brasil deu nos últimos anos em termos de uma mudança de mentalidade em que a honestidade, a rejeição à corrupção, deixou de ser apenas um valor individual e passou a ser um valor coletivo. O país já não comporta qualquer margem de tolerância em relação à corrupção.

Senhores Parlamentares,

Quero encerrar estas palavras manifestando minha preocupação com a questão do desemprego estrutural que tem afetado tanto as economias desenvolvidas, como as em desenvolvimento.

Os recentes surtos migratórios do Sul para o Norte são consequência direta da ausência de medidas globais para atacar a questão do desemprego.

Temos de dar prioridade absoluta ao treinamento, à educação, à realocação da mão-de-obra e a ganhos de qualidade e produtividade industrial que não sacrifiquem novos empregos.

Mas, principalmente, temos de superar os efeitos perversos que a exclusão social e econômica têm gerado em todo o mundo.

Não se resolverão problemas de natureza global, como o desemprego estrutural, como a criminalidade e o narcotráfico, ou ainda, como o desenvolvimento ambientalmente sustentável, sem formas de cooperação internacional verdadeiramente eficazes e generosas.

Todos queremos um mundo melhor para nós mesmos e para nossos descendentes. Como políticos, temos a obrigação de tornar possível o que é necessário.

Este é o nosso maior desafio.

XVII

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar que lhe ofereceu o Senhor Primeiro-
Ministro do Reino da Bélgica, Jean-Luc Dehaene.
Bruxelas, 14 de setembro de 1995.

Quero antes de mais nada agradecer a generosa acolhida de que Ruth e eu temos sido objeto em seu país e as amáveis palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar e que ouvi com grande satisfação.

Minha estada na Bélgica reveste-se de significado especial para o Brasil, pois é a primeira visita de um Presidente brasileiro a este país desde que Juscelino Kubitschek aqui esteve em 1956, ainda na condição de Presidente-eleito.

Outro marco de nosso relacionamento foi a honrosa visita do Rei Balduino e da Rainha Fabíola ao Brasil em 1965.

A ausência de contatos diretos no mais alto nível entre nossos dois países nesses muitos anos não impediu, porém, que nossas relações prosperassem, mas certamente terá contribuído para que se situem aquém de suas reais possibilidades.

No mundo de hoje, a diplomacia de Chefes de Estado e de Governo constitui elemento insubstituível da promoção do entendimento entre os países, catalisando ações e iniciativas.

Por isso estou certo de que saberemos transformar esta ocasião em fator singular de impulso de nosso relacionamento, visando a um novo patamar de cooperação e entendimento entre nossos dois países.

Senhor Primeiro-Ministro,

Quero trazer ao Governo e ao povo belgas a mensagem de um Brasil renovado, moderno e dinâmico. Um Brasil que deixou definitivamente no passado as soluções autoritárias e a instabilidade econômica e que ora estabelece bases sólidas para o desenvolvimento sustentado e socialmente equitativo.

O Brasil atual é um país plenamente democrático. A solidez de nossas instituições se vê reforçada pela maturidade do jogo político brasileiro, que tem sabido encaminhar de forma exemplar as pressões e contra-pressões inerentes à vida política democrática.

O brasileiro recobrou o sentido de cidadania e hoje exerce com liberdade a totalidade de seus direitos civis e políticos.

É neste contexto que se vêm processando a modernização das estruturas da economia brasileira.

O Governo brasileiro vem implementando, por meio do debate transparente com a sociedade, um programa abrangente de estabilização econômica — o Plano Real. Queremos com ele assegurar ao Brasil uma maior capacidade de inserção nos fluxos internacionais de comércio e de finanças que se traduza em melhores condições de vida para a população brasileira.

Tendo como base a liberalização da economia e a estabilização da moeda, o Plano Real busca conferir à economia brasileira condições de competir por mercados, investimentos e tecnologias necessários ao desenvolvimento nacional, atendendo às exigências da globalização da economia internacional.

A estabilidade monetária alcançada com a introdução do Real fez cessar a espiral inflacionária que por tanto tempo minou a confiança dos brasileiros em sua própria moeda e trouxe sérios prejuízos ao funcionamento de nossa economia.

A inflação, que em junho de 1994 encontrava-se próxima aos 50% ao mês, manteve-se, ao longo do primeiro ano de implementação do Plano Real, na faixa de 2% ao mês. As perspectivas para os próximos meses são ainda mais promissoras, estimando-se que a inflação para 1995 não deverá chegar aos 25%. Trata-se do menor índice registrado no Brasil em quase 25 anos.

A queda da inflação trouxe uma rápida aceleração do crescimento econômico, com taxas superiores a 10% entre julho de 1994 e março deste ano.

O notável aquecimento do consumo interno foi outro reflexo da estabilidade monetária, que livrou a população, sobretudo as camadas de renda mais baixa, do verdadeiro “imposto inflacionário” que lhe era cobrado.

A retomada do crescimento com estabilidade reconquistou a confiança dos investidores brasileiros e estrangeiros na economia nacional, elevando as taxas de investimento a nível próximo dos 20% do PIB.

Estamos implementando as reformas mais profundas que permitirão a sustentação do Plano Real no longo prazo. Eliminamos entraves à participação do capital estrangeiro na economia, abrimos setores como petróleo, gás, energia elétrica e telecomunicações e acabamos com reservas de mercado na mineração e na navegação de cabotagem.

Já avançamos muito no debate sobre o redimensionamento do Estado brasileiro, de modo a torná-lo mais eficiente nos setores em que efetivamente deve ter participação ativa, como saúde, educação e segurança. Para tanto, apresentamos uma proposta coerente de reformas nas áreas previdenciária, administrativa e tributária.

Estamos logrando assim uma sintonia perfeita entre os processos político e econômico internos e entre as dimensões nacional e internacional do desenvolvimento.

Estamos plenamente conscientes de que o êxito das reformas internas dependerá também de uma conjuntura internacional favorável.

São portanto animadoras as avaliações convergentes de que a economia internacional encontra-se diante de um período prolongado de expansão, que permite antever que os fluxos financeiros e comerciais buscarão aquelas economias que, como o Brasil, estão promovendo os ajustes necessários para as transformações que se anunciam neste final de século.

Senhor Primeiro-Ministro,

As circunstâncias que acabo de descrever encontram eco na avaliação do Brasil, altamente favorável, feita por nossos principais parceiros externos.

Essa percepção reflete a condição do Brasil de país continental, de vocação universal e interesses globais, que nos leva a almejar uma participação crescente no processo decisório internacional.

Estamos preparados para assumir todas as responsabilidades que nos correspondem nesse plano.

O Brasil está engajado nos debates em curso sobre a reforma das Nações Unidas, e em particular do Conselho de Segurança. Defendemos a idéia de um Conselho mais representativo das realidades do mundo contemporâneo, com maior legitimidade, autoridade e eficácia.

Tendo como base a defesa dos mesmos ideais de democracia e liberdade que levaram o Brasil a enviar tropas para lutar na Europa contra o fascismo há cinquenta anos, temos participado ativamente nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, de que dá testemunho nossa presença, junto com a da Bélgica, nas forças internacionais de paz na Bósnia.

Estamos firmemente comprometidos com os esforços internacionais em prol do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa.

Temos contribuído de maneira expressiva para a formação de consensos no que se refere à proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos — de que são exemplos nossa atuação nas Conferências no Rio de Janeiro em 1992 e em Viena em 1993.

Mais recentemente, na Conferência Internacional da Mulher, realizada em Pequim, também participamos de forma construtiva nas deliberações sobre um tema, o da situação da mulher, de importância crescente num mundo em que a democracia se tornou valor universal e a discriminação prática a ser eliminada.

Somos defensores nos principais foros internacionais, de políticas que visem ao desenvolvimento econômico-social.

O Brasil projeta-se também como “global trader” estendendo nossa rede de interesses comerciais pelos cinco continentes.

Temos um comércio exterior diversificado, que nos permite evitar parcerias excludentes e desequilibradas. É nesse contexto que a União Européia absorve cerca de 26,5% de nossas exportações, a América Latina 23%, os Estados Unidos outros 21% e a região da Ásia-Pacífico 14%.

Por essa razão o Brasil não quer e não pode circunscrever sua esfera de atuação ao plano regional. Temos, sim, como faz a Bélgica, de dar prioridade às relações com nossos vizinhos, mas tendo presente que os esforços regionais de integração devem servir como complemento a um sistema multilateral de comércio fortalecido, um dos objetivos básicos de nossa política externa.

Nossa participação no Mercosul tem portanto marcado sentido de abertura para o exterior, na busca de uma nova dimensão para a inserção internacional do Brasil através do aumento da escala de nossa economia.

As negociações para o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia traduzem perfeitamente essa vocação da integração econômica como ponte para o resto do mundo.

O mesmo princípio vem regendo as discussões sobre a integração hemisférica. O Brasil encara o processo de forma gradual e com sentido de realismo, pois sabemos que o êxito dessa iniciativa dependerá da capacidade de agregar os esforços sub-regionais de integração existentes, como o Mercosul e o Nafta.

Senhor Primeiro-Ministro,

É esse o contexto em que se inserem as relações entre o Brasil e a Bélgica.

São múltiplos os pontos em que convergimos.

Compartilhamos ambos uma forte identidade como sociedades democráticas que privilegiam o diálogo e a cooperação.

Não é por acaso que Bruxelas é sede das principais instituições europeias de integração; é porque a Bélgica encontra-se inelutavelmente comprometida com o projeto europeu.

O Brasil possui vínculos externos muito diversificados. A multiplicidade de influências no processo de formação da Nação brasileira assim o exigiu sempre. Temos na base de nossa identidade nacional importantes elementos ameríndios, europeus, africanos, asiáticos, árabes e judaicos.

Esse fato nos distingue e nos singulariza. Aprendemos que a tolerância é fundamental para a boa convivência entre os povos, e talvez a tolerância seja um fator decisivo para que se crie uma ordem estável e justa no pós-Guerra Fria.

A vocação internacional do Brasil e da Bélgica reflete-se também no dinamismo do comércio exterior de cada um de nossos países.

A tradicional competência belga no campo do comércio exterior, conjugada à política de abertura do mercado adotada pelo Governo brasileiro, permitiu que no ano de 1994 as exportações belgas para o Brasil crescessem de maneira expressiva, transformando nosso país no principal mercado para produtos belgas na América Latina.

A Bélgica ocupa lugar de destaque no comércio exterior do Brasil, sendo hoje o sétimo principal destino de nossas exportações.

Ao final de 1994, os investimentos da União Econômica Belgo-Luxemburguesa no Brasil superavam a cifra de US\$ 1 bilhão e duzentos milhões. O Acordo Bilateral de Promoção e Proteção de Investimentos, cuja negociação foi concluída com êxito, trará estímulo adicional ao fortalecimento do fluxo de investimentos entre nossos países.

No passado, o intercâmbio de visitas no mais alto nível entre nossos dois países produziu resultados palpáveis, como a instala-

ção da indústria siderúrgica belgo-mineira após a visita do Rei Alberto I em 1920.

Que esta minha presença aqui signifique também um salto qualitativo de nossas relações políticas e econômicas, em prol da promoção do bem-estar de brasileiros e belgas.

Nossas sociedades esperam isso de nós.

Foi com o propósito de atribuir a mais alta prioridade ao fortalecimento de nossa parceria que quis incluir a Bélgica entre os países visitados em meu primeiro ano de governo.

Senhor Primeiro-Ministro,

É com esse ânimo construtivo que desejo brindar ao início de uma nova etapa nas relações entre o Brasil e a Bélgica, à amizade fraterna que sempre nos uniu, à crescente prosperidade do povo belga e à saúde e à felicidade pessoal do Rei Alberto II, da Rainha Paola e do Primeiro-Ministro e Senhora Jean-Luc Dehaene.

Muito obrigado.

XVIII

Conferência do Senhor Presidente da
República, Fernando Henrique Cardoso,
no College d'Europe.
Bruges, 16 de setembro de 1995.

I- Introdução

É para mim motivo de grande satisfação poder dirigir-me ao Collège d'Europe, esta instituição que, desde sua fundação, em 1949, dedica-se à construção da consciência da União Européia, por meio do intercâmbio acadêmico.

Foi aqui em Bruges, em anos mais recentes, durante conferências neste mesmo Collège d'Europe, que se realizou debate importante sobre os rumos que poderia tomar a União Européia, suas possibilidades e seus limites, suas oportunidades e seus riscos, entre personalidades fortes como Jacques Delors e Margareth Thatcher. Acompanhei este debate com vivo interesse e alegro-me de que acabaram por prevalecer as visões mais ambiciosas sobre o projeto de integração e unidade européias.

O mundo precisa da Europa forte e unida.

O objetivo de minha breve conferência é o de trazer-lhes a visão atual do Brasil sobre as grandes tendências e questões internacionais.

Falo em minha dupla condição de cientista social e de Chefe de Estado. Como sociólogo, o cenário internacional sempre se incluiu em minhas reflexões, em grande parte dedicadas a compreender as possibilidades do desenvolvimento da América Latina como produto da interação de variáveis dadas seja pelo quadro internacional seja pela situação interna dos países da região.

Mas foi como político que adquiri experiência direta no trato das questões internacionais, primeiro como Chanceler e, desde o início deste ano, como Presidente de um país para o qual a dimensão internacional é cada vez mais importante, que passou a ver o

cenário externo pelo ângulo das oportunidades que oferece, ciente de que é no exterior que terão de ser buscados diversos recursos indispensáveis ao desenvolvimento nacional.

II - As transformações políticas. O pós-Guerra Fria.

No plano político, o cenário internacional que hoje vivemos é muito diferente daquele em que minha geração se formou. Já não há mais a matriz da Guerra Fria que, durante décadas, serviu como referência para interpretação da realidade. Acostumamo-nos de tal modo a ver o mundo pela lente estreita do conflito ideológico Leste-Oeste que não é de estranhar que ainda hoje haja saudosistas da Guerra Fria, alguns desejosos de restaurar o conforto da previsibilidade que a moldura da Guerra Fria oferecia, outros porque viam, na disputa ideológica, alguma margem de manobra para que os países do Sul pudessem obter concessões de cada um dos lados do conflito.

O fato, porém, é que a Guerra Fria foi, do ângulo político, um dos períodos mais sombrios vividos pela Humanidade. O conflito ideológico determinava a agenda internacional e impunha sua lógica a todos os temas, impedindo a cooperação onde ela se fazia possível e necessária. Exacerbava conflitos e tensões regionais. Permeava o contexto político interno de muitos países, e isto foi particularmente verdadeiro na América Latina.

Em minha região, a Guerra Fria forneceu pretextos e oportunidades para a instalação de regimes autoritários, que duramente reprimiram o direito de opinião política. Eu próprio fui vítima de perseguição política e forçado a viver no exterior por alguns anos, quando o arbítrio penetrou a Universidade brasileira, aposentando prematuramente professores e impedindo-os de exercer sua profissão.

Naqueles anos tristes, pessoas foram mortas ou dadas por desaparecidas quando estavam sob a tutela e responsabilidade do Estado. No Brasil, agora estamos podendo reparar este erro. Este é um compromisso que tenho para com a minha consciência.

Se evoco estes acontecimentos, é apenas para demonstrar minha convicção mais profunda de que o final da Guerra Fria foi desenvolvimento amplamente positivo, inaugurando período em que novas possibilidades de cooperação se abrem.

As possibilidades de cooperação se abrem, em primeiro lugar, porque no pós-Guerra Fria há maior convergência de valores: a democracia e os princípios da economia de mercado, que embasaram o sucesso do Ocidente, ganharam dimensão universal como meio de promover o desenvolvimento, no sentido mais amplo do termo.

Não esqueçamos, de resto, que o final da Guerra Fria não se deu por uma conflagração direta entre as partes, mas pelo colapso de uma delas, incapaz de organizar-se política e economicamente para fazer frente às demandas de sua sociedade.

Por outro lado, vieram à tona, com o fim da Guerra Fria, vetores de conflito antes camuflados ou contidos sob a disputa ideológica, como o nacionalismo e a xenofobia, a intolerância étnica e religiosa, ou mesmo as condições, segundo Samuel Huntington, de um “choque de civilizações”.

Dentro desta visão pessimista inscrevem-se aqueles que julgam que o fim da disputa ideológica seria substituído por outro tipo de competição: a competição pela hegemonia econômica entre “blocos” comerciais que, no limite, poderia levar à ruptura do sistema internacional de comércio, fragmentar a economia mundial e trazer o espectro da depressão, com isso gerando novas tensões internacionais. Estaríamos, por esta visão que não endosso, quase que condenados a repetir os erros do passado.

A matizar esta visão negativa do pós-Guerra Fria, pode-se dizer que as forças da intolerância religiosa e étnica sempre existiram e, por mais irracionais que sejam, dificilmente poderiam conduzir, hoje, a uma guerra global com capacidade de “overkill”, como no período da Guerra Fria. Pode-se mesmo dizer que atualmente as grandes potências, notadamente as da União Européia,

jogam seu poder e sua influência em favor de soluções racionais e negociadas.

Embora nem sempre com sucesso pleno, o recurso às instituições internacionais, livre dos vetos automáticos do passado, passou a ser rotineiro. Lentamente, com percalços naturais, vai-se formando uma política genuína de “segurança coletiva”, que há de servir a toda a comunidade internacional e não de instrumento de interesses localizados.

Pelo lado da economia, o fenômeno da multipolarização não impede a preservação e o incremento dos vínculos entre esquemas de integração regional, pois os padrões de escala de produção e de inovação tecnológica, a repartição mundial do trabalho, militam a favor de espaços econômicos de escala mundial. Atritos comerciais existem e poderão intensificar-se, sobretudo em momentos de crescimento econômico mundial menor. No entanto, o êxito da Rodada Uruguai e a criação da Organização Mundial do Comércio constituem determinação coletiva de evitar a rota de colisão e de buscar soluções negociadas para os contenciosos comerciais.

Diante desta nova realidade internacional complexa e cambiante, o que importa, do ponto de vista dos que tomam decisões sobre política internacional, é operar no sentido de reforçar os elementos positivos trazidos pelo término do confronto bipolar, de modo que eles, consolidando-se, evitem o fortalecimento das forças de conflito.

Como atuar concretamente nesta direção é o desafio maior que teremos pelo frente.

Limite-me a apresentar-lhes dois caminhos possíveis de ação.

O primeiro é de que não devemos permitir que se fragmente a agenda internacional em temas específicos, que alguns chamam de “novos”, mas que, na verdade, se encontram há bastante tempo na pauta da comunidade internacional. Estes primeiros cinco anos de pós-Guerra Fria assistiram à notável e merecida valorização destes temas, refletida numa série de grandes conferências internacionais: meio-ambiente, direitos humanos, população, desenvol-

vimento social, mulher. No próximo ano, teremos a conferência sobre habitação.

Todos estes encontros tiveram seus méritos. Houve progressos importantes todos eles, e a Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é um bom exemplo. Além disso, revelam que os temas estratégicos cederam lugar aos assuntos que realmente contam no cotidiano de homens e mulheres: os padrões de bem-estar e a qualidade de vida. Mas se o Homem está novamente sendo objeto de consideração, isto se dá dentro de um enfoque disperso, fragmentado, pois os interesses e as “constituições” que movem o debate em cada um dos “temas novos ou renovados” não são necessariamente os mesmos.

Sem recorrer a um reducionismo simplificador, há certamente um tema global que interage com todos os demais e que ainda não foi reintroduzido, no pós-Guerra Fria, no centro dos debates internacionais. Refiro-me ao desenvolvimento.

Não temos mais, os países do Sul, a pretensão de relançar as “negociações globais” dos anos 60 e 70, quando queríamos transformar radicalmente as relações econômicas mundiais, a cuja dinâmica atribuíamos excessiva parcela de responsabilidade pelos problemas de nosso atraso. Sabemos hoje que o desenvolvimento requer reformas sociais internas, o “dever de casa” cumprido, instituições democráticas e transparentes, liberdade econômica. Mas também sabemos que o contexto internacional precisa ser favorável a que se consolidem nossas reformas.

Estão cada vez mais ligadas as dimensões interna e externa do desenvolvimento, que deixou de ser variável apenas doméstica para tornar-se tema global por excelência, aquele que inclui todos os demais temas.

E aqui menciono um segundo caminho para fazer avançar os fatores positivos propiciados pelo quadro pós-Guerra Fria: reformar a arquitetura institucional com que conta a comunidade internacional.

Nossas instituições foram concebidas ao final da II Guerra Mundial e já não refletem adequadamente a realidade dos tempos atuais. Algumas instituições, é certo, fizeram seu “aggiornamento”, mais ou menos completo: o GATT, por exemplo, saiu fortalecido de diversas rodadas de negociações comerciais multilaterais e, adaptando-se às transformações no comércio internacional, converteu-se na Organização Mundial do Comércio; os Bancos Internacionais de Fomento introduziram, em seus critérios de concessão de empréstimos, preocupações com o desenvolvimento social, com o meio ambiente, com a “boa-governança”.

Também as instituições políticas precisam ser repensadas para um tempo em que surgiram novos focos de poder e no qual o desenvolvimento necessita ser tratado como tema prioritário. A composição do Conselho de Segurança, por exemplo, obedece a uma geometria do poder de há 50 anos. Sua eficácia e legitimidade dependem da adaptação de sua estrutura para que ele possa ser o instrumento da “segurança coletiva” a que antes fiz menção. É, pois, levando-se em conta as mudanças ocorridas no mundo que se há de discutir a reforma do Conselho que, tornando-o mais representativo, fortaleça sua eficácia e capacidade de ação.

II - As transformações econômicas. Globalização e Exclusão.

A característica mais importante no plano das relações econômicas contemporâneas é a aceleração do processo de internacionalização do processo produtivo, de globalização. É processo irreversível com o qual precisamos aprender a conviver, bem como influenciá-lo numa direção que traga benefícios à população.

Uma de suas conseqüências é a criação de novas “ondas de industrialização” que foram pela aceleração da passagem de alguns países do Sul para a condição de desenvolvidos. Este é um fato novo: até a década de 70, nenhum país em desenvolvimento havia feito essa transição, hoje lograda por alguns e que também poderá estar ao alcance de outros no futuro próximo.

Outra conseqüência é a integração regional. A União Européia é o exemplo mais notável. O Brasil também vive seu processo

de integração com a Argentina, Paraguai e Uruguai, que, embora bem mais recente, pois o Tratado de Assunção que criou o MERCOSUL é de 1991, tem sido responsável pelo dinamismo das trocas comerciais entre seus membros, que se multiplicaram por 4 nestes poucos anos.

A terceira consequência da globalização, esta de caráter perverso, é a exclusão dos que não são capazes de participar da economia global. O paradoxo da exclusão simultânea à globalização se processa seja em relação a países e até regiões inteiras, seja, no interior de cada país, rico ou pobre, em relação aos segmentos menos favorecidos.

Beneficiar-se dos frutos da globalização requer, pelo lado da produção, conhecimentos e domínio das técnicas modernas e, pelo lado do consumo, renda mínima que está disponível apenas aos que participam da geração de riqueza.

Se os atores da economia global não conhecem fronteiras nacionais, para os excluídos se criam fronteiras até mesmo dentro de seu próprio país.

Para grande parte dos países do Terceiro Mundo, é preciso reconhecer que há dificuldades importantes a superar para que possam integrar-se nas correntes econômicas mundiais. Mas não posso aceitar passivamente a percepção bastante disseminada que os condenaria à marginalização econômica e ao caos político, vivendo de assistência humanitária num mundo sempre menos predisposto a oferecê-la. Talvez, tanto ou mais do que os recursos materiais, faltem agora a visão e a liderança de um Schuman ou de um Monnet para colocar esta questão na perspectiva adequada.

Por outro lado, nos países de fato integrados à economia global, sejam eles mais ou menos desenvolvidos — aqui incluo, além da Europa e da América da Norte, boa parte da América Latina e da Ásia —, ao problema da exclusão interna vem somar-se outro: o do desemprego estrutural, produzido pela constante busca de produtividade. Desemprego e exclusão formam o caldo de cultura em que nascem muitos dos problemas das sociedades contem-

porâneas: a marginalização e a delinqüência; o consumo excessivo de álcool e drogas; a desestruturação da família; a frustração e a ansiedade.

O fato de haver um lado perverso nos processos paralelos da globalização e da “eficiência” produtiva não nos devem levar a tirar, do problema, conclusões equivocadas. Não podemos e não devemos, à maneira dos luditas, destruir os frutos positivos daquilo que esses fenômenos nos trazem.

Não é tentando impor obstáculos ao progresso de transformações cuja lógica de certa forma escapa ao controle do Estado, que iremos encontrar as boas soluções. O fechamento das economias, a imposição de barreiras comerciais a pretexto, por exemplo, de “dumping social”, a regulamentação excessiva do emprego não são caminhos duradouros. Estamos lidando com fenômenos que já não se prestam a um tratamento exclusivamente nacional, ou mesmo limitado a certo grupo de países.

Isto não quer dizer que os Governos se encontrem sem mecanismos de defesa e devam assistir impassíveis às mudanças da economia moderna. Ao contrário, o grande desafio dos Governantes é o de combinar, em seus respectivos países, os critérios de eficiência e equidade e, para tanto, lançar mão de medidas sociais compensatórias que venham a corrigir as distorções criadas pelos mecanismos de mercado.

Parte crescente da riqueza gerada pela globalização e pela economia de mercado deve ser usada em programas sociais. O que não se pode é renunciar à geração de riqueza por mecanismos defensivos e protecionistas que perpetuarão os problemas novos com que nos defrontamos.

Conciliar crescimento e justiça social deve ser o nosso objetivo prioritário.

IV- Conclusão. As Credenciais do Brasil.

Para concluir, direi uma palavra sobre o Brasil.

Temos características que nos credenciam a ter presença maior no cenário internacional. Somos um país de grandes dimensões territoriais, com cerca de 160 milhões de pessoas, que vive em paz com seus dez vizinhos há mais de um século, com tradição diplomática pacífica e que participou da II Guerra Mundial — única nação latino-americana a fazê-lo — para defender os princípios da liberdade política e econômica, os mesmos que agora prevalecem em escala mundial.

Somos um país que vai retomando o crescimento com estabilidade econômica, que oferece possibilidades de parceria atraente. Fomos capazes de desenvolver internamente tecnologias de ponta para fins, no entanto, exclusivamente pacíficos.

Somos uma sociedade democrática, que se orgulha de ser multi-racial, formada por elementos de variada origem étnica e que convivem em harmonia.

A democracia tem sido a base da construção de um país moderno, justo, próspero, em que os valores de cidadania e os direitos humanos sejam respeitados.

O Brasil é um país que, com tranquilidade e auto-confiança reconquistadas, está pronto para assumir novas responsabilidades internacionais.

XIX

Aula do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da
cerimônia de outorga do título de Doutor
Honoris Causa pela Universidade de Berlim.
Berlim, 20 de setembro de 1995.

I - Introdução. Sociologia e Política.

Sinto-me profundamente honrado ao receber, das mãos do Decano do Departamento de Ciência Política da Universidade Livre de Berlim, Prof. Ralf Rytlewski, o título de Doutor *Honoris Causa*. Fiquei muito grato com as palavras pronunciadas pelo Dr. Hans Matthöfer, cujas atividades tenho acompanhado ao longo de sua carreira como parlamentar e Ministro de Estado, e cuja batalha pela descolonização, pela democracia e pelos direitos humanos é de todos conhecida. Impressionou-me também a apresentação do Prof. Elmar Altvater, certamente um dos maiores teóricos contemporâneos da teoria do desenvolvimento, em suas interrelações com a dimensão ecológica. Agradeço, enfim, as palavras do Prof. Manfred Nitsch, que tanto tem colaborado com o Brasil em questões como novas fontes de energia e a problemática do meio ambiente.

Sei que o título representa uma homenagem a minha primeira vocação, a de cientista social, que, até hoje, condiciona minha maneira de ver o Brasil e o mundo. Frequentemente, ao tomar decisões como Presidente, reconheço a necessidade de ver o campo de atuação política com os olhos do sociólogo.

Governar exige do homem público domínio de conhecimentos organizados e objetivos sobre a realidade em que deve atuar. É a ciência que ensina a conhecer. Por isto, gostaria de iniciar esta conferência com observações sobre a relação entre a ciência e a política, entre o saber e a ação, sob uma ótica distinta da de Max Weber.

Advirto que seguirei, hoje, percurso metodológico diferente do que segui há mais de 20 anos, em 1972, quando, aqui, pronun-

ciei longa palestra sobre “As Classes Sociais e a Crise Política da América Latina”.

Naquele momento, recorri também a Weber para, em contraste com Marx, buscar a melhor forma de definir o que havia de particular e de universal na dinâmica de classes do continente.

Hoje, a questão de classes está um tanto esquecida, não por ter deixado de existir, mas antes porque sua complexidade repele esquemas simples. No fundo, reconhecemos que os paradigmas clássicos precisam de profunda renovação. É como se as Ciências Sociais não tivessem podido acompanhar o ritmo da inventividade humana. Mas os clássicos ainda são fonte de inspiração. Volto a eles.

A sociologia moderna nasceu com Marx, Comte, Weber e Durkheim, quando os movimentos de transformação social ganhavam dinâmica própria e passaram a requerer interpretações baseadas em critérios objetivos e em investigações elaboradas com rigor.

A primeira indagação dos fundadores da sociologia refere-se às razões que levam às mudanças sociais. Esta indagação permanece, embora, atualmente, tenhamos de nos defrontar com sociedades mais complexas, em ritmo acelerado de transformação.

O capitalismo contemporâneo não é mais aquele que Marx descreveu no século XIX, mas as contribuições deste permanecem valiosas, sobretudo no que respeita ao impacto das forças produtivas sobre a organização social e à tendência à universalização do modo capitalista de produção.

Ao relacionar etapas no progresso da Humanidade com os avanços no domínio da indústria, o pensamento de Comte mantém sua atualidade. De Weber, ainda há muito o que recolher, pois, em sociedades como as nossas, em que a informação (portanto, o tecido das idéias e dos valores) é decisiva, suas lições continuam atuais. Durkheim remete-nos à questão sempre presente das formas de solidariedade existentes em sociedades complexas, em particular agora quando as manifestações de grupos e setores parecem prevalecer sobre os interesses coletivos.

Hoje, num momento em que a velocidade das mudanças tornou-se exponencial, o debate sobre o sentido da evolução de nossas sociedades parece unir sociologia e política.

De certa forma, os temas clássicos da sociologia transformaram-se em temas sobre os quais os políticos têm de tomar decisões concretas em seu cotidiano. Mais do que nunca, especialmente da perspectiva de um país em desenvolvimento, a ação política corresponde a um movimento de escolhas essenciais sobre o futuro, sobre como combinar *progresso econômico com equidade social*, e, muito especialmente, sobre como harmonizar vantagens coletivas e condições para o bem-estar individual.

Para nós, brasileiros, que vivemos numa sociedade que ainda padece o efeito de profundos desequilíbrios econômicos e sociais, as escolhas exigem objetividade e cuidado que nem sempre o jogo político cotidiano possibilitará, tendo em vista que sua dinâmica ainda tende a ser influenciada por interesses individuais ou corporativos, geralmente de curto prazo.

Assim, para uma atuação política moderna e eficaz, deveremos, como políticos, ter o cuidado do Sociólogo e buscar objetividade para entender os melhores e mais curtos caminhos para as transformações necessárias.

Outra lição da Sociologia é a de que o mundo das forças sociais é complexo; não podemos ceder à tentação de produzir soluções perfeitas no papel, mas inviáveis porque afastadas da realidade e da prática políticas. Nós, Sociólogos, não podemos esquecer que a mudança, em nossos dias, repele frequentemente as imposições da razão e nasce, na verdade, do encontro democrático de vontades. A “razão democrática” pode, muitas vezes, seguir caminhos tortuosos e ser lenta em sua expressão, mas será sempre uma “razão sábia”.

II - Os vários “Brasis”. A visão da Sociologia brasileira.

Nesta conferência, tentarei ser antes Sociólogo que Político. Escolhi um tema ao mesmo tempo universal e que não se presta ao conforto das certezas científicas: o da identidade nacional.

O que é o Brasil?

Há pouco tempo, em artigo que tratava do *que é ser alemão*, Habermas advertia para o risco da consagração de estereótipos a que a pergunta poderia induzir. Os temas, o meu e o de Habermas, se aproximam, embora com enfoques essencialmente diferentes. Em ambos os casos, a busca do que é ser “alemão” ou “o que é Brasil” poderá correr o risco de estar na trilha das generalizações perigosas sobre indivíduos; daí ao estereótipo o passo é quase inevitável. Tolstoi, no magistral *Guerra e Paz*, elabora toda uma tipificação nacional, que associa qualidades, defeitos e perversões a praticamente todos os povos europeus. Por mais curiosas que certas tipificações de Tolstoi possam ser, o valor do exercício tem mais de humorístico ou de literário do que de científico.

Minha longa carreira de pesquisador preveniu-me contra esse risco. Não tentarei descrever, tomando emprestada a expressão de Weber, o que é o “tipo ideal” do brasileiro. Não sei se ele existe, embora seja fácil admitir que, em cada nacionalidade, haverá uma medida que, embora inacessível à resposta científica, servirá de referência para explicar comportamentos coletivos desta ou daquela nação, deste ou daquele povo.

Minha proposta é outra. Acredito que as Ciências Sociais desempenham um papel importante no processo de criação das identidades nacionais. Em dois sentidos: em primeiro lugar, porque haverá pensadores que espelham, de forma sistemática, o que as sociedades vêem como o “típico nacional” de determinado país (na Alemanha, aponta Habermas, os filósofos talvez tenham sido a referência do pensamento ordenado e profundo). Em segundo lugar, o cientista social, ao examinar aspectos diversos de sociedades complexas, estará contribuindo para que a cidadania forme

uma visão da nacionalidade, ainda que não seja este o seu objetivo explícito ou consciente.

Para o Brasil, enquadrar-se-iam, sem dúvida, no primeiro caso, as obras de um Gilberto Freyre, que cria o mito da tolerância racial do povo brasileiro; de um Sérgio Buarque, que se torna, na leitura mais simplista, o arquiteto conceitual da “cordialidade” brasileira, no sentido de os brasileiros nos guiamos, no cotidiano, mais pelo “coração” do que pela razão; ou, mais recentemente, as observações do antropólogo Roberto da Matta, que procura identificar no comportamento do brasileiro uma dualidade essencial, que levaria a duas posturas éticas contraditórias, sancionadas por atitudes que mudariam em função do espaço público (a rua) ou privado (a casa); e as de Darcy Ribeiro, sempre criativo em suas concepções do “modo de ser” brasileiro.

Dos quatro cientistas sociais mencionados, fiz apropriações simplificadas de textos complexos. Gostaria de assinalar que, diferentemente do que ocorreria na Alemanha, em que as referências são filosóficas, ou mesmo nos Estados Unidos, onde os autores que se identificam com o típico nacional seriam mais políticos (como os “founding fathers” no período do debate constitucional e os que fazem a exaltação da liberdade e do orgulho da acumulação capitalista como traço da vida cotidiana), no Brasil são os *pensadores do social* os que lançam o padrão do *ser brasileiro*. Talvez porque estariam nas maneiras sociais, nas formas de convivência, mais do que num modo de pensar ou num comportamento político, os elementos que definem o mito da “brasilidade”.

Antes de passar adiante, mencionaria as tentativas modernas, formuladas nos anos 30, de caracterizar o “brasileiro”, um esforço não exatamente sociológico de identificar o Brasil com certas tradições ou correntes artísticas. É nesse marco que se dá a “descoberta”, primeiro por Mário de Andrade, depois por Rodrigo Mello Franco de Andrade, do barroco colonial como uma expressão da estética brasileira. A reinvenção de formas estéticas européias, a adaptação da arquitetura e da escultura a um ambiente histórico e geográfico diferente, criava uma forma de manifestação

artística original. A igreja era barroca na concepção, mas brasileira na feitura, o que lhe garantia a força de originalidade. O mesmo valeria para a literatura, como mostra Antônio Cândido, quando estuda a adaptação das imagens do arcadismo oitocentista ao cenário montanhoso de Minas Gerais. Para usar uma expressão com que descrevi a contribuição da CEPAL nos diagnósticos e formulações teóricas da realidade latino-americana, éramos *originais na cópia*.

III - Outras Interpretações do Brasil. Visões de dentro e visões de fora.

Passemos a outras interpretações contemporâneas do Brasil, que ajudaram a exprimir o mosaico complexo que é a realidade brasileira. Voltaria a um outro autor que também se forma nos anos 30: Caio Prado, talvez o maior pensador do marxismo brasileiro e que, por isso, tinha perspectiva peculiar. Diferentemente dos autores que já mencionei, que pensavam na chave do que é o “propriamente nacional”, para um marxista, preso à necessidade de referir-se a leis universais da evolução do capitalismo, a indagação teria que partir da idéia da diferença. O Brasil é capitalista, sim; mas seguiríamos as mesmas características das formações sociais européias?

A obra de Caio Prado abre um longo debate sobre que tipo de capitalismo é o brasileiro, em que a escravidão desempenhou um papel predominante na fase de implantação, de “acumulação primitiva”. A disputa sobre o significado da economia colonial — se feudal, capitalista, ou algo que combinaria os dois modos de produção — era intensa. Eu mesmo, na minha obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, tratei da questão. E se me permitem uma auto-citação de minha Conferência feita aqui em 1972:

“Os esquemas de caracterização das classes sociais na América Latina e de seu relacionamento com as estruturas de poder parecem percorrer, em ondas sucessivas, um movimento pendular que vai da superdeterminação do processo social interno pela dominação externa ao hiper-particularismo das especificidades lo-

cais, sem atingir, senão episodicamente num ou noutra autor mais cuidadoso, o caráter de uma relação dialética em que particular e geral se estruturam num todo contraditório mas integrado.”

As implicações desse debate sobre que tipo de capitalismo é aquele que se teria desenvolvido no Brasil são evidentes para a compreensão contemporânea das possibilidades de uma “revolução brasileira”. Uma das derivações dessa visão é (embora nem sempre claramente filiada ao marxismo) o nacionalismo moderno brasileiro, que teve no ISEB, sob a liderança de Vieira Pinto, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, uma das versões mais acabadas.

De certa maneira, o nacionalismo traduzia, em uma perspectiva de “combate político”, a necessidade de construir uma visão própria do mundo, que nos levasse a afirmar a nossa originalidade e, ao mesmo tempo, nos indicasse que classes liderariam o esforço de forjar a “autonomia plena”, defendendo-nos das formas de penetração imperialista.

Para mim, o tema da identidade nacional se estabeleceu com clareza em minha temporada na CEPAL, especialmente no diálogo com Raul Prebisch e José Medina Echavarría. O primeiro, ao distinguir dinâmicas diferenciadas no centro e na periferia do capitalismo, apontava para a dimensão latino-americana da identidade brasileira, movida pelas modalidades de inserção no sistema capitalista. Echavarría, espanhol, indagava-se, mais no plano da cultura e das relações sociais, o que era aquele continente, com traços de valores europeus, herdeiro de formas universais de cultura, mas evidentemente diferente, com fortes setores de civilização indígena e africana e uma tendência autoritária recorrente.

Sabíamos, também, que não nos igualávamos ao grupo de países do Terceiro Mundo, como os africanos e asiáticos, que começavam a ganhar independência naquele início dos anos 60 e tinham tradições culturais que os distanciavam de nossa matriz ocidental.

Neste quadro, as análises concretas da dependência se articularam, em última instância, como proposta de distinguir o que é

peculiar na América Latina. Podemos ler os textos sobre as teorias da dependência — e longe estão de homogêneos — como tentativas de revisão da teoria do imperialismo, como esforços para mostrar que a “penetração” do capitalismo na periferia não obedece a padrões uniformes, estando condicionada a formas nacionais de distribuição de poder e de organização social. Uma das indagações centrais seria justamente a de como constituir formações capitalistas, com camadas burguesas frágeis, sustentadas e orientadas por uma presença predominante do Estado.

Ainda no marco da matriz marxista, mencionaria as análises sobre a cultura brasileira, especialmente as de Roberto Schwarz. Se as forças produtivas tinham, ao se transferirem para a periferia, uma dinâmica própria, o mesmo ocorreria no plano das idéias. Os processos de legitimação tanto quanto os processos de criação cultural obedeciam a normas próprias. Não se tratava mais, como nas análises pioneiras dos anos 30, de simplesmente anotar o surgimento de um “estilo brasileiro”, mas antes de procurar a lógica que explicava determinadas formas estéticas.

A noção de descompasso aparece sob a forma do conceito de que, no Brasil, as “idéias estariam fora de lugar”. Assim, no Império, se a hegemonia se construía com base nos padrões da ideologia liberal, a aceitação “institucional” da escravidão gerava mecanismos “adaptativos”, e a melhor interpretação literária do processo, a de Machado de Assis, demonstrava a prevalência das relações de favor, de comportamentos clientelistas, em vez da afirmação individual.

Em suma, boa parte da produção sociológica, especialmente em São Paulo, lidará com as diferenças e peculiaridades do capitalismo na periferia. Teremos, aí, portanto, uma visão de um Brasil que, ao mesmo tempo em que se situa nas correntes universais do capitalismo, distingue-se de sua concepção mais estrita.

É evidente que esta linha de interpretação do Brasil não é a única. Para mencionar outros clássicos, lembro a obra de Raimundo Faoro, de corte weberiano, que traça a evolução política do Brasil a partir da predominância do patrimonialismo; ou as investi-

gações iniciais de Florestan Fernandes, pioneiro nos estudos dos índios “tupinambá” e nos estudos de “integração racial” que, de certa maneira, revêem sociologicamente a antropologia freyriana; ou, ainda, Celso Furtado, que abre o debate sobre as possibilidades da industrialização brasileira e chama a atenção para o intrincado jogo entre forças internas e externas na definição dos processos econômicos brasileiros.

Neste momento, porém, gostaria de fazer referência a algumas “visões de fora” do Brasil. Em primeiro lugar, a dos franceses, Bastide, Lambert, Morazé, e, mais recentemente, Touraine.

Estes propõem interpretações gerais de Brasil, indagavam-se sobre qual seria a marca diferenciadora de nossa formação social, que, para Lambert, era a de “sociedade dual”, para Bastide, a da “terra de contrastes”, ou, com Morazé, a de um país que viveria simultaneamente “três idades”. A idéia de diferenças econômicas e sociais com dimensões radicais, a ponto de opor duas civilizações dentro do mesmo país, contrastaria com a homogeneidade européia.

Alain Touraine superará essa visão dicotômica que, de uma certa maneira, chamava a atenção para a violência das diferenças sociais e *entenderá de forma integrada* a dinâmica social brasileira.

Por mais clara que tenha sido a crítica metodológica aos estudiosos franceses, sua obra permanece como contribuição sociológica à crítica social, ao mesmo tempo em que sublinhava a dificuldade de mudança. Não se tratava apenas de “modernização”; era necessário, para se obter um mínimo de justiça social, recriar uma unidade social no mosaico da civilização brasileira.

Merecem referência, ainda, Levi-Strauss, com sua compreensão do valor intrínseco das variedades étnicas de nossos índios, e Braudel, que menciono menos pelas análises que fez da realidade brasileira do que por seu reconhecimento de que, a partir da experiência brasileira, ganharia perspectiva para empreitadas mais amplas. Dirá, anos depois, que sua estada no Brasil foi mo-

mento decisivo para a elaboração de suas teses sobre o Mediterrâneo.

Aliás, a influência metodológica francesa é curiosa e vale citar um depoimento feito, em artigo recente, por Antônio Cândido. Tratando da primeira leva de professores franceses que vieram ao Brasil por ocasião da fundação da Universidade de São Paulo, ainda nos anos 30, diz que “um projeto de claro sentido nacional foi realizado com recurso quase total à contribuição estrangeira [...] lembro, entre divertido e surpreso, que meus mestres brasileiros timbravam em citar autores europeus, em mostrar conhecimento minucioso da Europa e boa pronúncia do francês e do inglês, além de usarem categorias do pensamento europeu para construir imagens abstratas de uma realidade vaga. Enquanto os mestres franceses nos obrigavam a olhar o mundo circundante, recorrer às fontes locais, descobrir documentos, investigar a realidade próxima. [...] Os franceses nos punham dentro do país”.

A comparação dos franceses com os estudos modernos dos “brasilianistas” americanos, já nos anos 60 e 70, é interessante. Em primeiro lugar, os americanos escolhem focos mais específicos, são “especialistas”. Os pioneiros, Pierson e Wagley, eram estudiosos, de grande acuidade, de realidades menores: ora pequenas comunidades paulistas, ora relações raciais na Bahia. Em segundo lugar, a perspectiva de crítica social, embora continue ainda, já não aparece explicitamente, pois está embutida nos modelos e visões da sociedade que orientam a pesquisa.

O impacto que eles tiveram sobre a sociologia e, mais ainda, sobre a ciência política brasileira (que se afirma com independência nos anos 70) foi significativo e ocorre de várias maneiras.

Faz-se, por exemplo, com sucesso, a ligação entre a análise econômica e a crítica social e, neste sentido, os estudos de Albert Fishlow sobre redistribuição de renda foram pioneiros. Retoma-se a importância do jogo político e das instituições como elemento para a compreensão dos processos de transformação do País.

A versão da história brasileira do ângulo da evolução democrática, como fez Skidmore, e da análise dos militares, na obra de Stepan, são exemplares. Modernizam-se os estudos sobre o peso dos Estados na Federação e, finalmente, desvenda-se uma medida de autonomia da política externa, que propiciou análises interessantes da diplomacia pendular de Vargas.

IV - Os novos enfoques das ciências humanas no Brasil.

O autoritarismo não interrompeu a pesquisa sobre os temas brasileiros. Do lado oficial, dos porta-vozes do regime autoritário, propunha-se uma visão simplista, ideológica, de um Brasil que, estando à beira da solução de seus problemas, teria um destino fácil de potência. Nas universidades e nos centros de pesquisa, criados para fugir às limitações impostas à liberdade acadêmica, o movimento vai justamente no sentido oposto. De um lado, a denúncia das fragilidades de um modelo de organização social que combinava autoritarismo e políticas econômicas concentradoras; de outro, o florescimento do que eu chamaria de a “pesquisa focalizada”.

É claro que este movimento não começa nos anos 70, mas, sem dúvida, com a difusão dos mestrados e doutorados em ciências sociais, com a volta de muitos exilados que fizeram pós-graduação nos Estados Unidos e na Europa, a temática da pesquisa se amplia, os trabalhos ganham em profundidade; perdeu-se um pouco a pretensão de interpretações prontas e gerais sobre o que é o Brasil.

Diria mesmo que cada aspecto da realidade ganha seu nicho acadêmico. A Antropologia abre espaço para a compreensão de fenômenos que vão do carnaval às religiões sincréticas. A Sociologia se especializa, abordando as questões urbanas e rurais, a formação do sindicalismo moderno, as dimensões da pobreza e da desigualdade, os temas da mulher, da educação e da comunicação de massa, as tendências demográficas, a busca das matrizes do populismo e do autoritarismo, a interpretação das condições para o

surgimento do Estado onipresente e a fragilidade de sua legitimidade.

A Ciência Política discute os partidos e os sistemas eleitorais, os mecanismos de decisão, as novas formas de organização social. Os temas de política internacional ganham autonomia: o sistema capitalista é condição, mas não mais determinante exclusiva, de opções de política externa. Os estudos diversificam-se geograficamente; ao lado de São Paulo e Rio, a pesquisa moderna difunde-se em muitos outros centros regionais.

V - Os “Brasis” e o processo político contemporâneo.

Essa visão, necessariamente esquemática e incompleta, de aspectos da reflexão sociológica brasileira leva, do ângulo da política, a uma conclusão: quem decide deve buscar a perspectiva mais completa do País e, para tanto, há de aceitar a sua complexidade. Há de ir além dos diversos “Brasis” que nos fornecem as Ciências Sociais e agregar-lhes ainda os outros muitos “Brasis” que freqüentam a mesa do processo político.

Sabemos que, em cada decisão política concreta, haverá sempre a dimensão de um Brasil econômico, que, em si mesmo, comportará compromissos difíceis entre a necessidade de estabilização e o ideal de crescimento. Nem sempre a melhor lógica econômica coincidirá com o jogo de interesses políticos, distribuídos em conflitos, alguns de cunho regional, outros partidários, outros ainda fundados em visões diferenciadas do melhor projeto para o País. As soluções econômicas muitas vezes não oferecem indicações automáticas de desenvolvimento social, e a introdução de parâmetros de equidade na decisão econômica não é sempre fácil.

A dialética do econômico, do político e do social sofre ainda a influência da *mídia*, que terá formas próprias de avaliar o que é importante em determinada conjuntura e, com sua ação, influencia a opinião pública.

Poderia continuar lembrando os interesses, nem sempre homogêneos, de uma burocracia pesada e onipresente, como é a do

Estado brasileiro; ou ainda a força dos movimentos sociais, expressos, hoje, em milhares de ONGs, atuantes e representativas dos mais variados interesses setoriais, mas com dificuldade de articular políticas sociais que sejam efetivamente universais. Poderia também mencionar a necessidade de compatibilizar os processos internos e internacionais em uma dinâmica de globalização.

VI - O caminho para o futuro.

Em síntese, deveria estender-me muito para localizar com precisão cada uma das múltiplas influências que balizam o espaço próprio da decisão de Governo.

Diante dessas lógicas múltiplas, o olhar do sociólogo, amparado na tradição que descrevi e que essencialmente leva a que se aceitem as complexidades da realidade brasileira, aconselha a que se faça um duplo movimento.

O primeiro movimento é no sentido de buscar a necessária distância para compreender que as soluções políticas e os atos de Governo, devem orientar-se por critérios que considerem todas essas lógicas parciais, jamais podem ser pré-determinados por nenhuma delas. O segundo é o de entender que as decisões devem ser tomadas de molde a assegurar estruturalmente a construção do *modelo de progresso que desejamos*. Ou seja, não existirá boa política se não houver visão de um futuro de democracia e de justiça para todos os brasileiros.

Nesse sentido, se nos afastamos dos estereótipos; se sabemos, hoje, que não somos simplesmente “tolerantes” ou “cordiais”, que o capitalismo brasileiro tem tanto traços universais como peculiaridades, que o problema social tem raízes estruturais, que o processo político é, simultaneamente, arcaico e moderno; quem decide deverá, não obstante, ter clareza quanto aos problemas centrais de nosso tempo e dos recursos nacionais para encaminhá-los.

Como obter essa clareza?

Acredito que a primeira necessidade, para a boa gestão política, é permitir que as diversas perspectivas de Brasil apareçam plenamente no debate público: é essa a regra geral do bom funcionamento das democracias. Somente o debate democrático pode promover o encontro entre a reflexão sociológica e a dinâmica da política.

Por ambas as óticas, a sociológica e a política, ainda somos um país “injusto”. Na linha das dicotomias de Gilberto Freyre, hoje o quadro brasileiro talvez pudesse ser resumido como “Grande Indústria e Favela”. As diferenças sociais são marcantes, mas há espaço para atenuá-las, para afastar desigualdades que ainda criam limites para um verdadeiro projeto de “realização nacional”.

A sociologia fornecerá mapas da desigualdade, poderá apontar padrões de transformação, e aí se esgota seu papel, pois é no reino da política que se define o que realmente é possível fazer. O melhor guia para a construção do futuro, que se realiza a partir do cotidiano das pequenas e grandes decisões de Estado, é menos a razão do que a sensibilidade.

VII - Conclusão

Em suma, os temas centrais da sociologia brasileira seriam quase clássicos: o da transformação social, seus agentes e projetos, e o da participação. As reflexões da Sociologia sobre “o que é o Brasil” indicam também alguns rumos do “que é ser brasileiro”. Se quisermos, nessa base, definir o que é ser brasileiro hoje, diria que é alguém que aspira à justiça e à cidadania plena. Este é o brasileiro que emerge das urnas, para quem transformação e participação representam, a rigor, modalidades essenciais da vida democrática.

Graças ao trabalho dos cientistas sociais, podemos ver o Brasil, hoje, com olhos realistas. Tenho orgulho, como Sociólogo, do muito que conseguimos fazer nestes últimos anos, no sentido de entendermos melhor o país e, assim, ajudarmos a assentar os fundamentos para uma democracia sólida, arraigada, do auto-conhecimento.

Pelo que oferecemos de conhecimento, certamente teremos contribuído para mudar as instituições e, sobretudo, para transformar comportamentos e modos de convivência. Não nos cabia resolver, é claro, os nossos problemas, mas abrimos caminhos.

Ao nos tornarmos cidadãos plenos, a “condição de brasileiro” se torna universal. Habermas, no artigo que citei anteriormente, propõe, para discernir o que é o melhor na tradição alemã, justamente porque isto a universaliza, o seguinte: “Subtrair-se àquelas tendências regressistas, alcançar a maioria, olhar de frente a própria situação histórica e social, bem como a internacional, seria o justo daqueles que se reportam à tradição alemã, à de Kant”.

Ora, os brasileiros, que estão construindo com luta e participação uma democracia de caráter verdadeiramente universal, revelam ao mundo sua verdadeira face, que tem tanto de “kantiano” quanto os alemães, que conseguiram reerguer uma nação destruída pela guerra para tornar-se um exemplo de prosperidade e de vida democrática para a Humanidade.

XX **Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por
ocasião do almoço que lhe ofereceu
o Prefeito-Governador de Berlim.
Berlim, 20 de setembro de 1995.**

Estar em Berlim constitui para mim motivo de especial satisfação.

Ainda hoje fui agraciado com o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Livre de Berlim, o que muito me honrou. Pude retomar o contacto com a Academia na condição de sociólogo, vocação que me levou muitas vezes a buscar inspiração nos clássicos alemães.

Por isso, sinto-me bastante à vontade em Berlim, uma cidade que conheço há muito tempo.

E no entanto, encontro hoje uma Berlim que em nada se assemelha à cidade que conheci em plena Guerra Fria.

Naquele momento, Berlim era o símbolo de um mundo dividido entre duas ideologias em confronto.

Berlim era também o símbolo da resistência; da resistência da liberdade contra a opressão.

O muro dividia não apenas Berlim; não apenas o mundo: dividia também o povo alemão.

A queda do muro em 1989 transformou Berlim novamente num símbolo, agora de novos e melhores tempos. A liberdade triunfou, resgatou-se a crença na possibilidade de mudar as coisas através do diálogo democrático, o povo voltou a ter esperança e recuperou a vontade de construir o seu destino de prosperidade.

Senhor Governador-Prefeito,

Poucos têm-se engajado na construção de seu próprio destino como o povo alemão.

A comunidade internacional acolheu com entusiasmo o ressurgimento de uma Alemanha unificada, economicamente forte e politicamente comprometida com a democracia e os melhores valores do humanismo.

A Alemanha unida será importante fator de estabilidade no período histórico que vivemos.

A vocação européia por excelência da Alemanha não deve ser um limite para sua atuação internacional. Pelo contrário, é a presença na União Européia de uma Alemanha forte e de tradição econômica aberta que assegurará uma Europa comprometida com um mundo mais justo.

Nesse sentido, o Brasil recebeu com satisfação a “Iniciativa Latino-Americana” do Governo alemão. É uma proposta que coloca a Alemanha na agenda de prioridades de todos os países de minha região.

Senhor Governador-Prefeito,

O Brasil está empenhado em uma profunda mudança de suas estruturas.

Estamos plenamente reconciliados com a normalidade democrática. Agora caminhamos também para a normalidade econômica, com o êxito do Plano Real, que tem sido capaz de harmonizar estabilização e crescimento da economia.

Estamos buscando redimensionar o Estado, conferindo-lhe a dimensão apropriada para atuar nas áreas em que é essencial, como saúde, educação, moradia, segurança e saneamento básico.

É o caráter essencialmente democrático e aberto do processo de reforma ora em curso no Brasil que me dá a certeza de que reencontramos definitivamente o caminho do desenvolvimento.

Queremos, Senhor Governador-Prefeito, a Alemanha como parceiro importante nessa empreitada.

Estamos, alemães e brasileiros, construindo nossos próprios destinos com um fundamental sentido de liberdade.

Foi ele que derrubou o muro que aqui uma vez se ergueu.

É ele que nos identifica e nos aproxima.

Por tudo isso, quero brindar a esta Berlim, hoje símbolo de liberdade e união, à amizade histórica entre brasileiros e alemães, à prosperidade de todos os berlinenses e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Monika Diepgen.

Muito obrigado.

XXI

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar que lhe ofereceu o Presidente da Repúbli-
ca Federal da Alemanha, Roman Herzog.
Bonn, 20 de setembro de 1995.

A calorosa hospitalidade com que Ruth e eu estamos sendo recebidos na Alemanha muito nos sensibiliza. É prova de que são sólidos os laços de amizade que unem brasileiros e alemães.

Desde a chegada ao Brasil, em meados do século passado, dos primeiros imigrantes de origem alemã, viemos construindo interesses comuns, que hoje comportam uma parceria significativa.

É com a certeza de que trabalhamos sobre bases firmes que não hesito em afirmar estarmos diante de um momento muito favorável para o fortalecimento de nossas relações.

Brasil e Alemanha revelam grande convergência em diversos temas da agenda internacional.

No plano bilateral, é necessário reconhecer que as relações Brasil-Alemanha sofreram, na década de 80, as conseqüências de momentos históricos que nos levaram a certo grau de introspecção: do lado brasileiro, os efeitos negativos de uma economia estagnada e de um modelo econômico que já havia perdido seu dinamismo; do lado alemão, os enormes desafios do processo de unificação, que alteravam as prioridades das agendas interna e externa.

Superadas essas limitações e fortalecidos pelos novos horizontes que se abriram para ambos, verificamos hoje que estão dadas as condições para dinamizar as relações Brasil-Alemanha.

Conduzida com grande competência pelas lideranças políticas alemãs, a reunificação já ultrapassou sua etapa mais delicada e vem consolidando os valores democráticos e o crescimento econô-

mico em toda a Alemanha, que amplia sua importância como pólo político e econômico internacional.

Essa dimensão da Alemanha não é condizente com uma esfera de atuação restrita a seu entorno geográfico, nem ao relacionamento com os países desenvolvidos.

Não é essa a tradição da diplomacia alemã.

Assim, foi com entusiasmo que recebemos a "Iniciativa Latino-Americana" do Governo alemão que sinaliza claro reconhecimento das possibilidades abertas pela estabilização e pela retomada do crescimento na América Latina como um todo, e no Brasil em particular.

Senhor Presidente,

O Brasil vive transformações profundas na área social e econômica.

Estamos implementando um programa abrangente de estabilização e de modernização da economia brasileira: o Plano Real, construído com a marca da credibilidade e da competência.

O primeiro passo já foi dado: recuperamos a confiança da população na moeda nacional.

As estimativas de inflação para setembro indicam uma taxa próxima a zero. Neste ano, a inflação não deverá ultrapassar os 25%, num país em que, até um passado recente, estava à beira da hiperinflação.

A economia voltou a crescer de forma sustentada: em 1994, 5,7% ; neste ano, teremos algo próximo a isso.

As taxas de investimento na economia beiram novamente os 20%, refletindo a confiança do setor privado nacional e estrangeiro na solidez da recuperação econômica brasileira.

Um dado muito importante: com o fim da inflação, cerca de 15 bilhões de dólares foram transferidos para o consumidor, em particular o mais pobre. Pode-se afirmar sem receio que se trata da maior redistribuição de renda de que o Brasil tem registro.

Tudo isso está ocorrendo num quadro de abertura da economia ao exterior, de austeridade fiscal e de reorientação do papel do Estado na economia, retirando-se do setor produtivo e canalizando seus recursos para programas sociais.

Estamos agora ingressando em nova e fundamental fase do Plano Real, em que deverão produzir-se as reformas de cunho mais estrutural no Estado, em particular nas áreas tributária, administrativa e previdenciária.

Tenho buscado conduzir este processo com o equilíbrio derivado de uma visão abrangente do Brasil e de seu lugar no mundo, em diálogo constante com a sociedade e as forças políticas da nação.

Senhor Presidente,

A parceria entre Brasil e Alemanha encontra campo fértil num momento em que ambos levam adiante projetos nacionais que exprimem aspirações de seus povos.

A Alemanha é hoje o segundo maior parceiro estrangeiro do Brasil, com cerca de 15% do total de investimentos externos, e o primeiro entre os países da União Européia. Mil e duzentas empresas alemãs geram cerca de quatrocentos mil empregos no Brasil e produzem quase 15% do PIB nacional.

No plano comercial, a Alemanha é o terceiro parceiro bilateral, com um fluxo nos dois sentidos de mais de US\$ 4,6 bilhões no ano passado, composto principalmente de produtos industrializados de alto valor agregado.

Nosso intercâmbio científico-tecnológico é também significativo.

Esses fatos são eloquentes, mas não representam o limite de nossas relações. A maturidade de nossa parceria permite que ampliemos ainda mais nosso relacionamento, em proveito mútuo.

No plano das relações internacionais, a reforma das Nações Unidas tem merecido o interesse tanto do Brasil como da Alemanha. Ambos defendemos uma revisão do Conselho que reforce sua

legitimidade, autoridade e eficácia. Isso só pode ser alcançado com maior representatividade por parte de países desenvolvidos e em desenvolvimento de reconhecida capacidade de atuação global.

Nossos dois países têm ainda papel central na aproximação entre a União Européia e o MERCOSUL. A ação concertada dos dois Governos pode contribuir decisivamente para imprimir ao acordo em negociação um caráter efetivamente liberalizante em todas as áreas do intercâmbio entre os dois processos de integração.

Brasil e Alemanha são países firmemente comprometidos com a causa do desarmamento e da não-proliferação.

Quero mencionar os esforços brasileiros nesse campo, particularmente no que se refere ao controle de tecnologia de mísseis. É nesse contexto que se insere nosso desejo de participar do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), assunto sobre o qual temos conversado com nossos principais parceiros. A próxima reunião plenária do MTCR, a realizar-se em Bonn, em outubro próximo, poderá constituir o momento apropriado para se decidir sobre o ingresso brasileiro no Regime.

Nos chamados “temas globais”, como direitos humanos e meio ambiente, desenvolvemos uma cooperação exemplar, baseada na convergência de pontos de vista e de interesses.

A esse respeito, gostaria de destacar que o Governo brasileiro está desenvolvendo ações concretas para apressar a demarcação e regularização das áreas indígenas no Brasil, as quais são equivalentes ao somatório dos territórios da Islândia, da Irlanda, do Reino Unido, da França, da Espanha e Portugal.

Uma destas ações é a revisão da legislação pertinente, no sentido de conferir maior segurança jurídica ao processo de demarcação. Outra, de grande importância, é a assinatura de acordo de cooperação com o Governo alemão, que assegurará substanciais recursos para a identificação e demarcação das glebas indígenas.

Não estamos adotando tais medidas apenas por razões humanitárias. A demarcação das terras indígenas contribuirá decisivamente para atrair investimentos em áreas como a da Amazônia

Legal, o que ajudará a harmonizar a preservação de nossas raízes culturais com a promoção do desenvolvimento auto-sustentável.

Desejo ressaltar ainda a importância da dimensão cultural de nossa parceria. A inauguração, durante minha visita, do Centro de Estudos Brasileiros de Berlim busca dar forte impulso a esse propósito.

Senhor Presidente,

1995 pode ser considerado o ano da parceria Brasil-Alemanha, tal o vulto do intercâmbio de visitas de alto nível de parte a parte.

Os resultados desta minha visita decorrem de um cuidadoso processo preparatório que envolveu encontros em nível ministerial, seminários com a participação de representantes de vários setores dos dois países e um permanente trabalho de concertação diplomática.

Trago uma mensagem clara sobre o Brasil de hoje, uma mensagem simples, de confiança, de estabilidade, de grandes possibilidades.

A próxima visita de Vossa Excelência ao Brasil, em novembro, assegurará o continuado fortalecimento do diálogo político bilateral e contribuirá em muito para a consolidação da parceria entre o Brasil e a Alemanha, a partir de uma contato direto com a nova realidade brasileira.

Sua presença na FEBRAL 95 reforçará o êxito do evento.

É com essa visão de um futuro promissor que desejo convidar todos a brindar à Alemanha, à continuada prosperidade de seu povo agora reunido, à amizade e aos laços especiais que unem brasileiros e alemães e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

XXII

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da
inauguração de exposição sobre a Amazônia.
Bonn, 21 de setembro de 1995.

O Brasil vem passando por uma profunda transformação no que respeita à questão ambiental. Menciono apenas um indicador para ilustrar esta mudança: criaram-se nos últimos anos, no Brasil, cerca de 5000 ONGs, das quais 1500 voltadas para temas ambientais e, dentre estas, 300 apenas na Amazônia. A consciência ambiental é assim um fenômeno que têm raízes na própria sociedade brasileira.

A força da consciência ambiental no Brasil tem várias consequências reais, das quais cito algumas:

I) estamos conduzindo esforço continuado para controlar o desmatamento na Amazônia, que caiu pela metade nos últimos anos;

II) hoje temos condições de acompanhar de perto, passo a passo, o que acontece na Amazônia, porque dispomos de um sistema de monitoramento por satélites montado e operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, com base na tecnologia mais avançada. Este sistema é também de caráter preventivo na medida em que permite detectar áreas de desmatamento e queimadas com bastante precisão e num estágio ainda preliminar;

III) há hoje, na população brasileira, um grande compromisso, em especial na Amazônia, no sentido de proteger e demarcar as terras dos cerca de 240 mil indígenas brasileiros. As terras indígenas ocupam cerca de 11,12% do território nacional (554 áreas num total de 94.645.222 has), ou o equivalente aos territórios somados da Islândia, Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal. Só a área lanománi já demarcada equivale ao território de Portugal. Estão demarcados 43.621.000 has (46,29% do total de terras indígenas) e se está acelerando o processo de demarcação das demais áreas;

IV) existem, por fim, um conjunto de projetos para a proteção de comunidades nativas extrativistas — como os seringueiros, comunidade que tinha em Chico Mendes um de seus grandes líderes — bem como um trabalho conjunto do Governo e entidades comunitárias para ações que visam atacar os problemas dos bolsões de pobreza na Amazônia;

Nosso maior parceiro internacional nas questões do meio-ambiente é a Alemanha. Foi o país que lançou, na Cúpula do G-7 de Houston, a iniciativa que viria a transformar-se no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, cujos recursos provieram em sua maioria, isto é, 60%, da Alemanha.

É também a Alemanha nosso principal parceiro no projeto de demarcação de terras indígenas e nos projetos sociais na Amazônia. E temos neste país o maior contingente dos que vêm ao Brasil fazer o chamado “turismo ecológico”, modalidade que é a própria essência do conceito de desenvolvimento sustentável na medida em que combina a exploração das atividades econômicas da região com a preservação da natureza.

Dai o sentido desta pequena mostra que, mais do que uma grande exposição sobre a Amazônia, é o símbolo do muito que podem fazer dois países, Alemanha e o Brasil, com interesses e percepções comuns sobre questões ambientais.

XXIII

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da
celebração do Dia Mundial da Habitação.
Curitiba, 2 de outubro de 1995.**

É com grande satisfação que aceitei o convite para participar das festividades do Dia Mundial da Habitação. É a primeira vez, desde 1986, quando se iniciou a comemoração do dia Mundial da Habitação, que uma cidade da América Latina tem a satisfação de ser anfitriã do evento.

A escolha de Curitiba foi de grande felicidade. O êxito das soluções inovadoras que aqui têm sido implementadas já lhe assegurou, internacionalmente, a reputação de cidade com um dos melhores níveis de qualidade de vida no mundo em desenvolvimento. Seu programa de reciclagem de lixo, por exemplo, mereceu reconhecimento internacional ao ser premiado pelo Centro do Habitat das Nações Unidas em 1992.

Desejo cumprimentar o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, e seu antecessor Jaime Lerner, hoje Governador do Paraná, pelo exemplo que sempre deram de administração corajosa, imaginativa. Curitiba muito deve a ambos. A eles também dirijo minhas felicitações pelo trabalho realizado.

O objetivo desta comemoração é o de despertar a atenção para as questões relacionadas à moradia, à comunidade, aos assentamentos humanos, todas fundamentais neste nosso tempo em que a população mundial cresceu de tal modo, sobretudo nos países mais pobres, que parece cada vez mais difícil atingir o objetivo de moradia digna para todos. O dia de hoje oferece uma oportunidade de reflexão sobre quais as medidas possíveis, porque necessárias, para que aquele objetivo venha a ser alcançado.

Neste ano, o tema do Dia Mundial da Habitação é o da "Nossa Vizinhança", que dá clara ênfase à importância do bairro, da comunidade, da solidariedade criada pela proximidade como

agente do desenvolvimento. Incluo-me entre aqueles que vêem na comunidade o núcleo primordial a partir do qual devem ser encaminhadas as soluções do desenvolvimento social, entre elas a da moradia.

Acabou-se o tempo do Estado assistencialista. Hoje, é na comunidade organizada que devem nascer as demandas que cada uma delas terá para aprimorar sua qualidade de vida. Este é o princípio do Programa Comunidade Solidária, o mais importante projeto social de meu Governo, junto com o da reforma agrária.

O Dia Mundial da Habitação celebra-se, neste ano, tendo como horizonte a II Conferência das Nações Unidas sobre Habitação, que se realizará em Istambul, no próximo ano. Desde já, tem havido intensa mobilização no Brasil, não apenas no Governo, mas também em diversos segmentos da sociedade, para que nossa participação em Istambul se destaque pela qualidade.

Dirijo-me ao Sr. Wally N'Dow, Secretário-Geral da Conferência de Istambul que hoje nos honra com sua presença em Curitiba, para dizer que nós, brasileiros, desejamos dar e daremos contribuição construtiva na Conferência do próximo ano.

Uma habitação digna ainda é um sonho para grande parte dos brasileiros. Que este sonho se materialize para grande parte deles, é compromisso que assumi em minha campanha e que hoje reitero.

Muito obrigado.

XXIV

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião
do jantar que ofereceu ao Presidente
do Vietnam, Senhor Le Duc Anh.
Brasília, 10 de outubro de 1995.

Em nome do governo e do povo brasileiros, quero mais uma vez dar as boas-vindas à Vossa Excelência e à sua comitiva.

A sua presença em Brasília, na primeira viagem que um Chefe de Estado vietnamita realiza à América Latina, é motivo de satisfação e orgulho para nós, brasileiros.

Entendemos a sua visita como um gesto de amizade e uma prova de interesse. Ela assinala que os nossos países estão percorrendo juntos o caminho traçado quando estabelecemos nossas relações diplomáticas, seis anos atrás: uma parceria que se constrói com a busca de conhecimento mútuo e a vontade de estabelecer formas efetivas de cooperação.

A visita ocorre num momento em que o Vietnã e o Brasil, embora respondendo a processos históricos diversos e próprios, assumem plenamente o compromisso com a transformação das suas estruturas produtivas e da sua presença no mundo — um compromisso que já se traduz na melhora real das condições de vida dos seus povos.

Nós o recebemos, Senhor Presidente, como o estadista de um povo forte, que consolidou a sua formação moderna na luta pela independência. Nós também o recebemos como o representante de uma liderança política que soube compreender os desafios e as oportunidades do seu tempo e que está orientando o seu país pelos valores centrais do mundo pós-Guerra Fria: a liberdade econômica e a participação do indivíduo na condução dos seus destinos e dos destinos do Estado.

O Vietnã foi um capítulo da história da descolonização, uma referência obrigatória na luta dos povos pela independência.

Agora, o Vietnam é um capítulo da história de crescente prosperidade da região da Ásia-Pacífico.

Senhor Presidente,

Estou ciente do notável sucesso da política econômica do Vietnam, da forma, às vezes surpreendente, pela qual o seu país ressurgiu de um longo conflito para ser a nova promessa da Ásia. E a Ásia é uma área que não pára de crescer, ampliando a ritmos inigualados a sua participação na geração de riqueza mundial, no comércio internacional e nos fluxos de investimentos produtivos.

Também tenho acompanhado o processo de reformas que abriu e dinamizou a economia vietnamita, permitindo o controle da inflação em níveis compatíveis com o crescimento sustentado e com a demanda por investimentos produtivos nacionais e internacionais.

Nos últimos cinco anos, com crescimento mantido em torno dos 8 por cento ao ano, com a inflação sob controle, o Vietnam é uma história de sucesso que deve estimular a cooperação entre nossos dois países. A experiência recente de seu país nos recorda o quanto é importante, para o bem-estar dos povos, que as lideranças políticas tratem a realidade de forma flexível, com pragmatismo, com uma compreensão serena e sem paixões sectárias da verdadeira dimensão dos desafios impostos pela História e pelas grandes tendências mundiais.

Como o Vietnam, o Brasil também aprendeu que a soberania não é um ato declaratório, uma simples forma jurídica, mas um esforço persistente que deve associar, com pleno sentido de inclusão, a sociedade e o Governo. A soberania só se completa quando há plena cidadania. Ambas, soberania e cidadania, se reforçam com uma economia estável e próspera.

Senhor Presidente,

Nós queremos uma parceria com o Vietnam, com esse Vietnam fortalecido pela reforma e pela estabilização. Queremos que essa parceria tenha um impacto nas nossas atividades econômicas; queremos também pôr a complementaridade das nossas econo-

mias a serviço de uma causa maior, que transcende as boas relações entre dois países em desenvolvimento com inúmeros interesses comuns na agenda internacional.

Nunca me esqueço de um exemplo que foi fundamental no momento em que se consolidava o Plano Real: o Governo estava preocupado com uma pressão altista nos preços do arroz e facilitou a importação, proveniente do Vietnã. Bastou que atracasse no porto o primeiro navio com um carregamento de arroz vietnamita, para que as pressões altistas desaparecessem e o produto brasileiro voltasse ao mercado a preços competitivos, com benefícios diretos e imediatos para o consumidor.

Esse exemplo ilustra o quanto uma aproximação fluida entre países com grande complementaridade econômica pode ser decisiva. Queremos que exemplos como esse se multipliquem.

Senhor Presidente,

Desde o estabelecimento das nossas relações diplomáticas em 1989, o Brasil recebeu visitas de importantes autoridades governamentais vietnamitas. Essas visitas serviram para criar um ambiente de familiaridade e amizade entre os dois Governos e abriram o caminho para que esta visita de Chefe de Estado se realizasse. Temos sido cuidadosos e realistas, mas firmes, na construção desse relacionamento político. Ele é a base do que faremos no campo econômico e comercial.

Em 1994, enviamos ao seu país uma missão comercial exploratória, integrada não apenas por funcionários governamentais, mas principalmente por representantes do setor privado brasileiro. Identificamos diversas oportunidades de negócios, como era de se esperar em um contato entre duas economias em expansão sustentada.

O comércio bilateral, ainda que incipiente, já reflete uma tendência de expansão significativa das importações oriundas do Vietnã. Queremos que essa tendência se aprofunde e se estenda também às exportações brasileiras para o Vietnã.

Temos muito a fazer, ainda, Senhor Presidente, para alcançar a plenitude do nosso relacionamento. Há um trabalho intenso, que precisa ser feito, de criação da estrutura jurídica para o relacionamento bilateral. O “Memorandum de Entendimento relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum”, entre as duas Chancelarias, é um primeiro passo nessa direção.

Mas nós queremos fazer mais. Queremos que, desta visita, decorra um compromisso firme dos dois Governos no sentido de criar e implementar acordos bilaterais em áreas de interesse concreto, com repercussão sobre a nossa relação econômica e comercial e sobre a nossa cooperação científica, técnica e cultural.

Senhoras e Senhores,

Quando se trata das relações com os países dinâmicos da Ásia-Pacífico, não podemos ser reféns da distância, nem prisioneiros do imobilismo. Tenho insistido, todas as vezes em que falo sobre a política externa do meu Governo, e nisso tenho sido sempre auxiliado pelo Chanceler Luiz Felipe Lampreia, que a Ásia é hoje, por todas as razões, uma prioridade da nossa diplomacia, uma prioridade ditada por realidades objetivas das relações internacionais contemporâneas.

Embora ocupe o lugar central no campo das relações políticas, que são o ponto de partida para tudo, o Governo não faz, ele mesmo, as relações econômicas com outros Estados. Mas o Governo pode, sem dúvida, contribuir para aumentar, no empresariado nacional, o interesse pelas oportunidades que a Ásia oferece e para os desafios que ela nos apresenta.

Por isso, mais uma vez, na presença do Presidente de um país asiático que soube renovar-se e abrir caminhos, eu reitero a convocação ao nosso empresariado para que participe conosco dessa tarefa de elevar as relações com a Ásia, e em especial com os países que integram a ASEAN. Queremos esforços conjuntos do Governo com o setor privado nessa exploração cuidadosa do potencial asiático. Queremos sugestões, participação, envolvimento do empresariado.

Nós estamos procurando fazer a nossa parte, e em grande medida para recuperar certo tempo perdido. Em dezembro, visitei a China e a Malásia, em janeiro a Índia e em março o Japão. Em nossa reunião desta manhã, em que tivemos proveitosas conversas, recebi honroso convite do Presidente Le Duc Anh para visitar o Vietnam, o que farei tão logo minha agenda permita. Outros convites para visitas à região estão chegando. Dignitários e empresários desses países nos têm honrado com suas visitas e com o seu interesse pelo que ocorre no Brasil.

As visitas presidenciais têm a vantagem de gerar uma mobilização concentrada de esforços em favor das relações com determinado país ou região. E a Ásia, com o dinamismo econômico e as transformações que o Vietnam tão bem ilustra, é campo privilegiado para essa diplomacia presidencial.

Senhor Presidente,

Esta primeira visita em nível presidencial abre uma perspectiva nova e única para as jovens relações entre os nossos países. Estou certo de que, aqui e no Vietnam, o interesse político deste nosso encontro servirá de catalisador para impulsionar outros campos do relacionamento mais além da área política. É um primeiro passo, um primeiro grande passo em direção de uma relação que nós valorizamos e que queremos aprofundar.

No seu retorno a Hanói, peço-lhe levar a mensagem de amizade e respeito do povo brasileiro pelo povo vietnamita e de nossa admiração pela sua luta pelo desenvolvimento.

E é com esse mesmo espírito de amizade e parceria que eu convido todos os presentes a me acompanharem em um brinde pela felicidade e crescente prosperidade do povo vietnamita, pela crescente amizade e cooperação entre o Vietnam e o Brasil e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

XXV Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião
da primeira sessão da Conferência
de Chefes de Estado e de Governo
dos Países Ibero-Americanos.
San Carlos de Bariloche, Argentina, 16 de outubro de 1995.

Quero agradecer ao meu querido amigo, Presidente Carlos Menem e, por seu intermédio, a todo o povo argentino, pela hospitalidade fraterna com que nos recebem nesta bonita cidade de São Carlos de Bariloche.

Quero também saudar os Presidentes amigos dos países ibero-americanos e expressar-lhes meu prazer em compartilhar esses momentos de trabalho e reflexão.

A Conferência Ibero-Americana é um espaço político definido e um foro com características próprias. Nosso patrimônio comum, fruto de uma história de quinhentos anos, criou uma identidade cultural ibero-americana em que o espaço para a pluralidade de opiniões é traço fundamental. Vivemos, neste foro, a oportunidade para encontros verdadeiramente democráticos. Essa é a riqueza que nos define como grupo político num mundo em que a equação das alianças se alterou profundamente e em que se abriram novos campos para a cooperação.

Os países ibero-americanos identificamos cada vez mais traços comuns que reforçam o sentido de identidade do nosso grupo e o capacitam para atuar em conjunto no desenvolvimento das metas específicas a que se propõe.

No campo político, consolidamos a imagem de que avançamos no caminho da plenitude democrática e do respeito aos direitos humanos. No campo econômico, seguimos uma agenda de transformação em direção à estabilidade, à abertura e ao crescimento.

Democracia e liberdade econômica são as grandes forças que movem o mundo contemporâneo. São forças necessariamente

complementares, interligadas, que valorizam o homem porque o projetam com sentido pleno de cidadania.

E são forças criativas, que estão na raiz da integração, que a tornaram possível, que a fizeram um dos pilares da nova estrutura das relações internacionais. Sem os interesses comuns gerados pela democracia e pela liberdade econômica, não pode haver integração e todos os seus benefícios em termos de associação política, ampliação de mercados, atração de investimentos e geração de empregos.

Seja na União Européia, seja no Mercosul, seja nos demais movimentos integracionistas a que cada um de nossos países pertence ou procura pertencer, encontramos na integração econômica parte substancial da resposta aos desafios e oportunidades do mundo pós-Guerra Fria, do mundo da competitividade econômica e da corrida tecnológica.

Mas nem a democracia no plano formal, nem a liberdade de mercado, nem a integração econômica apresentam todas as respostas ou são os únicos recursos com que contamos para colocar as modernas tendências do mundo a serviço do nosso progresso social e econômico.

Essa resposta se encontra, antes de tudo, na melhoria dos nossos indicadores sociais: educação, saúde, qualidade de vida da população. Em suma, na integração social, em uma ética social, que completa a ética do trabalho para gerar e dar sustentação a uma civilização.

Essa foi a fórmula que, ao longo de muitas décadas de História, encontraram os países de maior sucesso na busca do desenvolvimento, combinando quatro fatores insubstituíveis: altas taxas de poupança, estabilidade econômica, estabilidade política e social e nível educacional médio elevado.

Compreender isso é um imperativo inadiável para todos nós. Encontrar aí campo para um trabalho conjunto da comunidade ibero-americana é uma oportunidade.

Por isso, o tema escolhido para o nosso encontro não poderia ter sido mais apropriado: a educação como fator essencial do desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

A revolução tecnológica e produtiva em um mundo marcado pela globalização nos oferece um sentido claro de objetivo. A essência dos processos produtivos de hoje é o conhecimento científico e tecnológico, é o preparo intelectual do cidadão que trabalha, da empresa que produz, do Governo que atua na vida do país, respondendo democraticamente às aspirações da sociedade.

Se, para os países, a qualificação da mão-de-obra é o requisito básico para poderem participar dos frutos positivos da globalização da economia, individualmente, para cada cidadão, a educação e o preparo profissional são a chave para o emprego e o desenvolvimento profissional, assim como para a participação política.

Sem educação, a equação do desenvolvimento econômico e social perde uma de suas variáveis fundamentais. Mas sem educação, a cidadania não se completa, e isso pode afetar a qualidade e a eficácia da democracia. A própria natureza da vida moderna confronta o cidadão com questões e opções complexas, as quais são fortemente orientadas pelos meios de comunicação de massa. Exige assim do cidadão, seja como eleitor, seja nas diversas formas de participação social e política, sensibilidade e discernimento. E, para tanto, a educação é fundamental.

Uma política educacional deve contemplar a igualdade de acesso e converter-se assim em instrumento de promoção da igualdade social; deve estimular a participação ativa dos indivíduos em todas as questões de interesse para a sociedade; deve estimular, desde cedo, a curiosidade intelectual, a capacidade inquisitiva, o raciocínio e a capacidade crítica, que constituem o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.

O que podemos fazer, concretamente, os países ibero-americanos, para juntos orientarmos a nossa cooperação de forma a fazer uma diferença no tratamento do desafio educacional?

É talvez no plano cultural que os países ibero-americanos mais se identificam como uma verdadeira família de nações. Falamos línguas diversas, ainda que próximas; temos certo grau de diferenciação no nosso desenvolvimento, mas comungamos nos mesmos valores, falamos a mesma linguagem.

É aí que se encontra a nossa capacidade de atuar de forma coordenada, de cooperar para a solução de problemas comuns, de contribuir, enfim, para que, respeitadas as opções soberanas de cada povo, possamos de fato formar uma comunidade com sentido de um objetivo concreto.

O Brasil tem tido boas experiências no campo do treinamento profissional e do ensino técnico, com ampla participação do setor privado, que mantém boas instituições de capacitação como é o caso do SESC, no comércio, do SENAI, na indústria, e do SEBRAE, voltado para a pequena e média empresas.

Temos boas escolas técnicas públicas. Temos uma boa capacidade para oferecer vagas em programas de graduação e pós-graduação em diferentes universidades e centros de pesquisa.

Mas temos também muitas carências. Precisamos de treinamento e qualificação em muitas áreas em que outros países ibero-americanos estarão mais capacitados. Temos de oferecer condições de aperfeiçoamento aos professores da rede pública que são responsáveis pelo ensino, no Brasil, de dezenas de milhões de alunos. Temos de dar condições ao aluno para que ele possa permanecer na escola.

Precisamos fortalecer nossas instituições de ensino e pesquisa para que possam responder melhor às demandas crescentes por conhecimento técnico, científico e tecnológico e por cooperação com os países amigos.

Temos, como muitos dos nossos países, dificuldades para mobilizar recursos financeiros.

Mas podemos encontrar fórmulas criativas para superar esse constrangimento. Afinal, o fato de falarmos a mesma linguagem

torna a exploração da cooperação educacional entre nós mais econômica, mais produtiva.

Este encontro vai produzir vontade política para que exploremos esse campo promissor da cooperação ibero-americana.

Há amplo espaço para a colaboração, particularmente entre povos que tanto têm em comum, que falam a mesma linguagem. Juntas, as nações ibero-americanas saberão fazer da educação uma alavanca para enfrentar os desafios deste fim de século e garantir que o século XXI já chegue sob o signo da nossa plenitude como sociedades democráticas, social e economicamente desenvolvidas.

Muito obrigado.

XXVI

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da
Autoridade Palestina, Yasser Arafat.
Brasília, 17 de outubro de 1995.**

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,

Em nome do povo brasileiro, quero dar as boas-vindas a Vossa Excelência e à sua comitiva.

O Brasil recebe Yasser Arafat, Prêmio Nobel da Paz, carinhosamente chamado de “Pai dos Construtores” pelo seu povo, com a admiração que devota aos homens que fazem a História.

Nós o recebemos também com o afeto que merece o representante do povo palestino, uma Nação que está assumindo em suas próprias mãos o destino grandioso que lhe está reservado.

Ao homenageá-lo aqui esta noite, queremos prestar um tributo à coragem e à sabedoria dos homens que estão fazendo a paz no Oriente Médio e devolvendo a esperança e a oportunidade do desenvolvimento aos seus povos.

Há força de caráter, uma combinação rara de sentido aguçado da História e de visão de futuro, em quem assume riscos para assegurar a paz, em quem entende que não se pode ter medo de negociar. É esse o sentido mais profundo da palavra Estadista.

Ao dar uma chance à paz, ao dizer basta à violência e à linguagem da força e do poder, ao procurar aqueles pontos básicos em torno dos quais o espírito humano é capaz de produzir o entendimento e a amizade, os Estadistas que conceberam e estão implementando os Acordos de Paz no Oriente Médio ajudam a construir o futuro de uma região cara a todos nós.

É uma paz que interessa diretamente a toda a Humanidade.

Berço do Ocidente, encruzilhada de fé, ponto de encontro entre civilizações, o Oriente Médio desponta como uma das pro-

messas de um mundo novo, de um mundo que nós haveremos de legar aos nossos filhos e netos, melhor do que é hoje, se pudermos estender a outras áreas ainda em conflito as esperanças que agora se acendem no Levante.

Temos razões para o otimismo, porque este é um mundo que viu o fim dos confrontos estéreos entre ideologias e blocos opostos, que aboliu o **apartheid** na África do Sul e que está vendo Angola, Moçambique e outros países buscando os caminhos da reconstrução, da democracia e do desenvolvimento com justiça social.

Um mundo que aplaude e encoraja a verdadeira revolução que se está operando no Oriente Médio — a revolução da paz.

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,

Sua presença no Brasil, nesta sua primeira viagem à América do Sul, é prova de um interesse que reconhecemos. A Autoridade Palestina é uma realidade que nos sensibiliza, uma parceria que nós valorizamos. A amizade brasileiro-palestina, antiga e sólida, encontra agora uma nova expressão, na busca de modalidades de cooperação que nos aproximam ainda mais.

E esta sua visita dá impulso, em curto espaço de tempo, à política que acaba de levar o Chanceler brasileiro, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, a Gaza para reafirmar o início dessa nova era nas relações entre os povos brasileiro e palestino.

Estamos dando continuidade ao processo iniciado com a instalação no Brasil da Delegação Especial Palestina. E ficamos felizes de sermos o primeiro país latino-americano a reconhecer oficialmente os passaportes emitidos pela Autoridade Palestina.

O povo palestino vem dando uma contribuição importante ao desenvolvimento do Brasil. A dinâmica comunidade palestina neste País ajuda-nos a ter a certeza de que a convivência entre culturas e etnias, associadas no objetivo comum do progresso material e espiritual, não é apenas uma possibilidade, mas um imperativo das sociedades e regiões multirraciais.

Porque vemos o convívio em perfeita harmonia das comunidades palestina, árabe e judaica do Brasil, sabemos que essa mesma convivência amistosa e confiante é possível no Oriente Médio.

E os fatos, gerados por lideranças que souberam desafiar o passado para construir uma História melhor, apenas comprovam esse nosso sentimento.

Por isso, ao recebê-lo entre nós, quero reafirmar o apoio decidido que o Brasil dá ao processo de paz no Oriente Médio e em especial aos Acordos entre Israel e a Autoridade Palestina.

Esses Acordos, que vão ampliando os espaços de entendimento e os compromissos com a paz, a segurança e o desenvolvimento da região, são mesmo um exemplo para outras áreas do globo conflagradas pela intolerância e pela política de poder.

Quero exortá-lo, junto com as demais lideranças políticas da região que abraçaram a paz, a perseverar nessa via, a não permitir que a cegueira, o radicalismo ou a intolerância de alguns poucos comprometam o futuro das imensas maiorias que desejam a paz, porque estão sinceramente convencidas dos seus benefícios e querem ter as oportunidades que ela traz.

O Governo brasileiro tem a certeza de que só assim se poderá chegar a uma paz abrangente, justa e duradoura na região, só assim se garantirá aos povos do Oriente Médio alcançar o desenvolvimento com justiça social e democracia.

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,

O estabelecimento da Autoridade Palestina deu forma concreta ao destino de um povo que os brasileiros aprenderam a admirar. Nós queremos ajudar a consolidar essa realidade; nós queremos incentivá-los a prosseguir nesse rumo.

Foi esse o sentido da Missão Interdisciplinar Exploratória que acabamos de enviar a Gaza e Ramallah e que identificou diversas áreas em que podemos prestar cooperação útil e eficaz à da Autoridade Palestina.

São muitas as áreas em que podemos avançar com ações específicas no curto e médio prazo: agricultura, ciência e tecnologia, educação, formação profissional, saúde e saneamento, transportes e administração municipal.

O Instituto Rio Branco, que forma os diplomatas brasileiros, tem a honra de contar entre seus alunos, hoje, com a presença de um estudante palestino, em uma iniciativa plena de um simbolismo que já começa a tomar forma concreta em outras áreas.

Também estaremos participando, em nível ministerial e com representação do setor empresarial brasileiro, da Cúpula Econômica de Amã, que, ao considerar projetos de interesse de toda a região e a criação de mecanismos de crédito e financiamento regional, dará uma contribuição inestimável aos esforços de paz e à retomada do crescimento econômico no Oriente Médio.

Senhor Presidente da Autoridade Palestina,

Nós esperamos desta sua visita ao Brasil que Vossa Excelência possa levar um testemunho sobre o interesse brasileiro no futuro da Autoridade Palestina e na consolidação do processo de paz no Oriente Médio.

Queremos que leve uma certeza sobre o nosso compromisso com uma cooperação eficaz e útil com a Autoridade Palestina.

Sua visita sinaliza um caminho seguro que nós pretendemos seguir junto com a Autoridade Palestina: um caminho de amizade, de apoio e de respeito recíproco.

Um caminho no qual nós podemos reafirmar nosso compromisso conjunto com a paz e com o entendimento entre os povos e as regiões do mundo.

É com esse espírito que eu peço a todos que brindem comigo pela prosperidade do povo palestino, pela amizade que une brasileiros e palestinos, pelas relações de crescente cooperação entre o Brasil e a Autoridade Palestina e pela saúde e felicidade pessoais de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

XXVII

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar que ofereceu ao Senhor Presidente do
Governo Espanhol, Felipe González.
Brasília, 18 de outubro de 1995.**

Quero dar as boas-vindas ao meu querido amigo Felipe González e à sua comitiva.

O Brasil inteiro e os inúmeros amigos que Vossa Excelência tem entre nós mais uma vez o recebem de braços abertos, com admiração e afeto pelo estadista e líder político que conduz a Espanha, há mais de uma década, nos caminhos da democracia e da integração completa no mundo desenvolvido.

Sua visita é prova de interesse por um Brasil que se transforma. É um testemunho do compromisso do Governo espanhol com a agenda variada e ampla que a Espanha e o Brasil compartilham. E essa agenda vai muito além da área bilateral, para incorporar a dimensão ibero-americana e as relações entre a América Latina e a União Européia.

Por seu próprio projeto democrático e de desenvolvimento com estabilidade, o Brasil sempre acompanhou com vivo interesse a bem-sucedida transformação por que passou a Espanha, tornando-se uma sociedade moderna, uma economia dinâmica e um parceiro comprometido com a cooperação externa.

A Espanha escreveu um dos capítulos mais extraordinários da História do Ocidente, na empresa de descobrimento e colonização da América, e deixou neste Continente uma parte importante dos traços de nossa própria identidade. Foi e continua sendo até os nossos dias uma referência básica da cultura universal e um dos grandes centros irradiadores de civilização.

Vivemos hoje num mundo em que as parcerias econômicas mutuamente benéficas ganham um relevo particular, porque nele o que conta é a competitividade, é o desafio tecnológico, são as oportunidades que exigem criatividade e dinamismo.

Um mundo que valoriza os resultados sociais, que coloca o enorme desafio da modernização e da justiça social, da produtividade e do emprego. Um mundo, enfim, em que o bom entendimento político é crucial, porque nele países como o Brasil e a Espanha ainda têm muito a fazer para defender seus interesses em matéria de paz e segurança, de cooperação para o desenvolvimento e de maior participação nas instâncias decisórias internacionais.

Nossas regiões, a Europa e a América Latina, identificam-se hoje também pelo impulso da integração.

A Europa vai muito adiantada no processo, inspirando-nos e crescendo como foco de interesse.

América Latina segue um ritmo acelerado de integração, à base de blocos sub-regionais que precisam consolidar-se para garantir uma integração hemisférica eficaz e aberta. Integração aberta porque o Brasil deseja ampliar seus fluxos de comércio com todas as regiões.

Senhoras e Senhores,

Conhecedor do Brasil, o meu caro amigo Felipe González sabe identificar as transformações que vêm ocorrendo aqui: uma democracia que se consolidou e funciona plenamente e a existência de um consenso em torno da estabilidade econômica e do desenvolvimento sustentado com justiça social.

Hoje podemos falar de *uma nova agenda brasileira*: uma agenda que, internamente, começa com reformas econômicas inadiáveis, que se vêm fazendo em bom ritmo, e que prossegue com uma prioridade efetiva no campo social. A agenda se completa, externamente, com o sistemático reforço das nossas parcerias e da nossa presença no mundo, com compromissos firmes nas áreas do desarmamento e da não-proliferação, da cooperação para a paz e o desenvolvimento, da abertura aos fluxos internacionais de comércio e investimentos.

São transformações que se fazem com participação da cidadania, com o apoio sustentado da opinião pública e do Congresso. Temos um mandato para mudar, e estamos mudando.

Senhor Presidente de Governo,

As relações de amizade e cooperação com a Espanha ocupam um lugar no processo de transformação e desenvolvimento do Brasil. Cada vez mais cresce entre os brasileiros a consciência de que as relações com os países amigos têm um impacto direto sobre a atividade da nossa economia, sobre o nível de emprego, sobre a oferta de produtos competitivos para o consumidor.

Nós valorizamos essas parcerias, nós valorizamos a parceria com a Espanha e o papel que o Governo espanhol pode desempenhar nas relações entre a América Latina e a União Européia.

A Espanha já mostrou esse papel nas negociações entre o Mercosul e a União Européia, e não temos dúvida de que o bom resultado dessas negociações terá um impacto positivo como catalisador nas relações econômicas e comerciais entre o Brasil e a Espanha. Estamos apostando firme na parceria do Mercosul com a União Européia.

No plano do diálogo ibero-americano, pudemos avançar concretamente em Bariloche, onde acabamos de nos concentrar sobre o tema da educação. Há um amplo espaço para o diálogo e a cooperação Brasil-Espanha nos temas ibero-americanos, para que juntos possamos contribuir para dar um caráter cada vez mais relevante e operativo para as reuniões de cúpula e o mecanismo de coordenação e cooperação que com elas se consolida.

Uma parceria renovada entre a Espanha e o Brasil deveria também basear-se em maior consulta e coordenação das nossas diplomacias nos foros multilaterais relevantes, onde nossos países desempenham papel construtivo e gerador de consensos.

No plano bilateral, temos um enorme espaço para ocupar e valorizar, porque temos uma base especialmente positiva, de relação política e de relação material entre os dois países.

Com o "Tratado Geral de Cooperação e Amizade" e outros acordos entre o Brasil e a Espanha, já dispomos dos instrumentos formais e jurídicos que dão um bom enquadramento às nossas relações e segurança aos agentes do intercâmbio. Temos que utili-

zar esses instrumentos. Sua visita reitera a determinação política de que avancemos na implementação do Tratado Geral.

Mas é preciso reconhecer: nosso relacionamento ainda se encontra muito aquém do que é possível esperar de duas economias de porte e com tantos interesses regionais e internacionais.

Na área comercial, apesar de indicações positivas nestes meses de 1995, nós nos encontramos pouco acima do bilhão de dólares anual e, a despeito do crescimento nominal, mantemos inalterada a proporção desse intercâmbio em relação ao total do nosso comércio exterior.

Também na área financeira há muito a fazer. Nós nos perguntamos, por exemplo, se não poderia haver uma participação mais intensa de capitais espanhóis no desenvolvimento brasileiro, já que a Espanha hoje dirige 44% dos seus investimentos no exterior para a América Latina, mas menos de 1% ao Brasil.

Nós gostaríamos de poder contar com uma participação maior da Espanha nas oportunidades que se abrem com a intensificação do nosso processo de privatização, por exemplo. A realização de eventos de caráter empresarial nos dois países pode acrescentar um marco útil de conhecimento recíproco e exploração de oportunidades de negócios e de "joint ventures".

Aliás, é por isso mesmo que nós tomamos nota com muita satisfação da escolha de São Paulo como sede da próxima "Feira Industrial Expotecnia", em novembro do próximo ano.

Senhor Presidente de Governo,

Sua presença inspirada em Bariloche, na Cúpula Ibero-Americana, e esta sua visita ao Brasil falam de uma prioridade da Espanha e da sua intensa política externa.

É hora de que o Brasil e a Espanha desenvolvam uma nova agenda e tirem proveito efetivo das afinidades que nos vinculam. É isso o que lhe proponho: que transformemos nossas afinidades em realidades de cooperação e intercâmbio.

E, com esse espírito, eu convido todos a comigo brindar pela prosperidade e grandeza do povo espanhol, pela amizade que nos une e associa, pela felicidade e ventura pessoais de Suas Majestades o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofia e pela saúde do Presidente Felipe González.

Muito obrigado.

XXVIII

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, durante
a cerimônia de entrega do "Appeal
Of Conscience Award".
Nova Iorque, 23 de outubro de 1995.**

É com alegria que recebo esta homenagem do “Appeal of Conscience”.

Sinto-me honrado em poder integrar uma galeria de homens ilustres, que, por sua ação e liderança políticas, são fontes permanentes de inspiração para os que lutam por um mundo melhor e mais justo.

No meu caso, acredito que o prêmio, menos do que ao professor ou ao político, homenageia, por meu intermédio, as conquistas democráticas do povo brasileiro.

A história recente de meu País é a da reapropriação pelo povo do comando de seu destino. A cidadania reconstruiu-se organizando movimentos que propuseram e sustentaram processos fundamentais de transformação de nossa sociedade.

Hoje no Brasil, a democracia vai-se enraizando socialmente e deixando de ser uma referência institucional. A democracia agora faz parte da vida cotidiana dos brasileiros. A consciência e a afirmação dos direitos individuais tornam-se dados irreversíveis de um País renovado.

Como estamos alcançamos esses objetivos?

Os fatos são conhecidos. O primeiro passo foi no sentido de nos organizarmos para superar as formas autoritárias de Governo. Nesse processo, tiveram papel preponderante os intelectuais, os partidos políticos, as associações de classe, setores da imprensa, as ONGs, os sindicatos e os estudantes. Articula-se, assim, o primeiro requisito de uma cidadania, que é a vontade de participar e a noção de que, na participação ampla e até anônima está a raiz da transformação.

Os fundamentos institucionais da democracia se fortaleceram, no Brasil, com o respeito ao espírito público e à letra da lei. Foi assim com a tragédia da morte do presidente que anunciava os tempos novos, Tancredo Neves. Em seguida, a crise do *impeachment* do primeiro Presidente eleito pelo voto direto depois dos anos autoritários. A solução pacífica e institucional dessa crise política foi sinal de maturidade de uma cultura cívica que rapidamente se consolidava.

De certa forma, a opinião pública internacional surpreendeu-se com o episódio, acostumada que estava a ver, na América Latina, soluções autoritárias ou extra-legais para problemas políticos graves.

O segundo momento desse processo de fortalecimento da democracia é o da estabilização da economia. A inflação é um fenômeno abrangente e cujos efeitos vão muito além dos prejuízos que causa ao sistema econômico. As flutuações diárias de preço marcavam a sociedade civil por uma psicologia de suspeita coletiva.

O indivíduo, em cada uma das várias transações que fazia com moeda no seu dia-a-dia, duvidava do valor do que comprava, “suspeitava” do vendedor. O desconforto nascia ainda da imprevisibilidade e, sobretudo, do sentimento de que éramos incapazes, como sociedade e Estado, de resolver o mais claro “problema nacional”. A auto-confiança estava minada.

Neste sentido, a dimensão técnica do Plano Real sustenta-se naquilo que já se ganhara no plano político, a idéia de que as transformações, para serem permanentes, devem ser compreendidas e apoiadas pelo povo. E o Plano Real foi concebido e executado em diálogo permanente com a sociedade.

Minha eleição foi resultante de tais transformações. O povo compreendeu que os caminhos para um Brasil melhor e mais justo dependem de sua participação direta no processo político. Abandonamos as soluções de “Milagre”; ou melhor, aceitamos que o verdadeiro “Milagre” é o trabalho e a participação.

Esses fatos me permitiram aprender algumas poucas lições. A “onda democrática” que marca os anos 80 teve várias expressões. No Brasil, as conquistas aconteceram paulatinamente e isto traz a vantagem de que tomamos a situação democrática como um processo, como algo sempre incompleto, algo que se conquista a cada dia.

Uma outra lição a tirar é a de que, nesse processo, prevaleceu a ética da convicção sobre a da responsabilidade (e seria inevitável, para um sociólogo, não lembrar Weber quando fala de ética). Os fins eram claros e amplamente compartilhados e moldavam, com poucas nuances, as metas da luta política. A relação entre os grandes ideais e a atividade política de cada indivíduo, de cada grupo, era direta, especialmente quando se tratava de derrubar os mecanismos autoritários. As alianças se faziam em espectro amplo. Com qualificações, é verdade, o mesmo se deu no processo de luta contra a inflação.

Hoje, o processo de governar um país em desenvolvimento, em que disparidades sociais são acentuadas, é evidentemente complexo. As metas e objetivos compartilhados nem sempre correspondem à aceitação dos mesmos métodos pelas diferentes forças políticas. Agora, se os fins ainda são compartilhados, as exigências da responsabilidade são muito maiores. Como tenho dito, o Brasil não é um país sub-desenvolvido, é um país injusto. Isto significa que existem os meios para resolver as grandes questões sociais que ainda nos afligem. A responsabilidade não se desliga da convicção de que é possível melhorar, é possível obter formas de crescimento com mais equidade.

O fato de termos vivido um processo interno de transformação em um momento em que ocorriam, no sistema internacional, mudanças significativas, constitui um imenso desafio ao mesmo tempo em que nos dá uma perspectiva própria de entendê-las e interpretá-las.

Não pretendo fazer uma análise exaustiva da conjuntura internacional, de fenômenos como a globalização e as conseqüências

políticas e estratégicas do fim da Guerra Fria. Minha preocupação, aqui, é exclusivamente com a dimensão ética.

Quais os problemas éticos que esse novo momento propõe? Quais as exigências éticas de um governante, agora?

A luta para a consolidação da democracia brasileira não foi fácil por vários aspectos. Mas, como sublinhei, tínhamos objetivos claros. A defesa das liberdades individuais constituía um traço de unidade ética entre os diversos setores sociais; dava-lhes sentido de comunidade.

Existiria, hoje, no sistema internacional, algo que se assemelhasse a essa plataforma de valores, a partir da qual agir? Que comunidade a sustentaria? O que terá significado o fim da Guerra Fria para a criação de uma nova ética no plano das relações internacionais?

Farei umas poucas observações.

O próprio fenômeno da globalização exige que pensemos em termos globais. Cada liderança mundial, cada governante, sabe hoje que os interesses nacionais, nossos objetivos e nossa responsabilidade têm, necessariamente, conseqüências internacionais. O exercício político no mundo contemporâneo pede que combinemos a dimensão doméstica com a internacional.

Nem sempre será fácil distinguir, pressionados por circunstâncias que pedem soluções imediatas, a atitude egoísta e de curto prazo daquela que renderá frutos que vão além da nação, servem à nação e simultaneamente à humanidade. Mas, esse deve ser o padrão da responsabilidade, especialmente daqueles que detêm as rédeas das grandes decisões.

Se aceitamos a dimensão global da responsabilidade de decidir, devemos ter uma noção clara do que é efetivamente o sentido global da realidade. É a noção da cidadania que faz a ponte entre a dimensão local e a internacional. A noção essencial é a de que a meta central de qualquer ação política é sempre a cidadania. O Estado serve ao cidadão. O conjunto dos Estados não pode fugir a

essa mesma lógica. A humanidade é um novo ator, é uma referência obrigatória de cada decisão nacional.

Voltando-me para as conseqüências do fim da Guerra Fria, — e penso que esta é a reflexão central — o fato de que se eliminaram as razões de uma suspeita permanente entre as Grandes Potências, gerada pelo conflito ideológico (e que, na realidade, se alastrava por todo o mundo), abre espaço para que tenhamos relações entre Estados em que o componente ético se fortaleça.

Qual será esse conteúdo ético? É possível, como conseguimos no Brasil, que uma ética de fins regule a necessária prudência que é marca da responsabilidade do estadista?

Sei que os valores, em qualquer sociedade e, com mais razão, na sociedade internacional, não nascem espontaneamente nem são entidades abstratas. São forjados pela compreensão comum de temas que são aceitos como comuns. Devem, assim, resultar da soma de experiência de nações, ricas e pobres, herdeiras de diferentes civilizações, portadoras de interesses nacionais diversificados.

O que temos, em comum, hoje? O que deveria constituir a base mínima de uma ética de fins?

A luta pela paz é o primeiro objetivo. Hoje, conhecemos amplamente os horrores de todas as guerras, mesmo as localizadas, mesmo as que envolvem pequenas populações, e que são sempre afrontas à racionalidade humana. O problema não será mais o de condenar a guerra já que isto os textos fundadores da sociedade das nações o faz. O nosso objetivo é dar efetividade às obrigações e aos compromissos que assumimos. O Brasil tem procurado, sempre, mesmo com recursos escassos, levar adiante as suas obrigações internacionais neste campo. De um lado, aceitando aqueles compromissos que sinalizam a vontade pacífica, como os da não-proliferação, a atitude cooperativa com os vizinhos, a presença ativa nos foros multilaterais. De outro, engajando-se, efetivamente, nos esforços coletivos que buscam superar conflitos, conciliar adversários.

O fim da Guerra Fria trouxe a surpresa desagradável de conflitos localizados, movidos por forças étnicas. A comunidade internacional parecia despreparada para enfrentá-los e muitas vidas se perderam, enquanto assistimos, perplexos, à explosão inesperada da irracionalidade da intolerância. Não podemos esmorecer enquanto houver, entre homens, entre sociedades, o recurso à guerra. Soubemos vencer a ameaça terrível da catástrofe nuclear e, para tanto, valeram não somente as equações de dissuasão, mas a compreensão, tantas vezes afirmada e reiterada por Governos e setores sociais, de que a paz era um valor inarredável.

Buscar recursos, mesmo com sacrifício, fazer compreender às nossas sociedades, que os esforços pela paz, mesmo em cenários distantes, são uma prova mínima de adesão aos melhores valores da humanidade, eis o dever inicial de uma ética de convicção.

Se a irracionalidade da guerra choca, a desigualdade também choca. Diante da guerra, é fácil a condenação pelas palavras, e, às vezes, difícil, o trabalho de conciliação. No caso da desigualdade, parece que a tolerância é maior, como se fizesse parte do destino dos homens a desigualdade, projeção necessária da desigualdade dos indivíduos. Nasci em um País marcado pela desigualdade social e sempre aceitei a idéia de que fazia parte essencial dos valores que orientam a luta política, portanto, da ação possível dos homens, o esforço de atenuar as diferenças sociais. Acredito que sempre estaremos "atrasados" eticamente enquanto não usarmos todos os instrumentos possíveis para dar a cada indivíduo condições mínimas de dignidade, e isto significa condições efetivas de acesso à educação, à habitação, à saúde, de participação política, da liberdade efetiva.

Não quero propor receitas sobre o que a comunidade internacional pode fazer para atenuar as desigualdades gritantes que ainda ocorrem dentro de cada sociedade nacional, mesmo nas mais ricas. Exalto um valor que deve orientar-nos ao deliberar sobre as grandes questões econômicas internacionais. Não quero refugiar-me em utopias ou em fórmulas simplistas. A realidade

econômica internacional ganhou complexidade, os interesses se tornaram transnacionais, diminuíram a capacidade de intervenção do Estado — e conseqüentemente dos arranjos internacionais ao alcance do Estado — para produzir riqueza e conseqüentemente propiciar meios de atenuação da desigualdade. Mas, isto não nos deve paralisar. Tampouco se pode aceitar o mercado como solução impessoal, à margem dos valores, como único instrumento capaz de organizar as formas de alocação de riqueza. Embora limitadas pelas circunstâncias da vida contemporânea, ainda há espaço para ações políticas concretas para equilibrar o dinamismo de liberdade econômica com as exigências éticas de superação das formas agudas de pobreza.

Finalmente, é necessário que a ação política se oriente para propiciar condições de plena realização individual. De fato, quando aderimos à defesa dos direitos humanos, quando percebemos a necessidade de proteção do meio ambiente, quando lutamos contra o narcotráfico, quando defendemos os direitos da mulher e o desenvolvimento social, estamos, na realidade, prestando um duplo tributo às forças da sociedade e da democracia. De um lado, porque assumimos, como políticos, lutas que nasceram genuinamente da organização de setores sociais. De outro, porque a realização dos objetivos de cada um desses movimentos serve essencialmente para fortalecer o indivíduo na sociedade e a sociedade diante do Estado.

Assim, fortalecemos o sentido democrático de nossas sociedades, asseguramos formas de participação que são a própria essência da vida política moderna.

Paz, desenvolvimento, realização individual. São antigos ideais, que vieram do iluminismo e ainda estão vivos. Constituem, ainda, o fundamento de uma ética de convicção. Hoje estas noções necessitam ser temperadas pela prática de uma tolerância que compreenda que o diálogo entre diferentes civilizações não exclui a aceitação de valores universais e muito menos a crença em que a Humanidade progride justamente quando concilia adversários, atenua desigualdades e permite que o indivíduo se realize plenamente.

São esses os valores que devem reger a responsabilidade do Estadista moderno. São esses valores que permitirão que criemos um mundo melhor. A oportunidade para que prevaleçam existe talvez mais do que em outras épocas. Podemos transformar nosso tempo em um novo "Renascimento", em que a ciência sirva a Humanidade, em que as facilidades de informação ajudem a construir uma comunidade de valores, que aproxime as sociedade e os indivíduos, em que as formas de discriminação e intolerância desapareçam.

Cada um de nós tem a responsabilidade de criar este novo mundo e o passo inicial é justamente esse "apelo à consciência" do indivíduo.

Se hoje nos faltam, talvez, utopias, não pode nos faltar a orientação de valor, a vontade de transformação e, nesta, estará sem dúvida a marca da responsabilidade do Estadista verdadeiramente moderno.

XXIX

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, na reunião
especial comemorativa do 50º
aniversário das Nações Unidas.
Nova Iorque, 23 de outubro de 1995.**

Senhor Presidente,

Quero expressar o orgulho do Brasil em ver esta histórica sessão presidida por um representante ilustre de Portugal.

Há cinquenta anos, os delegados que firmaram a Carta de São Francisco tinham esperança de que estavam criando um mundo melhor, em que a paz fosse possível graças a instituições capazes de garantir o melhor espírito de cooperação entre os povos.

A ONU, como toda realização humana, assistiu a sucessos e fracassos. Em sua trajetória, porém, algo de muito importante foi preservado: o sentimento da esperança. E agora é tempo de renová-lo.

O que nossos povos esperam hoje de nós? O que esperam que façamos pela ONU?

Tenho certeza de que, a essas indagações, a resposta é consensual: que a ONU seja a guardiã serena das normas e princípios que regem as relações entre os Estados, que os faça respeitar, garanta seu cumprimento e assim dê bases sólidas para a ordem internacional.

Que tenha instrumentos eficazes para conciliar partes em conflitos, para preveni-los, bem como para promover formas de desenvolvimento com equidade.

É aspiração de toda a humanidade que a ONU esteja voltada, de forma permanente, para a defesa dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação e de tirania.

Senhoras e Senhores,

Vivemos hoje tempos melhores do que há cinquenta anos.

O fim da Guerra Fria liberou a agenda internacional das tensões geradas pelo conflito ideológico e propiciou crescente convergência de valores em torno da democracia, da liberdade econômica e da justiça social.

Abriram-se novos espaços para a cooperação internacional. A série de Conferências que a ONU vêm patrocinando, sobre População, Mulher, Direitos Humanos, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, tem como grande tema unificador a busca de padrões dignos de vida para todos os povos e para cada indivíduo. O progresso humano está, assim, no centro do debate internacional.

Além dos temas dessas Conferências, a vida contemporânea renova desafios que merecem a atenção das Nações Unidas.

Devemos trabalhar aqui para superar, no marco complexo da globalização, um quadro persistente de desigualdades sociais e econômicas, que gera desesperança e sentimento de exclusão. Os objetivos do desenvolvimento sustentável não devem ser abandonados.

Devemos trabalhar igualmente para que os progressos extraordinários trazidos pela ciência e pela tecnologia se difundam em benefício de todos.

No caso da paz e da segurança internacional, o papel da ONU sempre será insubstituível. Em outros assuntos, ela nos ajudará a pensarmos juntos, a orientar decisões, a criar padrões novos de legitimidade.

Em todos esses temas, nossos povos esperam de seus governantes que sejamos capazes de um diálogo permanente e orientado por valores verdadeiramente universais, que inspirem as várias instâncias regionais e as nações individualmente para a paz, o desenvolvimento e a cooperação.

Que a ONU seja um foro em que, de forma objetiva, se tratem os problemas concretos da humanidade, e, ao concebermos instrumentos para agir, tenhamos uma noção clara do que é possível fazer.

Cada um de nossos países deve contribuir para que a Organização tenha meios materiais para poder cumprir as missões que nós mesmos lhe confiamos.

Não é admissível que as Nações Unidas estejam atravessando sua pior crise financeira precisamente no momento em que seu papel se amplia e em que líderes de todo o mundo se reúnem em Nova York para reafirmar o compromisso com a Carta da ONU.

Vamos ser francos. Nós estamos comemorando este cinquentenário com um sentimento ambíguo, vendo a ONU ser obrigada a procurar expedientes para cobrir os imensos déficits provocados pela existência de um saldo devedor que pode inviabilizar a Organização precisamente quando melhores são as suas perspectivas.

É preciso encontrar uma saída duradoura para este impasse.

Senhoras e Senhores,

Hoje venho manifestar o compromisso brasileiro de lutar por uma ONU fortalecida e atuante.

Não é um compromisso novo, é um compromisso que substancia a história do Brasil nesta Organização. Uma história de participação, de defesa da paz e do desenvolvimento, que nos leva agora a uma disposição de assumir responsabilidades crescentes nas deliberações das Nações Unidas

Se os tempos atuais afastaram o veto ideológico, não podemos agora ser prisioneiros do imobilismo por “vetos” decorrentes do medo de agir e da falta de vontade política de mudar o mundo para melhor.

Este é o momento de celebrar a reafirmação dos ideais de justiça e paz que, há 50 anos, levaram à criação desta grande obra do espírito humano, que é a Organização das Nações Unidas.

Para esta celebração, o governo e o povo do Brasil reafirmam a sua disposição de transformar as palavras em atos e de romper a linha tênue que, como disse há pouco, poderia dar a

impressão de que a palavra é hipócrita e de que falta ação. Convidos, pois, à ação e o quanto antes.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

XXX

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar que ofereceu ao Senhor Presidente da Re-
pública da Ucrânia, Leonid Kutchma.
Brasília, 25 de outubro de 1995.**

Quero dar as boas-vindas a Vossa Excelência, à sua mulher e à sua comitiva.

O Brasil sente-se honrado com a sua visita, a primeira de um Chefe de Estado à América do Sul.

Nós a entendemos como uma importante demonstração de interesse pelo Brasil e pelas relações que estamos construindo entre nossos países.

A presença de representantes do mais alto escalão do Governo ucraniano na sua comitiva, com ênfase nos aspectos econômicos e da área industrial, abre perspectivas concretas para o futuro.

Estou certo de que as conversações e entendimentos proporcionados por esta visita serão decisivos para orientar e promover as nossas relações.

Engenheiro, homem de vivência prática e ligado a um setor de particular importância para os nossos países — a indústria aeroespacial — Vossa Excelência tem tido uma participação pessoal na consolidação da independência e na crescente projeção internacional da Ucrânia.

Senhor Presidente,

O Brasil recebeu a independência da Ucrânia, em 1991, como um dos grandes acontecimentos que ajudaram a forjar um novo mundo, guiado, agora, pela força da democracia e da liberdade econômica.

Estamos empenhados em consolidar uma grande transformação em nosso próprio País, razão pela qual temos acompanhado com interesse sincero as reformas na Ucrânia.

Reconhecemos na Ucrânia uma potência de projeção internacional e regional, um parceiro de primeira importância com o qual queremos explorar oportunidades de cooperação e intercâmbio e manter um permanente diálogo político.

Traduzimos esse sentimento ao reconhecer prontamente a independência da Ucrânia e ao estabelecer em Kiev a primeira Embaixada brasileira nas novas repúblicas surgidas da antiga União Soviética.

Somos dois países que ressaltam na geografia política do mundo pela sua extensão territorial e grande população, pela sua riqueza de recursos naturais, pela sua diversidade e vigor econômicos, pela sua capacidade produtiva, pela sua vocação de integração regional, pelo papel construtivo que podemos desempenhar em um mundo ainda em processo de definição.

Estamos começando a construir essas relações, e sua visita ao Brasil é uma fundação importante nessa obra de engenharia diplomática.

Ela requer tanto da ação dos governos quanto do setor privado, dos agentes econômicos, da sociedade organizada dos dois países.

E contamos, para ajudar-nos nessa tarefa, com a expressiva comunidade ucraniana no Brasil, um contingente de mais de 300 mil brasileiros de origem ucraniana que, há décadas, dão uma contribuição expressiva ao nosso desenvolvimento.

Vossa Excelência terá a oportunidade de encontrar-se com representantes dessa comunidade, alguns dos quais nos honram com sua presença nesta noite, e perceberá o quanto esse elo humano é poderoso e insubstituível nas relações entre os Estados.

Nosso comércio bilateral ainda é incipiente, devemos reconhecer. Mas a própria complementaridade de nossas economias, o

seu vigor e dinamismo e o processo de reformas e abertura por que estão passando encorajam-nos a explorar um espaço de cooperação e intercâmbio que se amplia.

É preciso que nos conheçamos melhor, que possamos expor aos agentes econômicos as oportunidades que existem para negócios, associação em “joint ventures”, cooperação e intercâmbio em ambos os países. É preciso trocar visitas de missões empresariais e da área científica e tecnológica.

Estamos dando os primeiros passos para forjar uma estrutura jurídica apropriada para promover as nossas relações, tanto no campo político, através do estabelecimento de consultas regulares, como nos campos econômico, de cooperação técnica, científica e tecnológica e consular.

Também na área da exploração espacial para fins exclusivamente pacíficos estamos dando um primeiro passo, através do entendimento entre as nossas Agências Espaciais.

Senhor Presidente,

A democracia, a liberdade econômica, a estabilidade e a retomada do crescimento em bases sustentáveis nos ajudam a ampliar os pontos de contato e as áreas de interesse que aproximam e associam a Ucrânia e o Brasil.

Tenho a certeza de que poderemos dar às nossas relações um sentido produtivo, de forma a ter um impacto positivo sobre o nível da atividade econômica, a geração de empregos, a ampliação do comércio, o acesso a tecnologias indispensáveis ao desenvolvimento e a própria projeção regional e internacional dos nossos países.

É esse, creio, o sentido da relação que buscamos consolidar e ampliar com esta visita histórica de Vossa Excelência ao Brasil.

Com esse espírito, convido todos a que me acompanhem em um brinde pela prosperidade do povo ucraniano, pelas relações de amizade e crescente cooperação entre a Ucrânia e o Brasil e pela

saúde e felicidade pessoais do Presidente e da Senhora Leonid Kutchma.

Muito obrigado.

XXXI

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar que ofereceu ao Presidente da República
da Namíbia, Sam Nujoma.
Brasília, 31 de outubro de 1995.

Senhor Presidente,

Nós o recebemos com o respeito e a admiração que conquistou entre nós o Estadista da independência da Namíbia, o líder que conduziu a SWAPO e o povo namibiano na luta pela liberdade e pela democracia.

Independente, a Namíbia apresenta hoje um dos maiores potenciais de desenvolvimento no Continente africano, e nossa confiança em seu destino de prosperidade leva-nos a crer na possibilidade real de seu país participar ativamente da construção de um mundo melhor.

Um mundo melhor já começou para os brasileiros, com reformas profundas, em um ambiente de democracia e liberdade econômica, com uma disposição para cooperar com outras nações e ampliar a participação nos benefícios gerados pelo comércio internacional, pelos fluxos de capitais produtivos e pela transferência de tecnologias.

Senhor Presidente,

Sua visita demonstra interesse em colocar as relações entre o Brasil e a Namíbia ao serviço do desenvolvimento do seu jovem país.

A cooperação que procuramos desenvolver com a Namíbia é um exemplo do quanto podemos fazer para revitalizar as nossas relações com a África e particularmente com a África Austral.

Em poucos anos, e graças a um esforço deliberado de ambas as partes, já construímos uma excelente parceria entre a Namíbia e o Brasil, um país que se orgulha da sua ascendência africana e da amizade que mantém com seus vizinhos do outro lado do Atlântico.

Antes mesmo da independência namibiana, o Governo brasileiro e a SWAPO já faziam contatos na área de cooperação técnica.

Essa iniciativa prosperou e hoje a área agrícola, por exemplo, proporciona cooperação crescente entre os dois Governos.

A EMBRAPA, pelo lado brasileiro, é a responsável pelo sucesso desse programa de cooperação, que ganhará um impulso ainda maior com o início, agora em 10 de novembro, do Projeto de Desenvolvimento Agrícola da Região Norte da Namíbia, com participação direta de técnicos brasileiros.

Outra área exemplar da cooperação entre o Brasil e a Namíbia é a cooperação naval: o Brasil está formando oficiais e soldados namibianos e está pronto a fornecer à Namíbia bens e serviços necessários à sua futura Ala Naval, como navios-patrolha, levantamento hidrográfico, implantação de sistema de auxílio à navegação e planejamento e desenvolvimento da infra-estrutura.

Somos países com extensas costas atlânticas, com grande vocação marítima e um imenso interesse na preservação e no uso racional do meio ambiente marinho do Atlântico Sul.

E estamos estendendo a cooperação na área militar também à Força Aérea. Em 1996, dois cadetes namibianos cursarão a Academia da Força Aérea Brasileira.

Estamos dando grandes passos na área da cooperação cultural e educacional e na cooperação técnica, em que já contamos com acordos bilaterais em vias de aprovação legislativa.

Na lista de assuntos em andamento, existem vários itens de grande impacto para o desenvolvimento namibiano.

Isso nos deixa satisfeitos, porque uma Namíbia próspera é um parceiro que nos interessa de modo muito concreto.

Os interesses que compartilhamos não se limitam à área bilateral. Também temos mantido intensas consultas sobre o processo de paz e as perspectivas de progresso dos nossos amigos comuns na África Austral, especialmente Angola.

Como membros da SADC e do MERCOSUL, respectivamente, a Namíbia e o Brasil podem contribuir para criar e estreitar os laços entre essas duas comunidades regionais, com vistas a chegarmos no futuro a arranjos que permitam ampliar e liberalizar o comércio entre a África Austral e a América do Sul.

Como membros do Instituto Afro-Latino-Americano, o Brasil e a Namíbia têm-se associado na promoção dessa iniciativa que proporciona cooperação acadêmica, em diversos campos, entre os países latino-americanos do Cone Sul e os países da África Austral.

Como países do Atlântico Sul, podemos trabalhar com outros países da região para avançar entendimentos na área de não-proliferação e desarmamento nuclear, para que o Atlântico Sul possa somar-se a outros compromissos regionais de desnuclearização, como Tlatelolco e Raratonga, para tornar o nosso Hemisfério Sul completamente livre de armas nucleares.

Junto com a proteção do meio ambiente marinho sul-atlântico, a desnuclearização é assunto de grande visibilidade e atualidade, mobilizando os povos e exigindo ação firme da parte dos Governos.

Eu o convido, Senhor Presidente, a que somemos esforços para avançar ainda mais as causas da proteção ambiental e da desnuclearização em nossa região.

Senhor Presidente,

A sua visita ao Brasil é a certeza de que estamos construindo um relacionamento sólido.

A prosperidade da Namíbia terá um efeito multiplicador sobre toda a África Austral, uma região na qual o Brasil vê perspectivas promissoras.

O Brasil comemora este ano o tricentenário do Quilombo dos Palmares, uma síntese da saga que foram as lutas dos escravos pela liberdade neste Continente.

O Brasil tem uma dívida de gratidão para com os povos africanos, que lhe deram uma parte considerável da sua identidade

e que ajudaram a forjar este País, dando à sua cultura muitos dos seus melhores traços de originalidade e criatividade.

Nós queremos que a nossa amizade com a África possa resgatar essa dívida, e apostamos na cooperação com a Namíbia como parte desse resgate que é devido há muito tempo.

E é com esse sentimento que eu peço a todos que brindem comigo pela prosperidade e liberdade do povo da Namíbia, pelo progresso e desenvolvimento de toda a África, pela amizade que une brasileiros e namibianos e pela saúde e ventura pessoais do Presidente Sam Nujoma.

Muito obrigado.

XXXII

Conferência do Senhor Presidente da
República, Fernando Henrique Cardoso, na
Academia Chinesa de Ciências Sociais:
“O Cenário Internacional no Ano 2000:
O Papel do Brasil e da China”.
Pequim, 13 de dezembro de 1995.

É com prazer que venho à Academia de Ciências Sociais para um encontro entre colegas, que certamente compartilham comigo o que há de fascinante no trabalho de analisar os movimentos da sociedade.

O objeto de nossos estudos sempre revelou paradoxos e contradições que, no mundo contemporâneo, talvez se tenham acentuado ainda mais.

Uma das primeiras lições dos mestres clássicos das Ciências Sociais é a de que o cerne de nossa atividade científica está na compreensão das razões e do sentido das mudanças e, ao mesmo tempo, na advertência sobre o risco de fazer previsões.

Aprendemos que o inesperado é parte necessária da realidade.

Falar do futuro é difícil, porém indispensável, pois, sem entender as tendências e as perspectivas de como as sociedades caminham, ficaremos desarmados para tentar, pela ação humana, transformá-las na direção de soluções mais justas e equânimes.

Na linguagem da Sociologia, não há mais atores sociais que sejam “donos” da utopia, exatamente porque os problemas atuais afetam a Humanidade como um todo.

Vim falar do papel futuro do Brasil e da China num momento em que ocorre uma aceleração da dinâmica da história contemporânea.

Nossa capacidade de antecipar o futuro foi duramente questionada na última década, porque ninguém conseguiu antever com clareza a cadeia de eventos que levaria ao fim da Guerra Fria.

Hoje, uma das poucas certezas que podemos ter quanto ao futuro é a de que tudo vai mudar. E mudar rapidamente.

A História revelou, não sem certa dose de ironia, que o conceito de “revolução permanente” tornou-se uma realidade incontestável, mas com novos contornos: a “revolução permanente” deslocou-se da dimensão política para a tecnológica.

Não que endosse a noção dos que, no campo político e dos valores, apregoam o fim da História. Não hesitaria, contudo, em identificar no processo científico-tecnológico o verdadeiro motor da “revolução permanente”, que tem condicionado os modos de produção e até as formas de organização social, com impacto sobre a vida política das nações e sobre a comunidade internacional.

Se, por um lado, a mudança permanente nos traz angústias e incertezas com relação ao futuro, por outro, abre janelas de oportunidade inequívocas.

Não podemos deixar que o ritmo das transformações nos desoriente. Não podemos esquecer que, em última instância, é a “arte da Política”, em sua acepção clássica de articuladora de soluções que sirvam ao bem comum, que comandará os caminhos da verdadeira revolução social.

A idéia do progresso, que foi um elemento central da psicologia coletiva de nossos antepassados, continua válida, só que, agora, deve ter alcance mais abrangente. Porque, ao desejo do simples progresso material, somaram-se outras dimensões, como a da ética, a da justiça social e a ecológica.

O cenário que antevejo para os próximos anos dá margem, assim, a uma visão otimista, pois continuo a acreditar na possibilidade do desenvolvimento da humanidade, do controle do homem sobre seu destino, da capacidade de estabelecer formas mais justas de organização social.

E esse otimismo se reforça quando considero o potencial da China e do Brasil.

Não que o caminho para o desenvolvimento seja fácil ou que inexistam fortes constrangimentos internos e internacionais para o crescimento sustentado de nossas economias.

A grande lição do presente é a de que temos de preparar nossas nações para a “permanência da mudança”, e isso é um desafio complexo para países como o Brasil e a China.

Porque nossos países, com grandes massas territoriais e populacionais, são como transatlânticos: para mudar de rumo, precisam mais do que a vontade ou a força dos motores; precisam também de tempo. E o tempo tornou-se um bem cada vez mais precioso e escasso.

O Brasil e a China têm de enfrentar o desafio da permanência da mudança de forma criativa, aberta e ágil, num diálogo permanente entre seus Governos e suas sociedades, pois disso depende o êxito dos processos de modernização que estamos empreendendo.

Apesar de nossas diferenças culturais e da distância física que nos separa, somos países que têm identidades concretas e interesses comuns a defender no concerto das nações.

O primeiro traço que nos une é o fato de que somos países em desenvolvimento. Nossos povos aspiram legitimamente a melhores condições de vida.

Mas, dentro do universo dos países em desenvolvimento, pertencemos a um grupo reduzido de nações que combinam grande extensão territorial, população expressiva, uma economia diversificada e de escala. Somos também pólos de dinamismo econômico em nossas regiões, temos uma presença comercial de caráter global, e, mais importante, nossa capacidade de atuação política extravasa a órbita regional para adquirir uma verdadeira projeção mundial.

Os desafios que enfrentamos internamente para promover o desenvolvimento de nossas sociedades complexas apresentam similitudes.

Embora historicamente impulsionados por linhas políticas diferentes, nossos modelos de desenvolvimento têm hoje de buscar soluções para as mesmas questões, como a expansão e modernização da infra-estrutura, a superação de disparidades regionais, a criação de empregos em meio a uma revolução tecnológica intensiva em capital, a atração de investimentos produtivos, o fortalecimento do mercado interno, a compatibilização da abertura comercial com o desenvolvimento de parque industrial competitivo e tecnologicamente avançado e, ainda, o problema do inchaço urbano, em razão do êxodo rural.

Mas que não fique apenas no plano da constatação todas essas nossas identidades. Ao contrário, elas devem ser uma plataforma a partir da qual se desenham linhas de atuação no plano externo.

Se, como disse, o desenvolvimento econômico é a nossa mais evidente aspiração comum, temos interesse em que o quadro internacional seja favorável aos esforços que estamos conduzindo internamente, que não lhes imponha obstáculos.

Assim, a defesa de um sistema multilateral de comércio, com regras universalmente aplicáveis, deve ser objeto de nossa ação coordenada.

O Brasil vê como necessidade o reingresso da China na organização que sucedeu ao GATT, a Organização Mundial de Comércio. Nenhuma organização que trate de comércio pode ter pretensões de universalidade sem a participação da China, que é a maior parcela da humanidade.

As regras da OMC devem ser implementadas de forma a evitar que novas formas de protecionismo, associadas ou não a motivações alheias ao comércio, venham a impedir que o comércio internacional exerça sua função primordial de motor do crescimento econômico mundial.

A globalização da economia, somada ao fato de que nossos países passaram a receber grande influxo de capitais externos, nos

traz a preocupação de minorar os efeitos adversos da volatilidade de fluxos financeiros de curto prazo.

Nos primeiros meses de meu Governo, suscitei o tema, em contactos com líderes do Grupo dos Sete, cuja última Cúpula, em Halifax, deu alguns passos, ainda preliminares, sobre o assunto.

Ao Brasil e à China, interessam a estabilidade e a previsibilidade desses movimentos de capital de curto prazo; mas, interessa-nos, sobretudo, receber investimentos externos de longo prazo, que, complementando nossa poupança interna, irão gerar mais empregos e riqueza.

Neste ponto, temos de reconhecer que Brasil e China são em parte competidores, seja por mercados em gamas de produtos em nível tecnológico semelhantes, seja no campo da atração de investimentos e de tecnologia.

Ser competidor, entretanto, não significa estar em posição de rivalidade. Os fluxos de investimentos não configuram um "jogo de soma zero", pois, como a globalização demonstra, a tendência é acelerar a internacionalização da produção, com as etapas do processo produtivo repartida entre diferentes países, num movimento sempre crescente de expansão dos fluxos de comércio e de investimentos transnacionais.

Todas as previsões indicam que o comércio internacional continuará a crescer em velocidade maior do que o produto mundial nas próximas décadas.

Por isso, Brasil e China devem intensificar seus fluxos comerciais bilaterais, identificar oportunidades em terceiros mercados e celebrar parcerias industriais e mercantis, como forma de aproveitar experiências mútuas nas várias esferas da atividade produtiva.

Tampouco caberia um sentimento de rivalidade na área tecnológica, na qual o Brasil e a China têm procurado desenvolver projetos avançados de cooperação. Mas ainda há muito o que fazer nesta área, e espero que esta minha visita possa intensificar a

cooperação bilateral nos vários campos em que temos experiências a trocar.

O esforço de articulação entre nossas sociedades não se pode limitar à dimensão econômica. Este é um ponto que julgo de grande importância: se é correto que o fenômeno da globalização, que tem sido complementado pelo impulso da regionalização, encontra na vertente econômica seu principal catalisador, não podemos negligenciar a vertente política desses fenômenos.

A agenda internacional contemporânea, no pós-Guerra Fria, traz à tona problemas de natureza global, que têm a humanidade como objeto e o Planeta como campo geográfico de ação. Nessa nova conjuntura, não há mais soluções exclusivamente locais para esses temas. Eventos antes tratados sob a ótica predominantemente nacional hoje ganharam legitimidade internacional.

Isso ocorre, entre outros, na questão do meio ambiente, dos direitos humanos, dos conflitos étnicos e raciais, dos movimentos populacionais, do desemprego, etc.

Pelo peso específico diferenciado que nossos países têm no mundo, é natural que sejamos chamados a assumir responsabilidades internacionais crescentes, às quais deve corresponder uma participação intensa nos processos decisórios nos foros políticos e econômicos.

E isso, Brasil e China podem e devem fazer de forma coordenada.

As credenciais do Brasil para uma maior presença externa começam pela tradição de uma diplomacia historicamente voltada para a paz e para o favorecimento da solução pacífica das controvérsias. Vivemos há 125 anos em total harmonia com nossos dez vizinhos sul-americanos.

Sem quaisquer ambições hegemônicas ou veleidades de poder, desempenhamos, em nossa região, um papel que, no terreno político, é visto como “moderador”, de promoção da paz e da democracia, e, no campo econômico, como impulsionador da integração e indutor do crescimento. O verdadeiro renascimento democrático

que a América do Sul experimenta nesses últimos anos está na raiz do processo de integração regional, que tem no MERCOSUL sua face mais conhecida internacionalmente. E esse processo avança rapidamente rumo à integração hemisférica.

Temos sido capazes de atuar no sentido de “construir consensos” nas grandes Conferências das Nações Unidas realizadas na primeira metade desta década, em particular naquelas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e sobre Direitos Humanos (1993).

Não menos importante, temos contribuído significativamente com as forças de paz das Nações Unidas.

Em suma, temos procurado ter atuação internacional crescente, com base nos valores que o povo brasileiro abraçou e na tradição histórica que nos serve de permanente referência e inspiração.

Temos uma visão própria do mundo, assim como a China. E não poderia ser diferente, tratando-se de sociedades complexas como as nossas, que têm características singulares e trajetória que não se confunde com a de nenhum outro povo. Como disse, embora nossos caminhos tenham sido diferentes, embora estejamos geograficamente em partes opostas do mundo, temos um vasto campo de interesses concretos e comuns a defender internacionalmente. Uma aproximação entre Brasil e China, uma atuação internacional coordenada, sempre que possível, na defesa de nossas visões de mundo e de nossos interesses, trará seguramente maior projeção e peso acrescido àquele que teríamos individualmente.

China e Brasil estão predestinados a ingressar no Século XXI como atores internacionais cada vez mais importantes.

Que naquele momento estejam juntos, que se conheçam e se respeitem, como parceiros que tenham sido capazes de desenvolver projetos bilaterais expressivos e formas de atuação internacional conjunta, é meu desejo.

Para isso, é preciso começar desde já. Para isso, vim a este grande país.



XXXIII

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da
visita oficial à República Popular da China.
Pequim, 13 de dezembro de 1995.**

É um grande prazer estar em Beijing, a convite do Presidente Jiang Zemin, que nos recebe com a calorosa hospitalidade de um amigo verdadeiro.

Minha visita tem um sentido claro: venho conhecer de perto uma civilização de riqueza extraordinária e reiterar a prioridade que o Brasil atribui a suas relações com a China, país que ocupa posição de liderança no cenário mundial contemporâneo. Essa liderança é fruto da obra modernizadora que a nação chinesa vem empreendendo nas últimas décadas e que revigora a fantástica capacidade criativa de sua gente, que tem legado ao gênero humano conquistas que expandiram as fronteiras do conhecimento e que mudaram o próprio curso da história mundial.

O Brasil compartilha com a China identidades que tornam possível encurtar as distâncias que a geografia, a história e a cultura nos impõem. Temos um imenso potencial para a cooperação em um grande número de áreas. Somos países em desenvolvimento de dimensões continentais — os maiores de suas respectivas regiões —, ambos engajados num processo de desenvolvimento econômico que está abrindo novas perspectivas de prosperidade para nossos povos.

Tanto o Brasil como a China enfrentam neste fim de século muitos desafios comuns. Temos ainda fortes disparidades regionais, carências na área de infra-estrutura, urbanização acelerada pela pobreza no campo, problemas ambientais e uma necessidade premente de modernização das nossas economias e de nossas bases tecnológicas.

O fortalecimento da cooperação bilateral que agora propomos servirá não apenas para buscar saídas para os nossos proble-

mas, mas também para acelerar o nosso progresso. Temos relações exemplares entre países em desenvolvimento, das quais é símbolo a cooperação na área espacial, com o Projeto CBERS — *China-Brasil Earth Resources Satellite* —, que aplica alta tecnologia a atividades básicas para o nosso avanço econômico e científico. Esse é o caminho que nós devemos seguir, esse é o caminho que me trouxe até aqui.

O Brasil acompanha com interesse a evolução do quadro econômico na região da Ásia-Pacífico e na China em particular. Trata-se da área de maior dinamismo no mundo, um pólo de atração cuja força se faz sentir num cenário de crescente globalização. E a China encontra-se no cerne desse processo de grande crescimento econômico, com o potencial de um mercado de mais de um bilhão de pessoas e uma economia que vem crescendo, há mais de uma década, a taxas anuais médias próximas a 10%.

Nós brasileiros temos algumas lições a extrair da experiência chinesa. O êxito chinês demonstra que é possível, em um curto espaço de tempo, transformar uma economia e integrá-la dinamicamente no processo de globalização da economia internacional, com benefícios para toda a população. São esses os frutos das reformas econômicas idealizadas por Deng Xiaoping e implementadas com grande sabedoria pelas lideranças chinesas.

Vivemos, no Brasil, um momento muito favorável em nosso processo de desenvolvimento nacional e estamos dando passos decisivos para o crescimento sustentado de nossa economia.

A palavra de ordem é crescer — com sentido de justiça social — e ter um maior acesso aos fluxos internacionais de comércio, investimentos produtivos e tecnologias.

Esses fatores têm justificado um interesse internacional renovado pelo Brasil, a exemplo do que ocorre com a China. Estamos buscando traduzir esse interesse em parcerias mais sólidas e mais abrangentes. E, entre essas parcerias, a China naturalmente ocupa um lugar de destaque especial.

O conceito de parceria estratégica traduz com grande precisão a densidade de nossas relações bilaterais e a afinidade surgida de desafios compartilhados e de uma inserção internacional bastante assemelhada em suas grandes linhas.

A visita ao Brasil do Presidente Jiang Zemin, em 1993, foi um marco central nesse processo de aproximação. Minha visita à China, a primeira de um Presidente brasileiro desde 1988, deve sinalizar o início de uma nova fase de cooperação e entendimento entre nossos dois países.

O comércio bilateral, que em 1995 vem mostrando um crescimento sem precedentes e se encontra próximo da cifra histórica de 1,5 bilhão de dólares, crescerá ainda mais como resultado da estabilidade econômica, da abertura comercial e do crescimento nos dois países. A participação de empresas brasileiras no desenvolvimento de infra-estrutura na China, em áreas como hidreletricidade, siderurgia, telecomunicações e aviação civil, abriu um novo e extenso campo para o intercâmbio em bases mutuamente proveitosas. Também há potencial para participação chinesa no desenvolvimento da infra-estrutura brasileira.

O desenvolvimento científico-tecnológico, sobretudo na área espacial, através da construção conjunta dos satélites CBERS, ganha uma dimensão única na nossa cooperação, que nós queremos ampliar. E o intercâmbio cultural, base do fortalecimento da dimensão humana de nossas relações, constitui outro campo em que podemos fazer muito para diminuir distâncias e gerar conhecimento recíproco a serviço da aproximação entre os nossos países.

Brasil e China não de realizar em sua plenitude a vocação de países com grande projeção internacional, não como um fim em si mesmo, não como exercício de políticas de poder, mas como um instrumento do desenvolvimento e bem-estar dos seus povos.

Vivemos os momentos iniciais de um mundo novo, sem os temores que a Guerra Fria trazia. As diferenças de civilização e cultura devem levar não a choques e contradições, mas, com base na tolerância, a uma perspectiva de paz verdadeira e permanente.

Juntos, o Brasil e a China saberão contribuir para que, nesta nova etapa da história do Homem, o progresso sirva para aproximar os povos e trazer condições reais de realização plena e de uma existência mais digna para a maioria da humanidade.

XXXIV

Pronunciamento do Senhor Presidente da
República, Fernando Henrique Cardoso, no
encerramento do seminário “Brasil-China,
uma Parceria Estratégica”.
Xangai, 16 de dezembro de 1995.

Eu queria dizer o quanto eu me sinto honrado em participar deste seminário e em mostrar, com a minha presença aqui, o quanto o Governo brasileiro valoriza este tipo de iniciativa como instrumento na promoção das relações do Brasil com os seus principais parceiros.

É muito expressivo que o seminário se realize em Xangai, uma espécie de vitrine da nova China que vem sendo construída graças ao esforço deste povo e à liderança demonstrada pelos seus governantes. Nós estamos aqui no próprio coração da revolução econômica que a China está realizando, e certamente a efervescência dessa revolução inspirou os Senhores em seus debates e trocas de informações neste seminário.

É desnecessário frisar a importância deste encontro e de que tantos brasileiros se tenham deslocado até Xangai para se tornarem atores desta nova etapa que se abre no relacionamento Brasil-China. Este é um exercício que nós temos feito, sempre ligado a visitas presidenciais, e que tem dado um extraordinário resultado, como fator de mobilização dos agentes econômicos e governamentais que são os atores, em última análise, do intercâmbio e da cooperação entre os países.

Este seminário foi concebido como forma de engajar representantes dos Governos e da iniciativa privada dos dois países em um exercício de reflexão conjunta e de maior conhecimento recíproco.

É preciso construir pontes sobre a distância e o desconhecimento que nos separam, e é o que estamos fazendo com as inúmeras visitas das mais altas autoridades chinesas ao Brasil e de muitas autoridades brasileiras à China. É o que estamos fazendo com esta

minha visita, que não é uma iniciativa individual de um ou do outro parceiro, é uma iniciativa conjunta. E é o que estamos fazendo com este seminário que agora vai chegando ao seu final.

Eu fico feliz também de ver o quanto o seminário mobilizou o Governo chinês, numa verdadeira parceria conosco — uma parceria que espelha o conjunto das nossas relações. A cada contato, a cada diálogo, a cada interação com os nossos parceiros chineses, fica claro que as relações entre o Brasil e a China são uma estratégia dos governos, que não fica apenas na vontade política ou no campo do entendimento político mais geral, mas desce a projetos muito concretos de cooperação e de intercâmbio.

E isso é muito bom, porque nós concebemos as relações com os nossos principais parceiros como uma dimensão a mais da nossa própria vida interna, como parte das nossas atividades econômicas e de desenvolvimento científico e tecnológico. Nós temos muito o que aprender com a China, que tem uma tradição milenar de sabedoria e que valoriza, como aliás todos os povos de tradição confuciana, a educação, o apego ao trabalho, a disciplina, o preparo individual e o sentido do equilíbrio. E a China tem sido um exemplo de sucesso econômico, crescendo a taxas em torno de 10 por cento ao ano ao longo já de muitos anos.

E isso por quê? Porque a China soube, primeiro, investir em educação básica, em bem-estar social. E, depois, porque a China soube fazer as reformas indispensáveis para adaptar-se às mudanças no mundo e para tirar melhor proveito da realidade da globalização da produção e dos fluxos financeiros e tecnológicos. Os chineses saíram na frente e agora estão colhendo bons resultados, que ajudam a vencer os enormes desafios que esta sociedade gigante sempre teve que enfrentar. A China é o grande acontecimento internacional neste final de século. É preciso prestar muita atenção no que acontece neste país.

Basta olhar o desempenho da economia chinesa no comércio internacional. Em meados dos anos 80, a China e o Brasil exportavam mais ou menos a mesma coisa, na faixa dos 27 bilhões de dólares. Hoje, nós estamos alcançando a faixa dos 40 bilhões de

dólares, mas os chineses já passaram a faixa dos 100 bilhões! E isso porque reduziram o custo de produção dos seus bens, melhoraram a sua competitividade, abriram-se ao capital internacional, pouparam e investiram na produção, foram atrás dos mercados.

E agora preparam-se para reingressar na Organização Mundial de Comércio, para o que contam com o apoio entusiasmado do Brasil, e começam a adotar as medidas de rebaixa tarifária de milhares de produtos de sua pauta comercial. Essas medidas e o posterior ingresso da China na OMC, com tudo o que daí decorre em termos de obrigações contratuais e compromissos com o multilateralismo comercial, integrarão ainda mais o mercado chinês ao mercado mundial e aos fluxos do comércio internacional. Isso é parte de um processo amplo, ousado e refletido de reformas na China. Tudo isso constitui uma grande e variada lição para nós.

Não é que nós não tenhamos hoje melhores condições de competir e de nos inserirmos na economia mundial globalizada. Nós já fizemos muito em termos de abertura, estabilização e até algumas das reformas que tornam o Brasil mais atraente para o investimento internacional e brasileiro também. Mas nós ainda temos um caminho a percorrer, sobretudo em termos de redução de nossos custos produtivos, e é o que estamos fazendo.

Aliás, essa é parte da mensagem que eu quis trazer à China: nós estamos criando novas e melhores condições para promover a nossa parceria, porque o que nós estamos fazendo dentro do Brasil tem um efeito direto sobre o intercâmbio do Brasil com o exterior. Nós estamos nos tornando mais competitivos, inclusive em áreas em que sempre fomos bastante competitivos, como na de serviços de engenharia, por exemplo. A estabilização, as reformas, o crescimento econômico no Brasil estão mudando o perfil da nossa inserção internacional e o interesse com que os nossos parceiros olham para nós. E isso ocorre também na relação com a China.

Senhoras e Senhores,

Para ilustrar a solidez do relacionamento bilateral, o Vice-Primeiro-Ministro Zhu Rongji cunhou a expressão **parceria estratégica**.

gica, que exprime, com precisão, o tipo de relação que o Brasil e a China, dois grandes países em desenvolvimento, vêm mantendo há já 21 anos.

Essa expressão reflete, ao mesmo tempo de forma concisa e abrangente, como é próprio da língua chinesa, a consciência que Brasília e Pequim desenvolveram no sentido de que o interesse mútuo vai muito além do momento presente e de questões pontuais na agenda internacional.

Como eu disse, os nossos respectivos processos internos de estabilização da economia e a abertura ao mundo exterior já vêm trazendo benefícios imediatos ao aspecto comercial do relacionamento sino-brasileiro. Os dois governos têm consciência de que o crescimento macroeconômico na China e no Brasil deve ter como consequência o crescimento sustentado das relações entre os dois países.

Mas esse processo não é automático, ainda mais quando estamos falando de dois países-gigantes que se encontram em regiões muito distantes uma da outra. É preciso um engajamento maior dos agentes econômicos e governamentais dos dois países para explorarmos as oportunidades, para mapearmos o terreno e conhecermos melhor os mecanismos que permitem uma maior integração entre os dois mercados e uma parceria mais intensa entre agentes econômicos de um e outro país.

Embora histórica, a cifra superior a um bilhão de dólares alcançada pelo comércio bilateral em 1994 e próxima de 1,5 bilhão em 1995 representa muito pouco em face da potencialidade dos dois países. Com o intuito de reforçar o intercâmbio econômico-comercial, o Governo brasileiro tem procurado sensibilizar as empresas para irem além da área tradicional de comércio de bens e procurarem os setores onde o empresariado brasileiro poderá contribuir para os esforços de crescimento estrutural da China.

Hidreletricidade, siderurgia, fármacos, tecnologia de ponta, telecomunicações e aviação civil se apresentam como novas áreas com excelentes perspectivas para as empresas brasileiras. Os inte-

resses brasileiros em uma parceria ampliada com a China se multiplicam.

Furnas Centrais Elétricas tem interesse em aprofundar a cooperação bilateral no campo da utilização de recursos hídricos para fins de produção de energia elétrica, particularmente na implementação de pequenas centrais hidrelétricas.

Estamos contemplando ampliar a cooperação entre o Brasil e a China com vistas à diversificação das áreas de intercâmbio nos campos da hidreletricidade, baseando-se prioritariamente no princípio de benefícios mútuos com a formação de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Queremos ampliar a difusão da tecnologia chinesa e a implantação dessas Centrais no Brasil, particularmente em localidades isoladas e no meio rural.

A China está iniciando a construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas. A obra constituirá a maior hidrelétrica já construída e tem atraído a atenção das autoridades chinesas para o Complexo de Itaipu. Diante das perspectivas de cooperação, as empresas brasileiras — públicas e privadas — que atuaram na construção de Itaipu, assinaram Protocolo de Intenções para a formação do “Three Gorges Brazilian Joint-Venture”, com o objetivo de participar, na China, do projeto de Três Gargantas.

Em nome dessas empresas, técnicos brasileiros já coordenam com os chineses as obras preliminares do projeto, oferecendo serviços de colaboração técnica e transferência de tecnologia. As empresas brasileiras têm possibilidade de participar da efetivação da Usina de Três Gargantas, sobretudo no estágio das obras em que será necessária a participação de empresas fornecedoras de equipamentos de transmissão e turbinas.

A parte brasileira já teve oportunidade de manifestar seu interesse no projeto de construção de Três Gargantas e seu apoio integral ao consórcio constituído pelas empresas responsáveis pela implementação de Itaipu.

Temos condições de fornecer montagem técnica, incorporando consórcios de empresas de companhias de construção civil, engenharia, montagem e suprimento de equipamentos.

A China oferece oportunidades de negócios nos setores do meio ambiente (tratamento de água, despoluição do ar, reciclagem e reutilização do lixo); exploração de petróleo; construção civil e conservação de florestas. Algumas dessas áreas são praticamente inexploradas para a cooperação. Elas precisam passar a fazer parte da nossa agenda.

Há já algum tempo o Governo brasileiro vem procurando incentivar a expansão da parceria sino-brasileira nos setores da hidreletricidade e construção de barragens, mineração e comércio de produtos minerais, intercâmbio de tecnologia petrolífera em águas profundas, química fina, transporte fluvial e construção de portos.

O incremento do comércio bilateral poderá beneficiar-se dos resultados alcançados pela realização de mostras e seminários, como este que agora se encerra e como a Feira que visitaremos a seguir. Esses eventos repercutem na formação de "joint-ventures" e no objetivo de despertar o interesse de empresários brasileiros e chineses para as oportunidades de negócios que ambos os países têm a oferecer-se reciprocamente.

É preciso que nós nos engajemos, portanto, na divulgação da capacitação tecnológica e dos padrões de qualidade da indústria brasileira, suas possibilidades de fornecimento de bens e serviços e sua competência para explorar as potencialidades do mercado chinês. Esse mesmo convite nós fazemos aos nossos parceiros chineses em relação ao Brasil.

As similaridades de nível de desenvolvimento tecnológico entre o Brasil e a China habilitam nosso país a fornecer bens e serviços adaptados às necessidades, aos padrões chineses, através de "joint-ventures" e a assimilar tecnologias, bens e produtos chineses indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Podemos coo-

perar também com vistas a abrir novas janelas de oportunidade em terceiros mercados.

Os setores chineses que oferecem perspectivas para formação de "joint-ventures" são inúmeros. Vou mencionar apenas alguns: telefonia; tecnologia espacial; tecnologia agrícola; biotecnologia; recursos genéticos; formação de cooperativas; agroindústria; irrigação; automação bancária; indústria farmacêutica; prospecção de petróleo; infra-estrutura e construção de barragens, rodovias e ferrovias.

A Feira que se inaugura em instantes — a Expo China 95 —, no contexto do grande evento denominado "Brazil - A Strategic Partner", sob a coordenação do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, é um passo a mais nessa intensa aproximação entre os dois países e nessa política determinada de ampliarmos o conhecimento recíproco. Eu os convido a visitá-la com esse ânimo de construir a nossa relação com base no conhecimento. Afinal, é o conhecimento que gera confiança, é a informação que gera opções e alternativas.

Por isso, eu tenho certeza de que este seminário, que se voltou para o conhecimento recíproco, terá sido um outro elemento central para que nós possamos promover o início de uma nova etapa no relacionamento Brasil-China, uma etapa baseada em tudo de positivo e criativo que vem ocorrendo nos dois países.

Ao encerrar este encontro, eu quero congratular-me com os seus organizadores e com todos os participantes, pela contribuição inestimável que estão dando ao constante aperfeiçoamento de uma amizade da qual nós só podemos orgulhar-nos: a parceria estratégica que o Brasil e a China oferecem ao mundo como exemplo da cooperação entre dois grandes países em desenvolvimento.

Muito obrigado.

XXXV

Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do
jantar oferecido pelo Prefeito de Xangai.
Xangai, 16 de dezembro de 1995.

Quero agradecer esta homenagem e a generosa hospitalidade do Prefeito Xu Kuangdi e da população de Xangai.

Quando aceitei o amável convite do Presidente Jiang Zemin — mais um filho de Xangai —, fiz questão de ver de perto esta que é a maior cidade chinesa e o berço de alguns dos principais acontecimentos da história econômica e política chinesa.

Xangai excedeu todas as minhas expectativas.

É símbolo eloqüente da China moderna, uma metrópole que impressiona por seu dinamismo e por sua beleza.

Mais do que isso, esta é uma cidade de vocação singular, por ser historicamente um elo de ligação da China com o resto do mundo.

Isso levou Xangai, naturalmente, a uma aproximação com outras grandes cidades, como São Paulo, o centro econômico do Brasil, que teve a honra de receber recentemente a visita de Huang Ju, uma das mais importantes personalidades de Xangai.

Essa cooperação entre Xangai e São Paulo acrescenta uma dimensão significativa ao relacionamento entre a China e o Brasil, fortalecendo as ligações humanas entre nossos povos e a dimensão econômica dessa parceria.

Lembro que São Paulo recebeu neste século um significativo contingente de chineses, que nos ajudaram a construir a prosperidade da região mais desenvolvida do País.

Somos, Brasil e China, países separados pela distância física, pela história e pela cultura.

Mas nós nos aproximamos pela vontade de trabalhar juntos, num esforço de parceria baseada nos muitos elementos de identidade que compartilhamos.

Somos ambos países em desenvolvimento com dimensões continentais e de grande população. Temos diversificados recursos naturais e uma significativa projeção regional e internacional. Buscamos, Brasil e China, participar de forma mais competitiva dos fluxos mundiais de comércio, investimentos e de tecnologia, o caminho mais direto para o verdadeiro progresso social de nossos povos.

A força dessas identidades impulsiona, assim, o desejo de cooperarmos para o fortalecimento de nossa parceria estratégica, que haverá de traduzir-se em mais comércio, mais intercâmbio cultural, e em maior capacidade de influir na nova ordem mundial que se desenha na alvorada do Século XXI.

Esse é o espírito que me trouxe a Xangai, esse é o espírito que me trouxe à China.

Convido todos os presentes a que me acompanhem em um brinde à amizade entre o Brasil e a China, a esta excepcional cidade que é Xangai, à prosperidade de sua população e à saúde e à felicidade pessoais do Prefeito Xu Kuangdi.

Muito obrigado.

XXXVI

**Discurso do Senhor Presidente da República,
Fernando Henrique Cardoso, por ocasião
do jantar que lhe ofereceu o Rei
da Malásia, Tuanku Jaafar.
Kuala Lumpur, 18 de dezembro de 1995.**

Quero expressar os meus agradecimentos pela generosa homenagem com que Vossa Majestade nos distingue, a mim e à minha delegação, nesta noite de conagração entre brasileiros e malásios.

A hospitalidade calorosa com que fomos recebidos desde o primeiro momento em seu país fala muito da amizade do Governo e do povo malásios pelos seus parceiros no mundo em desenvolvimento.

A Malásia, Majestade, tem sido uma referência obrigatória de todos aqueles que refletem sobre o fenômeno político e econômico representado pela Ásia do Sudeste e a região da Bacia do Pacífico nas relações internacionais contemporâneas.

Para nós, brasileiros, a Malásia soma esses atributos de pujança econômica a uma série de características que em muito nos aproximam apesar da distância geográfica e histórica que nos separa.

Temos em comum a herança lusitana deixada por cento e trinta anos de presença portuguesa em Malaca.

Somos países em desenvolvimento, democráticos, multirraciais e abertos ao mundo, com um extenso patrimônio ambiental, com intensa presença regional e internacional.

Temos também muitos desafios próprios das sociedades em desenvolvimento.

Por isso, nossa parceria ganha força: juntos, podemos fortalecer mutuamente a nossa presença internacional.

Sinto-me honrado em ser o primeiro Chefe de Estado brasileiro a visitar a Malásia, um país que vem se destacando num cenário regional de grande dinamismo, graças à dedicação, disciplina e eficiência de seu povo e à orientação segura de suas lideranças.

A Malásia é um país que soube identificar no comércio internacional o motor do seu próprio desenvolvimento e a chave para sua inserção numa economia internacional marcada pela globalização, pela competitividade econômica e pela busca da eficiência.

A Malásia é um exemplo para outras sociedades em desenvolvimento, porque soube investir naquele que é talvez o maior recurso econômico do mundo contemporâneo, a base de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável: a educação e o preparo dos seus recursos humanos.

Majestade,

Vim à Malásia para testemunhar o que ocorre aqui no plano econômico e social.

Nós queremos conhecer melhor a Ásia, ampliar a nossa presença aqui, diversificar e intensificar as nossas parcerias.

Queremos explorar conjuntamente oportunidades que não param de surgir e enfrentar com maior coordenação, desafios e riscos que persistem na ordem internacional apesar das mudanças positivas que nos trouxeram os anos 90.

Minha presença aqui constitui também uma oportunidade para reafirmar a importância que o Brasil atribui a suas relações com a Malásia e para renovar o compromisso do Governo brasileiro com a construção de uma etapa ainda mais próspera no relacionamento entre nossos dois países.

O Brasil está colhendo os frutos do plano de estabilização econômica lançado no ano passado com o apoio maciço da sociedade brasileira.

Estamos avançando nas reformas que consolidarão essa estabilidade e reafirmarão nossa plena inserção na economia interna-

cional e um melhor acesso a investimentos, a tecnologias de ponta e aos fluxos comerciais em nível global.

Nossos parceiros têm sabido reconhecer no atual momento brasileiro novas possibilidades para uma maior cooperação com o Brasil.

De nossa parte, temos buscado canalizar, sempre que possível, esse interesse renovado em parcerias fortalecidas e ampliadas.

E, nesse ambiente favorável que caracteriza o quadro interno político e econômico do Brasil e da Malásia, creio ser esta a ocasião ideal para começarmos a explorar conjuntamente as maneiras de intensificar nossas relações.

Tenho repetido a todos os meus interlocutores que a Ásia é uma prioridade da política externa brasileira.

Não poderia ser diferente, pois estamos falando de uma região que se tornou um forte pólo de atração econômica, um centro de grande dinamismo aberto ao resto do mundo.

A Malásia ocupa, nessa perspectiva, um lugar de relevo, pela riqueza de seus recursos naturais, pela qualidade de seus quadros humanos e por sua indiscutível importância política e econômica nos planos regional e internacional.

Um elemento importante dessa inserção da Malásia na economia mundial é sua participação na ASEAN, que reúne algumas das economias de melhor desempenho no mundo.

Estou empenhado em fortalecer as relações do Brasil também com esse agrupamento e, nesse contexto, uma maior cooperação entre o MERCOSUL e a ASEAN parece-me muito oportuna e viável.

No plano político, temos acompanhado com interesse o papel da Malásia no esforço dos países em desenvolvimento por uma participação mais equitativa nas conquistas do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, objetivo que compartilhamos e no qual o Brasil está igualmente engajado.

A visita ao Brasil, em 1991, do Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad representou um marco importante para o fortalecimento das relações bilaterais.

Brasil e Malásia compartilham os ideais de paz e democracia e a busca do desenvolvimento sustentável.

Temos tido coincidências freqüentes de posições nos diversos organismos internacionais e ambos participamos ativamente do Grupo dos 15, que é uma importante plataforma para a defesa de nossos interesses comuns.

Estamos, ademais, firmemente comprometidos com o sistema multilateral de comércio e com o fortalecimento da OMC.

Chegou o momento de relançarmos nossa relação sobre bases ainda mais sólidas.

Por isso convidei Vossa Majestade e o Primeiro-Ministro Mahathir a visitarem o Brasil. Fico feliz em saber da pronta aceitação desses convites.

O Brasil os espera com amizade e interesse.

E é justamente com o intuito de favorecer um maior intercâmbio entre brasileiros e malásios em todos os níveis que assinamos hoje dois Atos importantes, na área de isenção de vistos e de serviços aéreos.

A pré-qualificação de três empresas brasileiras na concorrência para a construção da Hidrelétrica de Bakun, o maior e mais importante projeto contemporâneo de engenharia civil no mundo, e a presença, pela primeira vez, de empresas brasileiras na Feira Internacional Marítima e Aeroespacial de Langkawi Lima dão bem a medida do empenho de meu País em participar de iniciativas internacionais da Malásia.

Aproveito, Majestade, para felicitá-lo, mais uma vez, pelo arrojo do projeto Bakun e pelo enorme sucesso da Feira Internacional de Langkawi, no belo, hospitaleiro e empreendedor Estado de Kedah.

Estamos, dessa forma, criando novos elos entre dois países com uma vocação natural de amizade.

É com essa confiança de que nossos Governos são firmes aliados no objetivo de estreitar os laços que nos unem e de fortalecer uma promissora cooperação entre países em desenvolvimento que desejo brindar a uma nova etapa nas relações entre o Brasil e a Malásia, à prosperidade dos nossos povos e à saúde e felicidade pessoal de Sua Majestade o Rei Tuanku Jaafar.

Muito obrigado.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

**ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1996, COM UMA TIRAGEM
DE 2.000 EXEMPLARES**

